DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

SUMÁRIO

ATOS DO PODER EXECUTIVO 1

DECRETO Nº 7.760/2026 2

DECRETO Nº 7.761/2026 4

DECRETO Nº 7.762/2026 5

CONCURSO PÚBLICO 01/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 110 6

PORTARIA N.º 6.334/2026 7

PORTARIA N.º 6.335 /2026 8

COMPRAS E LICITAÇÕES 9

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 59/2026 NOVO DIVULGAÇÃO DE COMPRAS Nº 38/2026 9

ATOS DO PODER LEGISLATIVO 10

RESOLUÇÃO Nº 01/2026 10

RESOLUÇÃO Nº 02/2026 83

PORTARIA Nº 08/2026 93

ATOS DO PODER EXECUTIVO

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

DECRETO Nº 7.760/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE
C.N.P.J.: 78.101.821/0001-01
Município: VERA CRUZ DO OESTE

DECRETO Nº 7760/2026, de 15 de Outubro de 2026.

Abertura de crédito adicional suplementar, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de VERA CRUZ DO OESTE e autorização contida na Lei Municipal nº 1575/2025, de 15 de Outubro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 944.760,18, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05.000 - SECRETARIA DE FINANCAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
05.001.4.123.1.2003-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E R$50.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres) 50.000,00

05.000 - SECRETARIA DE FINANCAS
05.001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
05.001.28.846.9.0039-3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS R$2.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres) 2.000,00

11.000 - SECRETARIA DE EVENTOS, CUTURA E ESPORTE
11.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE
11.002.27.812.43.1115-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$386.137,18
02048/01006.03.99.01.02.1.700.0000 CONVENIO 954986/CAIXA - MODIFICAÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO 386.137,18

11.000 - SECRETARIA DE EVENTOS, CUTURA E ESPORTE
11.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE
11.002.27.812.43.1115-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$56.620,63
00501/00501.04.99.00.00.1.755.0000 Receitas de Alienações de Ativos 56.620,63

11.000 - SECRETARIA DE EVENTOS, CUTURA E ESPORTE
11.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE
11.002.27.812.43.1116-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$300.000,00
02066/01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVENIO 734/2026 - SECID - ILUMINAÇÃO ESTADIO MUNICIPAL 300.000,00

11.000 - SECRETARIA DE EVENTOS, CUTURA E ESPORTE
11.002 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE
11.002.27.812.43.1116-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$150.002,37
00501/00501.04.99.00.00.1.755.0000 Receitas de Alienações de Ativos 150.002,37

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$50.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres) 50.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$386.137,18
02048/01006.03.99.01.02.1.700.0000 CONVENIO 954986/CAIXA - MODIFICAÇÃO DE COMPLEXO ESPORTIVO 386.137,18

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$56.620,63
00501/00501.04.99.00.00.1.755.0000 Receitas de Alienações de Ativos 56.620,63

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$2.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres) 2.000,00

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -
Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) R$300.000,00
02066/01005.03.99.01.01.1.701.0000 CONVENIO 734/2026 - SECID - ILUMINAÇÃO ESTADIO MUNICIPAL 300.000,00

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
A Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de http://www.veracruz.pr.gov.br no link Diário Oficial.

Início

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE
C.N.P.J.: 78.101.821/0001-01
Município: VERA CRUZ DO OESTE

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64) -

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	R$150.002,37
00501/00501.04.99.00.00.1.755.0000 Receitas de Alienações de Ativos	150.002,37

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 15 de Outubro de 2026.

EDNEI SGOBI:47618108900

EDNEI SGOBI
..089-**
Prefeito

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
A Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de http://www.veracruz.pr.gov.br no link Diário Oficial.

Início

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

DECRETO Nº 7.761/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE
C.N.P.J.: 78.101.821/0001-01
Município: VERA CRUZ DO OESTE

DECRETO Nº 7761/2026, de 15 de Outubro de 2026.

Remanejamento de recursos orçamentários, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de VERA CRUZ DO OESTE e autorização contida na Lei Municipal nº 1575/2025, de 15 de Outubro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 52.200,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
08.001.12.365.40.2104-3.1.90.94.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS R$7.200,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB 7.200,00

07.000 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
07.001.8.242.12.2048-3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS R$45.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres) 45.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

08.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
08.001.12.361.41.1100-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA R$2.200,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB 2.200,00

07.000 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
07.001.8.243.15.6061-3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS R$45.000,00
00000/00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres) 45.000,00

08.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
08.001.12.361.41.1100-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E INSTALAÇÕES R$5.000,00
00103/00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais FUNDEB 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 15 de Outubro de 2026.

EDNEI SGOBI:47618108900

EDNEI SGOBI
..089-**
Prefeito

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
A Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de http://www.veracruz.pr.gov.br no link Diário Oficial.

Início

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

DECRETO Nº 7.762/2026

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE
C.N.P.J.: 78.101.821/0001-01
Município: VERA CRUZ DO OESTE

DECRETO Nº 7762/2026, de 15 de Outubro de 2026.

Abertura de crédito adicional especial, no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de VERA CRUZ DO OESTE e autorização contida na Lei Municipal nº 1575/2025, de 15 de Outubro de 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 10.000,00, para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
08.001.12.365.40.2104-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO R$5.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres) 5.000,00

08.000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
08.001 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
08.001.12.361.40.2105-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO R$5.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres) 5.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$5.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres) 5.000,00

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) R$5.000,00
00000/00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres) 5.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL, 15 de Outubro de 2026.

EDNEI SGOBI:47618108900

EDNEI SGOBI
..089-**
Prefeito

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICP-Brasil e Protocolado com Carimbo de Tempo SCT de acordo com a Medida Provisória 2200-2 do Art. 10º de 24.08.01 da ICP-Brasil

Arquivo Assinado Digitalmente pela Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
A Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste da garantia da autenticidade deste documento, desde que visualizado através de http://www.veracruz.pr.gov.br no link Diário Oficial.

Início

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

CONCURSO PÚBLICO 01/2024 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 110

O Prefeito do Município de Vera Cruz do Oeste, no uso de suas atribuições legais e, considerando a aprovação e a classificação obtida no Concurso Público realizado em 12 de abril de 2024, com o resultado final homologado e publicado em 03 de julho de 2024.

RESOLVE convocar o candidato aprovado e classificado para o cargo de acordo com o Edital de Concurso Público N.º 01/2024:

CARGO: MÉDICO DA ATENÇÃO BÁSICA – 30 HORAS

Classificação	Nome
5º (AC)	CARLA ROBERTA MARIANO DA SILVA

O convocado deverá apresentar **cópias e originais** dos seguintes documentos:

1 - Carteira de Identidade;
2 - Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3 - Número de PIS/PASEP;
4 - Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
5 - Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
6 - Certidão de nascimento ou casamento;
7 - Certidão de nascimento dos filhos de até 14 (quatorze) anos;
8 - CPF dos dependentes
9 - Certidão negativa de antecedentes criminais Federal;
10 - Comprovante de endereço atual
11 - Declaração de não acúmulo ou acúmulo de cargo permitido em Lei;
12 – Declaração de bens;
13 - Documentos comprobatórios da escolaridade (Ensino Superior em Medicina e Registro no Órgão de Classe)
14 – Exame Complementar: Hemograma, Anti HBS, HBsAg e Anti HCV;
15 – Avaliação Médica admissional (a cargo do Município);
15.1 – Para Avaliação Médica o convocado deverá estar munido dos exames complementares (item 14).
15.2 – A avaliação médica (item 15) deverá ocorrer no período 16/10/2026 a 22/10/2026, assim sendo, o convocado terá que contatar previamente o Departamento de Recursos Humanos para a obtenção do local e hora da avaliação, tendo em vista que a mesma é um dos documentos obrigatórios para posse do cargo.

O convocado deve comparecer ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Vera Cruz do Oeste durante o período de **16/10/2026 a 22/10/2026** em horário de expediente para os encaminhamentos necessários munidos dos documentos acima mencionado.

Vera Cruz do Oeste, 15 de outubro de 2026.

Ednei Sgobi
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

PORTARIA N.º 6.334/2026

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL A SERVIDORES MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do município, com base no Estatuto Lei Municipal nº 633/2003 de 15/05/2003 e Lei Municipal 1.557/2025 de 28 de julho de 2025,

RESOLVE:

Art. 1.º - Concede Promoção Horizontal, aos servidores abaixo, com base no Estatuto Lei Municipal nº 633/2003 de 15/05/2003.

SERVIDOR	CARGO	NIVEL ANTERIOR	NIVEL ATUAL
Elisabete de Oliveira	Odontóloga	02	03
Helena Maria Strinta	Assistente Social	06	07
Loreni Terezinha Klassen	Auxiliar de Serviços Gerais	10	11

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vera Cruz do Oeste, em 15 de outubro de 2026

Ednei Sgobi
Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

PORTARIA N.º 6.335 /2026

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA.

O Prefeito Municipal de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Orgânica, com base no artigo 58 da Lei Municipal n.º 633/2003 de 15/05/2003, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE

Art. 1.º - Conceder, **PRORROGAÇÃO DE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA,** a servidora **SIMONE PANDOLFO**, ocupante do Cargo Efetivo em Regime Estatutário de **PROFESSOR**, matrícula de nº 3287181, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 30 (trinta) dias, correspondendo ao período de **16 de outubro de 2026 à 14 de novembro de 2026**.

Art. 2.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vera Cruz do Oeste, em 15 de outubro de 2026.

Ednei Sgobi

Prefeito Municipal

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRONICO SRP Nº 59/2026 NOVO DIVULGAÇÃO DE COMPRAS Nº 38/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE**, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 78.101.821/0001-01, com sede à Rua Rui Barbosa, 202, CEP 85.845-000, nesta Cidade, Estado do Paraná, convoca os interessados a participarem da licitação a ser realizada no dia **03/11/2026 às 09:00 horas**, no endereço eletrônico **www.gov.br/compras/pt-br**, na modalidade **PREGÃO ELETRONICO**, na forma da Lei n.º 14.133/21, de 01 de abril de 2021 e suas alterações e regulamento previsto no Decreto Municipal 6.602/23 e alterações, e demais legislações aplicáveis, objetivando o Registro de preços para **Aquisição de caixas d'água, destinadas ao armazenamento de água potável, para atender às necessidades das Secretarias Municipais e demais unidades da Administração Pública do Município de Vera Cruz do Oeste - PR,** nas condições fixadas no Edital de Pregão Eletrônico SRP nº **59/2026,** N.D.C **nº 38/2026,** e seus Anexos, sendo a presente licitação do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

O edital e seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet nos endereços eletrônicos **www.gov.br/compras/pt-br, www.veracruz.pr.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br.** Demais informações junto ao Setor de Licitações através do fone (45) 99131-2932 ou e-mails **licitacao@veracruz.pr.gov.br e/ou pregoeiraveco@gmail.com.**

Vera Cruz do Oeste, 15 de outubro de 2026.

Juliana Estevão de Oliveira Rosalen

Agente de contratação

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

ATOS DO PODER LEGISLATIVO
RESOLUÇÃO Nº 01/2026

RESOLUÇÃO Nº 01/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, APROVA e eu, Presidente, PROMULGO o Regimento Interno:

TÍTULO I
Da Câmara Municipal

CAPÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º A Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste é o Poder Legislativo do Município e compõe-se de Vereadores eleitos nos termos da legislação vigente.

Art. 2º A Câmara Municipal desempenha suas atribuições mediante o exercício das seguintes funções, fundamentais e complementares, que lhe são inerentes:
I – função organizante, que compreende a elaboração, aprovação e promulgação da Lei Orgânica do Município e de suas emendas;
II – função institucional, segundo a qual:
a) elege sua Mesa Executiva;
b) procede à posse dos Vereadores, do Prefeito Municipal e de seu Vice-Prefeito, tomando-lhes compromisso e recebendo, publicamente, suas declarações de bens;
c) zela pela observância de preceitos legais e constitucionais, representando ao Poder Judiciário contra ato do Prefeito que os transgrida;
III – função legislativa, que consiste em deliberar sobre matérias da competência do Município, respeitadas as reservas constitucionais da União e do Estado;
IV – função fiscalizadora, exercida, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, nos aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais;
V – função julgadora, que ocorre nos casos em que julga as Contas Municipais e demais responsáveis por bens e valores, processa e julga o Prefeito, seu substituto legal e os Vereadores, respectivamente, por infrações político-administrativas e faltas ético-parlamentares;
VI – função administrativa, exercitada através da competência de proceder à organização de sua estrutura, de seu quadro de pessoal e de seus serviços;
VII – função auxiliadora ou de assessoramento, que consiste em sugerir medidas de interesse público local, da alçada do Município, ao Executivo.

Art. 3º A Câmara tem sua sede na Rua Rui Barbosa nº 148, Centro, Vera Cruz do Oeste/PR.

Parágrafo único. Na sede da Câmara não se realizarão, em hipótese alguma, atos estranhos à sua função, sem prévia autorização da Mesa Executiva e mediante termo de responsabilidade por eventuais danos.

CAPÍTULO II
Da Legislatura

Art. 4º A Legislatura terá a duração de 4 (quatro) anos, compreendendo cada ano uma Sessão Legislativa, subdividida em 2 (dois) períodos.

CAPÍTULO III
Da Sessão Legislativa

Art. 5º A Câmara se reunirá em sessão legislativa:
I – ordinária, de 1º de fevereiro a 10 de julho e de 1º de agosto a 15 de dezembro, independentemente de convocação;
II – extraordinária, quando com este caráter for convocada.

§ 1º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 2º Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara deliberará, exclusivamente, sobre a matéria objeto da convocação.

Art. 6º No período ordinário, as sessões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Câmara, de ofício, a requerimento da maioria absoluta dos Vereadores ou por solicitação do Prefeito, em sessão ou fora dela, ocorrendo, neste último caso, prévia comunicação pessoal e escrita aos Vereadores, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

Art. 7º Nos períodos de recesso, a Câmara poderá ser convocada extraordinariamente, em caso de urgência ou interesse público relevante:
I – pelo Prefeito;
II – pelo Presidente da Câmara;
III – a requerimento da maioria dos Vereadores da Câmara.

§ 1º Nos casos dos incisos I e III, a convocação será formalizada, por escrito, ao Presidente da Câmara, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

§ 2º Em qualquer das situações previstas nos incisos deste artigo, a comunicação pessoal e escrita do Vereador ocorrerá com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

CAPÍTULO IV
Da Instalação da Legislatura

Art. 8º No dia primeiro do ano subsequente à eleição, às 9 horas, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, a Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste reunir-se-á em Sessão Solene de Instalação da Legislatura, independentemente de número e convocação, para a posse de seus membros e, posteriormente, a do Prefeito e do Vice-Prefeito.

Art. 9º Os Vereadores eleitos deverão apresentar cópia do diploma conferido pela Justiça Eleitoral, a declaração pública de seus bens e a comunicação expressa de seu nome parlamentar, a ser considerado para todos os efeitos regimentais, até dois dias úteis antes da sessão de instalação e serão empossados pelo Presidente após o seguinte cerimonial:
I – o Presidente declarará aberta a sessão com estes dizeres: "Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene de instalação da ... Legislatura da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste", e designará dois Vereadores de bancadas diferentes, se possível, para secretariarem os trabalhos, respeitados os critérios de equidade de gênero, conciliado, se possível, com a maior representatividade partidária e de maior número de votos;
II – o Vereador mais jovem fará a leitura do texto bíblico;
III – o Vereador com o maior número de mandatos dentre os presentes e, em caso de empate, do Vereador mais idoso, fará leitura do seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE, MORALIDADE E TRANSPARÊNCIA O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, E TRABALHAR PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM-ESTAR DE SEU POVO".
IV – cada um dos Vereadores presentes, com exceção do que procedeu à leitura do compromisso, após chamada nominal feita pelo 1º Secretário, pronunciará, em pé, o seguinte: "Assim o prometo."

Art. 10. A seguir, o Presidente nomeará comissão, composta por três Vereadores, respeitados os critérios de equidade de gênero, conciliado, se possível, com a maior representatividade partidária e maior número de votos, para acompanhar o Prefeito e o Vice-Prefeito ao Plenário, para prestarem individualmente o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE, OBSERVAR AS LEIS, DESEMPENHAR COM LEALDADE, MORALIDADE E TRANSPARÊNCIA O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, E TRABALHAR PELO

PROGRESSO DO MUNICÍPIO E PELO BEM-ESTAR DE SEU POVO".

Parágrafo único. Imediatamente após esse compromisso, o Presidente declarará empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito.

Art. 11. Após a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito, estes poderão fazer uso da palavra por dez e cinco minutos respectivamente e, mediante prévia inscrição, os Vereadores.

Parágrafo único. Cada Vereador inscrito poderá usar da palavra por cinco minutos, vedada a transferência de tempo.

Art. 12. Findo o cerimonial de posse e ainda sob a Presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes, dar-se-á por encerrada a Sessão Solene de Instalação da Legislatura.

§ 1º O Plenário deliberará, por maioria absoluta de votos, se a Sessão Preparatória para Eleição da Mesa Executiva, de acordo com o que dispõe o art. 13 deste Regimento Interno, será instalada imediatamente ou em prazo que não ultrapasse 72 horas contadas do início da sessão a que se refere o caput deste artigo.
§ 2º Não havendo número legal para a eleição dos componentes da Mesa Executiva, o Vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na Presidência e convocará sessões preparatórias diárias até a plena consecução desse objetivo.

§ 3º Após encerrar-se a eleição dos membros da Mesa Executiva haverá indicação ou eleição dos componentes das comissões permanentes e dos representantes da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste perante os órgãos criados por leis especiais, ou o Plenário deliberará, por maioria absoluta de votos, se será convocada nova sessão preparatória para esse fim.

TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO I
Da Mesa Executiva

Seção I
Da Eleição

Art. 13. A eleição da Mesa Executiva far-se-á por escrutínio público e votação nominal, exigida maioria absoluta de votos dos membros da Câmara, em 1º escrutínio, e maioria simples, em 2º escrutínio, observadas as seguintes exigências e formalidades:
I – presença da maioria absoluta dos Vereadores;
II – suspensão da sessão, por prazo determinado, para composição das chapas ou candidaturas avulsas;
III – apresentação das chapas e candidaturas;
IV – encerramento do prazo para apresentação de chapas e candidaturas avulsas, proclamação dos nomes dos candidatos e dos respectivos cargos a que concorrerão em cada chapa e suspensão da sessão para confecção das cédulas;
V – chamada nominal dos Vereadores para a votação, os quais deverão proclamar os cargos e os nomes em que votam, assinar a cédula e encaminhá-la à Mesa Executiva;
VI – apuração dos votos, mediante acompanhamento das lideranças partidárias;
VII – proclamação dos resultados pelo Presidente;
VIII – realização do segundo escrutínio, quando no primeiro não se alcançar maioria absoluta de votos dos membros da Câmara;
IX – proclamação do resultado final pelo Presidente;
X – posse dos eleitos.

§ 1º O Vereador poderá usar da palavra, por cinco minutos, para a apresentação de chapas ou de candidaturas.

§ 2º Havendo mais de uma chapa concorrente, se nenhuma delas tiver maioria absoluta de votos no primeiro escrutínio, participarão do segundo apenas as duas mais votadas no primeiro.

§ 3º É vedado ao Vereador concorrer a cargos da Mesa Executiva em mais de uma chapa ou se candidatar de forma avulsa a outros cargos.

§ 4º Serão considerados nulos os votos que contiverem alteração dos nomes constantes da cédula.

§ 5º Os suplentes de Vereadores em exercício temporário da vereança não poderão concorrer a cargos da Mesa Executiva;

§ 6º Na composição da Mesa Executiva assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional partidária.

§ 7º Além do disposto no inciso II deste artigo, novas suspensões poderão ser requeridas por qualquer Vereador, e não havendo quórum, o Presidente decidirá.

§ 8º O mandato da Mesa Executiva será de 2 (dois) anos, vedado a reeleição dentro da mesma Legislatura.

Art. 14. A eleição para a renovação da Mesa Executiva será realizada até 15 de dezembro, em sessão especialmente convocada para esse fim; os eleitos ficam automaticamente empossados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente, mediante ato de posse a ser expedido após o resultado da eleição e publicado no Diário Oficial do Município.

Art. 15. O fato de o Presidente da Câmara estar exercendo a Chefia do Executivo não impede a renovação da Mesa Executiva, cabendo ao eleito prosseguir na substituição.

Seção II
Da Composição e Competência

Art. 16. A Mesa Executiva da Câmara compõe-se de Presidência e de Secretaria, constituindo-se, a primeira, do Presidente, 1º Vice-Presidente e do 2º Vice-Presidente, e, a segunda, do 1º e 2º Secretários, os quais se substituirão nesta ordem.

Art. 17. À Mesa Executiva compete, dentre outras atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, neste Regimento Interno ou por resolução da Câmara, ou delas implicitamente resultantes:
I – elaborar e encaminhar ao Executivo, até 15 de agosto de cada ano, a proposta dos recursos a serem destinados à Câmara, para ser incluída na proposta geral do Orçamento do Município;
II – propor ao Plenário projetos de lei que criem, transformem ou extingam cargos ou funções dos serviços da Câmara, e fixem os respectivos vencimentos;
III – elaborar e expedir, mediante ato próprio, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário;
IV – apresentar projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos adicionais para as dotações orçamentárias da Câmara;
V – suplementar, mediante ato, as dotações orçamentárias da Câmara, observado o limite de autorização constante da lei orçamentária, desde que os recursos para a sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;
VI – solicitar, diretamente, mediante requerimento da comissão competente, informações ou documentos ao Prefeito sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeita à fiscalização da Câmara;
VII – fixar diretrizes para a divulgação das atividades da Câmara;
VIII – requisitar servidores da Administração Pública, em geral, para quaisquer dos serviços da

Câmara, observada a legislação pertinente;
IX – conferir a seus membros atribuições ou encargos referentes aos trabalhos legislativos e aos serviços administrativos da Câmara;
X – tomar as medidas necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos e dos serviços administrativos da Câmara, ressalvadas as exceções regimentais.

Art. 18. A Mesa Executiva se reunirá, em comissão, tantas vezes quantas forem necessárias, por convocação do Presidente ou a requerimento da maioria de seus membros, para deliberar, por maioria de votos, sobre assuntos de relevante interesse da Câmara e, em especial, para atender determinações contidas neste Regimento Interno.

Parágrafo único. Perderá o lugar na Mesa Executiva, automaticamente, o membro que deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, sem causa justificada, aceita pela unanimidade dos demais.

Subseção I
Da Presidência

Art. 19. O Presidente é o representante da Câmara, judicial ou extrajudicialmente, competindo-lhe dirigir seus trabalhos legislativos e serviços administrativos e fiscalizar sua ordem e disciplina.

Art. 20. Compete ao Presidente, além de outras atribuições legais, regimentais ou que decorram da natureza de suas funções ou prerrogativas:
I – quanto às sessões:
a) convocá-las, transferi-las, abri-las, presidi-las, suspendê-las, encerrá-las;
b) manter a ordem dos trabalhos, interpretar e fazer cumprir o Regimento Interno;
c) submeter a ata à apreciação plenária e assiná-la em conjunto com o 1º Secretário, depois de aprovada;
d) fazer ler o expediente recebido e demais comunicações de interesse da Câmara;
e) determinar, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de quórum regimental;
f) designar secretário ad hoc, quando os titulares não estiverem presentes à sessão;
g) organizar e anunciar a pauta da Ordem do Dia e submeter à deliberação plenária a matéria dela constante;
h) orientar as votações plenárias, inclusive no tocante ao quórum exigido;
i) anunciar o assunto objeto de discussão, proclamando os resultados das votações;
j) conceder ou negar o uso da palavra e cassá-la, nos termos regimentais;
k) justificar a ausência do Vereador à sessão e lhe impor falta quando abandoná-la sem a respectiva autorização;
l) advertir o membro da Mesa Executiva que, durante a sessão, abandonar suas funções sem prévia comunicação à Presidência;
m) designar comissão especial para recepcionar e introduzir no recinto do Plenário os convidados especiais, visitantes ilustres e homenageados, assegurando-lhes assento de destaque à Mesa Executiva, bem como o suplente de Vereador convocado a prestar compromisso de posse;
n) anunciar, nos momentos próprios, o início e término de cada período da sessão;
o) executar as deliberações do
Plenário; II – quanto às proposições:
a) receber proposições apresentadas;
b) deferi-las ou não, na forma regimental;
c) distribuir proposições, processos e documentos às comissões;
d) despachar requerimentos verbais ou escritos, de sua alçada, indicações, processos e demais papéis submetidos a sua apreciação;
e) declarar prejudicada ou rejeitada a proposição que assim deva ser considerada nos termos regimentais;
f) retirar da pauta da Ordem do Dia proposição em desacordo com as exigências regimentais;
g) solicitar informações e colaborações técnicas para estudo de matéria sujeita à apreciação da Câmara;
h) autorizar a entrega de cópias de proposições;

i) observar e fazer observar o cumprimento dos prazos regimentais;
j) cumprir e fazer cumprir os requerimentos aprovados pelo Plenário; III – quanto às Comissões, na forma regimental:
a) constituir comissões especiais para atividades em plenário;
b) constituir comissões de representação da Câmara;
c) nomear as comissões permanentes e temporárias, bem como indicar e designar seus respectivos substitutos;
d) homologar a composição das comissões permanentes, quando houver consenso na escolha;
e) declarar a perda de lugar;
f) assegurar os meios e condições necessários ao seu pleno funcionamento;
g) julgar recurso contra decisão do presidente de comissão permanente;
h) determinar outras medidas compreendidas no âmbito de sua competência; IV – quanto à Mesa Executiva:
a) convocar e presidir suas reuniões;
b) participar das discussões e deliberações, com direito a voto, e assinar os respectivos atos e decisões;
c) distribuir as matérias que dependam do parecer desta;
d) encaminhar as decisões desta, cuja execução não for atribuída a outro de seus membros; V – quanto às publicações e à divulgação:
a) superintender a publicação de trabalhos da Câmara;
b) publicar os atos da Mesa Executiva, as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas, assim como os demais atos de efeito externo, na forma que dispõe a lei;
c) não permitir a publicidade de pronunciamentos ou expressões atentatórios do decoro parlamentar;
d) promover, periodicamente, a divulgação dos trabalhos legislativos em geral, inclusive da pauta da Ordem do Dia, produzindo ou veiculando informações ou peças informativas;
e) divulgar, em nome da Câmara, mensagens alusivas a grandes datas, feitos históricos e acontecimentos especiais;
VI – quanto às atividades e relações externas da Câmara:
a) representar judicialmente a Câmara;
b) manter, em nome da Câmara, todos os contatos de direito;
c) representá-la socialmente ou delegar poderes a Vereador ou Comissão de Representação;
d) realizar audiências públicas;
e) zelar pelo prestígio e decoro da Câmara e pelos direitos, garantias e respeito devido aos seus membros; VII – quanto a sua competência geral:
a) exercer a Chefia do Executivo Municipal, nos casos previstos em lei;
b) dar posse ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores e suplentes, e declarar a perda dos respectivos mandatos, nos casos definidos em lei;
c) representar sobre a inconstitucionalidade de lei ou ato municipal;
d) assinar em conjunto com o 1º Secretário os documentos oficiais da Câmara, os projetos, pareceres e atas das reuniões da Mesa Executiva;
e) rubricar os livros destinados aos serviços da Câmara, assinando seus termos de abertura e de encerramento;
f) manter a correspondência oficial da Câmara;
g) promulgar as resoluções, os decretos legislativos e, ainda, as leis com sanção tácita ou cujo veto tenha sido rejeitado;
h) nomear, admitir, promover, comissionar, conceder gratificação, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir servidores da Câmara;
i) determinar a abertura de sindicâncias ou inquéritos administrativos, bem como dar andamento regular aos recursos interpostos contra decisão do Presidente;
j) delegar a prática de atos administrativos, restritos à Câmara, que não sejam de sua competência privativa;
k) convocar e presidir reuniões de líderes de bancadas ou blocos parlamentares e representantes partidários, e de presidentes de comissões permanentes, para avaliação dos trabalhos da Câmara, exame de matérias em trâmite e adoção de providências para o bom andamento das atividades legislativas ou administrativas;
l) autorizar as despesas da Câmara, bem como requisitar o numerário destinado a este fim;
m) apresentar ao Plenário, até o dia 20 (vinte) de cada mês, o balancete relativo aos recursos recebidos

e às despesas do mês anterior;
n) autorizar a realização de conferências, palestras ou seminários de interesse da Câmara, fixando-lhes data, horário e local, ressalvada a competência das comissões permanentes;
o) autorizar cursos de treinamento, reciclagem e aperfeiçoamento para os servidores da Câmara.

Art. 21. Para se ausentar do Município por mais de 15 (quinze) dias, o Presidente deverá, necessariamente, licenciar-se do cargo, o que se efetivará, automaticamente, mediante simples comunicação escrita ao seu substituto legal.

Art. 22. O Presidente será substituído, em suas faltas, ausências, licenças ou impedimentos, bem como no caso de vacância do cargo, sucessivamente e na série ordinal, pelos Vice-Presidentes e Secretários, e, finalmente, pelo Vereador mais idoso.

Parágrafo único. Nos casos de vaga, licença ou impedimento, os substitutos ficarão investidos na plenitude das funções.

Art. 23. Para discutir qualquer matéria, o Presidente dos trabalhos deverá afastar-se da Presidência.

Art. 24. Nenhum membro da Mesa Executiva ou outro Vereador poderá presidir a sessão durante a discussão e votação de matéria de sua autoria.

Parágrafo único. A proibição contida no caput não se estende às proposições de autoria da Mesa Executiva ou de Comissões da Câmara.
Art. 25. Quando o Presidente estiver com a palavra, no exercício de suas funções, durante as sessões plenárias, não poderá ser interrompido nem aparteado.

Art. 26. O Presidente, ou o Vereador que o substituir, só terá direito a voto:
I – na eleição da Mesa Executiva;
II – quando a matéria exigir, no mínimo, maioria absoluta para sua aprovação;
III – quando houver empate em qualquer votação.

Art. 27. Da decisão ou omissão do Presidente cabe recurso ao Plenário.

§ 1º O recurso, formulado por escrito, deverá ser proposto, obrigatoriamente, dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis da decisão do Presidente.

§ 2º Apresentado o recurso, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas o Presidente poderá rever a decisão recorrida, ou, caso contrário, despachá-lo à Comissão de Constituição e Justiça, que terá o prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis para emitir o competente parecer.

§ 3º Emitido parecer contrário ao recurso, este será considerado automaticamente prejudicado.

§ 4º Exarado parecer favorável, o recurso e o parecer da Comissão serão incluídos na pauta da Ordem do Dia da primeira sessão ordinária, para deliberação plenária.

§ 5º Aprovado o recurso, o Presidente cumprirá fielmente a decisão plenária, sob pena de sujeitar-se ao processo de destituição.

§ 6º Rejeitado o recurso, a decisão do Presidente será integralmente mantida.

§ 7º Até a deliberação do recurso prevalece a decisão do Presidente.

Art. 28. Compete ao 1º Vice-Presidente:
I – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos, sempre

II – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara, sucessivamente, deixarem de fazê-lo, sob pena de perda do cargo da Mesa Executiva;
III – cumprir outras atribuições ou encargos conferidos pela Mesa Executiva, referentes aos trabalhos legislativos e aos serviços administrativos da Câmara;
IV – cumprir outras disposições regimentais ou decorrentes de resolução da Câmara.

Art. 29. Compete ao 2º Vice-Presidente:
I – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções e os decretos legislativos, sempre que o Presidente e o 1º Vice-Presidente, ainda que em exercício, deixem de fazê-lo no prazo estabelecido;
II – promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as leis, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara e o 1º Vice-Presidente, sucessivamente, deixarem de fazê-lo, sob pena de perda do cargo da Mesa Executiva;
III – cumprir outras atribuições ou encargos conferidos pela Mesa Executiva, referentes aos trabalhos legislativos e aos serviços administrativos da Câmara;
IV – cumprir outras disposições regimentais ou decorrentes de resolução da Câmara.

Subseção II
Da Secretaria

Art. 30. Compete ao 1º Secretário:
I – superintender, sob a orientação do Presidente, os serviços administrativos da Câmara;
II – verificar e declarar a presença dos Vereadores, no início e no término da sessão, e fazer sua chamada nominal sempre que houver determinação do Presidente, assinando as respectivas folhas;
III – anotar as faltas de Vereadores, com as causas justificadas ou não, encerrando a folha do livro de presenças no final da sessão;
IV – ler a ata de sessão anterior, se assim o for determinado, as súmulas das matérias contidas no expediente recebido e das proposições da Ordem do Dia e seus pareceres, bem como outros documentos recomendados pelo Presidente;
V – fazer o assentamento das discussões e votações;
VI – repetir, nas votações nominais, logo após o voto de cada Vereador, as expressões “sim”, “não” e “abstenção”;
VII – determinar o recebimento e o zelo pela guarda de proposições e demais documentos entregues à Mesa Executiva, para conhecimento e deliberação da Câmara;
VIII – receber e determinar a elaboração de toda a correspondência oficial da Câmara, sujeitando-a ao conhecimento, apreciação e assinatura do Presidente;
IX – supervisionar a redação das atas das sessões e assiná-las, na forma regimental, depois do Presidente;
X – secretariar as reuniões da Mesa Executiva, redigindo, em livro próprio, as respectivas atas;
XI – fiscalizar a elaboração dos anais da Câmara;
XII – registrar, em livro próprio, os precedentes firmados na interpretação do Regimento Interno;
XIII – cumprir outras atribuições ou encargos conferidos pela Mesa Executiva, referentes aos trabalhos legislativos e aos serviços administrativos da Câmara;
XIV – cumprir outras disposições regimentais ou decorrentes de resolução da Câmara.

Art. 31. Compete ao 2º Secretário:
I – substituir o 1º Secretário;
II – organizar e controlar a inscrição de oradores nos períodos do Pequeno Expediente, da Ordem do Dia e do Grande Expediente;
III – auxiliar o 1º Secretário, quando assim determinar o Presidente;
IV – cumprir outras atribuições ou encargos conferidos pela Mesa Executiva, referentes aos trabalhos legislativos e aos serviços administrativos da Câmara;
V – cumprir outras disposições regimentais ou decorrentes de resolução da Câmara.

Seção III

Da Vaga, Renúncia e Destituição

Art. 32. Os componentes da Mesa Executiva deixarão de ocupar seus cargos e de exercerem as respectivas funções:
I – pela posse da Mesa Executiva eleita para o biênio seguinte;
II – pelo término do mandato;
III – pela morte, renúncia ou destituição do cargo;
IV – pela perda do mandato;
V – por força de outras disposições legais e regimentais aplicáveis à espécie.

Art. 33. A renúncia ao cargo da Mesa Executiva far-se-á por escrito e se efetivará a partir do protocolo do documento na Secretaria da Câmara, independentemente da deliberação do Plenário.
Parágrafo único. A renúncia será comunicada por escrito aos demais Vereadores.

Art. 34. Os membros da Mesa Executiva, isoladamente ou em conjunto, são passíveis de destituição, desde que comprovadamente desidiosos, ineficientes ou quando tenham se prevalecido do cargo para fins indevidos, mediante processo regulado nos arts. 35 a 40.
Parágrafo único. A destituição judicial de Vereador, de cargo que ocupe na Mesa Executiva, independe de formalidade regimental, assim como a destituição pelo não comparecimento às reuniões da Mesa Executiva, nos termos do parágrafo único do art. 18 deste Regimento.

Art. 35. O início do processo dar-se-á por representação subscrita por 1/3 (um terço) dos Vereadores, com circunstanciada fundamentação e indicação das provas das irregularidades imputadas.

§ 1º Recebida a representação, serão sorteados 3 (três) Vereadores, entre os desimpedidos, para constituírem a Comissão Processante, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator.

§ 2º Instalada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a Comissão, de posse do processo, notificará o acusado dentro de 3 (três) dias, abrindo-se-lhe o prazo de 10 (dez) dias para apresentação, por escrito, de defesa prévia.

§ 3º Findo o prazo estabelecido no § 2º, a Comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá às diligências que entender necessárias, emitindo, no prazo de 10 (dez) dias, seu parecer, concluindo pela procedência ou improcedência das acusações.

§ 4º Concluindo o parecer pela procedência das acusações, o processo, independentemente da manifestação plenária, será remetido à Comissão de Constituição e Justiça para o fim previsto no § 2º do art. 36.

§ 5º O acusado será cientificado dos atos e diligências da Comissão Processante, podendo acompanhá-los.

Art. 36. O parecer da Comissão Processante que concluir pela improcedência das acusações será votado por maioria simples, procedendo-se:
I – ao arquivamento do processo, se aprovado o parecer;
II – à remessa do processo à Comissão de Constituição e Justiça, se rejeitado.

§ 1º O parecer da Comissão será apreciado, em turno único de discussão e votação, a partir da primeira sessão ordinária ou em sessões extraordinárias convocadas para esse fim, até a definitiva deliberação do
Plenário sobre o mesmo.

§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no inciso II do caput ou no caso do § 4º do art. 35, a Comissão de Constituição e Justiça elaborará, dentro de 3 (três) dias, o projeto de resolução relativo à destituição do acusado.

§ 3º O projeto será apreciado na mesma forma prevista no § 1º deste artigo, exigindo-se, para sua aprovação, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 37. Aprovado o projeto, a resolução será expedida em 24 (vinte e quatro) horas e em igual prazo remetida à publicação, aperfeiçoada a destituição no ato da promulgação.

§ 1º A publicação far-se-á pela Mesa Executiva, se a destituição não houver atingido a maioria de seus membros.

§ 2º Na hipótese diversa da prevista no § 1º ou quando a Mesa Executiva não o fizer dentro do prazo estabelecido, a publicação far-se-á pela Comissão de Constituição e Justiça.

Art. 38. O membro da Mesa Executiva acusado não presidirá nem secretariará os trabalhos, para os atos do processo, e não participará das respectivas votações, enquanto o Vereador denunciante ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação.

Art. 39. Para discutir o parecer da Comissão Processante e o projeto da Comissão de Constituição e Justiça, cada Vereador disporá de 15 (quinze) minutos, exceto o relator e o acusado, cada um dos quais poderá falar durante 60 (sessenta) minutos, vedada a cessão de tempo.

Parágrafo único. Terão preferência na ordem de inscrição, respectivamente, o relator do processo e o acusado.

Art. 40. O processo de destituição deverá estar concluído em 90 (noventa) dias, contados da data em que se efetivar a notificação do acusado.

§ 1º Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado.

Art. 41. No caso de vacância de cargo da Mesa Executiva, proceder-se-á a nova eleição dentro dos 5 (cinco) dias imediatos, em sessão especialmente convocada para esse fim, com o eleito exercendo o mandato até o final do biênio correspondente.

CAPÍTULO II
Das Comissões

Seção I
Disposições Preliminares

Art. 42. As Comissões são:

I – permanentes, as de caráter técnico-legislativo ou especializado, integrantes da estrutura institucional da Câmara, copartícipes e agentes do processo legiferante, que têm por finalidade apreciar as matérias ou proposições entregues ao seu exame e sobre elas se manifestar, observados os referidos campos temáticos e áreas de atuação específicos;

II – temporárias, as criadas para tratar de assuntos específicos, alheios à competência das comissões permanentes, que se extinguem quando não instaladas no prazo regimental, ao término da Legislatura, ou antes, quando alcançado o fim a que se destinam ou expirado seu prazo de duração.

§ 1º Os membros das comissões serão considerados automaticamente investidos em suas funções quando não baixada a Portaria de nomeação da comissão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua constituição.

§ 2º Independe de portaria de nomeação a Comissão Processante.

Art. 43. Às Comissões, em razão da matéria de sua alçada, cabe:

I – apreciar proposições e outras matérias submetidas a seu exame;
II – realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com a população;
III – convocar Secretários Municipais ou equivalentes, bem como servidores municipais, para prestar informações sobre assuntos relativos às suas atribuições;
IV – receber, examinar e apurar petições, reclamações, representações, denúncias e manifestações contra atos ou omissões das autoridades e entidades públicas municipais;
V – solicitar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;
VI – exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município;
VII – enviar, através da Mesa Executiva, pedidos de informações ou documentos relativos às matérias de sua competência, observados os prazos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento;
VIII – estudar qualquer assunto compreendido no respectivo campo temático e propor a realização de conferências, seminários, palestras e exposições;
IX – acompanhar a execução das políticas públicas, programas, projetos, ações e metas relacionados à sua área de competência;
X – acompanhar a execução das metas previstas no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, no âmbito de sua competência;
XI – realizar visitas técnicas e inspeções legislativas;
XII – elaborar estudos, relatórios de fiscalização, recomendações e relatórios de monitoramento;
XIII – acompanhar o cumprimento das recomendações expedidas pela Câmara Municipal;
XIV – instaurar procedimentos de fiscalização, na forma deste Regimento;
XV – encaminhar, por intermédio da Mesa Executiva, aos órgãos competentes os achados que possam caracterizar irregularidade, ilegalidade, omissão ou dano ao patrimônio público;
XVI – exercer outras atribuições relacionadas à função legislativa, fiscalizadora e de acompanhamento das políticas públicas.

Art. 44. Na constituição das Comissões assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Câmara.
Parágrafo único. É vedada a participação do Vereador em mais de duas Comissões Permanentes.

Art. 45. O Presidente e os Vereadores impedidos por motivo de ordem regimental, bem assim o suplente de Vereador em exercício, não integrarão Comissões Permanentes ou Temporárias, exceto quando se tratar de Comissão Especial de Estudo ou Comissão Especial de Representação.

Seção II
Do Sistema Municipal de Fiscalização Legislativa

Art. 46. A função fiscalizadora da Câmara Municipal será exercida de forma planejada, contínua, documentada e orientada para resultados, observados os princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, transparência, impessoalidade, motivação, razoabilidade e interesse público.

Art. 47. Fica instituído o Sistema Municipal de Fiscalização Legislativa – SMFL, destinado a organizar, padronizar, integrar e documentar as ações de fiscalização exercidas pela Câmara Municipal e suas Comissões.

§ 1º Integram o Sistema Municipal de Fiscalização Legislativa:
I – o planejamento anual da fiscalização;
II – os planos setoriais de fiscalização das Comissões Permanentes;
III – as ações de acompanhamento das políticas públicas;
IV – os requerimentos de informações e documentos;
V – as visitas técnicas;
VI – as inspeções legislativas;
VII – os estudos e levantamentos;
VIII – a apuração de denúncias, reclamações e representações;

IX – os relatórios de fiscalização;
X – as recomendações legislativas;
XI – os planos de ação;
XII – o monitoramento das providências adotadas;
XIII – os encaminhamentos aos órgãos de controle e fiscalização.

§ 2º A Mesa Executiva poderá regulamentar, por ato próprio, os procedimentos operacionais do Sistema, observadas as disposições deste Regimento.

Art. 48. A Câmara Municipal elaborará, anualmente, o Plano Anual de Fiscalização Legislativa – PAFL, destinado a estabelecer as prioridades, os objetos, os responsáveis, os procedimentos e o cronograma das ações fiscalizatórias.

§ 1º O PAFL será elaborado pela Mesa Executiva, com a participação das Comissões Permanentes.

§ 2º O Plano deverá conter, no mínimo: I – áreas prioritárias;
II – objeto de cada fiscalização;
III – justificativa;
IV – Comissão ou órgão responsável;
V – período estimado;
VI – metodologia;
VII – previsão de visitas, inspeções ou outras diligências;
VIII – resultados esperados.

§ 3º O PAFL será aprovado até o final do primeiro trimestre de cada exercício.

§ 4º O Plano poderá ser alterado durante o exercício mediante justificativa fundamentada, em razão de fatos supervenientes ou de relevante interesse público.

§ 5º Ao término de cada exercício será elaborado Relatório de Execução do PAFL, contendo as ações planejadas, executadas, não executadas, incluídas extraordinariamente, os resultados obtidos e as justificativas para eventuais alterações.

Art. 49. Cada Comissão Permanente elaborará, anualmente, o Plano Setorial de Fiscalização – PSF, em conformidade com o Plano Anual de Fiscalização Legislativa e com as matérias de sua competência.

Parágrafo único. O PSF deverá indicar, no mínimo, os objetos de fiscalização, justificativa, responsáveis, cronograma, metodologia e produtos esperados.

Art. 50. As fiscalizações poderão ser realizadas:
I – pelas Comissões Permanentes;
II – por Comissão Especial;
III – por grupo de Vereadores formalmente designado;
IV – por servidores da Câmara, quando compatível com as atribuições dos respectivos cargos, exclusivamente em apoio técnico, administrativo ou documental;
V – mediante apoio técnico especializado, quando legalmente cabível;
VI – mediante cooperação institucional com outros órgãos públicos ou entidades.

§ 1º A direção política e a conclusão das ações de fiscalização competem aos Vereadores e às Comissões, cabendo aos servidores atuação de apoio técnico, administrativo e documental.

§ 2º A designação da equipe identificará, sempre que possível, o responsável pela coordenação da

fiscalização e pela elaboração da minuta do relatório.

Art. 51. Constituem instrumentos da fiscalização legislativa:
I – requisição de informações e documentos;
II – análise documental;
III – entrevistas e oitivas;
IV – audiências públicas;
V – reuniões com gestores e responsáveis;
VI – visitas técnicas;
VII – inspeções legislativas;
VIII – acompanhamento de obras, serviços e programas;
IX – apuração de denúncias e representações;
X – estudos e levantamentos;
XI – análise de dados, indicadores e resultados;
XII – outros instrumentos compatíveis com a função fiscalizadora.

Parágrafo único. Os pedidos de informações e documentos observarão o procedimento e os prazos previstos na Lei Orgânica e neste Regimento.

Art. 52. As Comissões poderão realizar visitas técnicas destinadas à verificação presencial da execução de obras, serviços, programas, políticas públicas, equipamentos, unidades administrativas e demais objetos relacionados à atividade fiscalizadora.

§ 1º A visita técnica será precedida, sempre que possível, de planejamento contendo objeto, finalidade, local, data e responsáveis.

§ 2º Da visita será elaborado relatório circunstanciado.

§ 3º O relatório deverá registrar, sempre que possível, as constatações, evidências, documentos examinados, registros fotográficos e eventuais recomendações.

Art. 53. A inspeção legislativa será realizada quando necessária à verificação específica de fatos, documentos, procedimentos, contratos, obras, serviços, patrimônio, programas ou utilização de recursos públicos.

§ 1º A inspeção deverá ser formalmente registrada.

§ 2º Serão indicados, sempre que possível, o objeto, objetivo, responsáveis, documentos examinados, evidências obtidas e conclusões.

§ 3º A inspeção poderá resultar em relatório, recomendação ou encaminhamento aos órgãos competentes.

§ 4º A inspeção legislativa não possui os poderes de investigação próprios das autoridades judiciais reservados às Comissões Parlamentares de Inquérito, destinando-se à atividade ordinária de fiscalização legislativa.

Art. 54. As Comissões poderão receber e apurar denúncias, reclamações, representações e outras manifestações relacionadas às matérias de sua competência.

§ 1º Recebida a manifestação, a Comissão realizará análise preliminar quanto à pertinência temática e à existência de elementos mínimos que justifiquem a apuração.
§ 2º Admitida a apuração, poderão ser realizadas diligências, solicitadas informações, requisitados documentos, realizadas visitas técnicas e convocados responsáveis.

§ 3º O órgão ou agente público envolvido terá oportunidade de apresentar esclarecimentos antes da conclusão da apuração, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas em lei.

§ 4º Concluída a apuração, será elaborado relatório contendo as providências cabíveis.

Art. 55. Os achados de fiscalização deverão ser documentados e, sempre que possível, conter:
I – descrição do fato;
II – critério ou parâmetro utilizado;
III – evidência;
IV – causa ou circunstância identificada;
V – consequência ou risco;
VI – manifestação do órgão ou responsável fiscalizado;
VII – conclusão da Comissão ou equipe responsável.

Art. 56. Antes da aprovação do relatório definitivo de fiscalização que contenha achados ou recomendações dirigidos a órgão ou agente público, será assegurada, sempre que cabível, oportunidade para manifestação do responsável.

§ 1º A manifestação será apresentada no prazo fixado pela Comissão, não inferior a 5 (cinco) dias úteis, salvo situação excepcional devidamente justificada.

§ 2º A Comissão analisará a manifestação e poderá:
I – manter o achado;
II – alterar o achado;
III – excluir o achado;
IV – complementar a instrução.

§ 3º A manifestação apresentada pelo fiscalizado integrará o processo de fiscalização.

Art. 57. Toda fiscalização concluída deverá resultar em relatório, que conterá, no mínimo:
I – identificação do objeto;
II – objetivo;
III – período;
IV – responsáveis;
V – metodologia;
VI – documentos e informações analisados;
VII – constatações e achados;
VIII – manifestação dos responsáveis;
IX – conclusão;
X – recomendações, quando cabíveis;
XI – providências propostas;
XII – necessidade de encaminhamento a outros órgãos.

Parágrafo único. O relatório definitivo será disponibilizado no Portal Oficial da Câmara, ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal.

Art. 58. As recomendações expedidas pela Câmara ou por suas Comissões deverão indicar, sempre que possível:
I – o problema identificado;
II – a providência recomendada;
III – o responsável pela adoção da medida;
IV – o prazo para implementação;
V – o resultado esperado.

Art. 59. Quando o relatório de fiscalização contiver recomendação cuja implementação dependa de providência do Poder Executivo, será solicitada ao órgão responsável a apresentação de Plano de Ação, contendo, no mínimo:
I – providência a ser adotada;
II – responsável pela implementação;
III – prazo;
IV – indicador ou meio de comprovação;
V – situação da implementação;
VI – resultado esperado.

Parágrafo único. O Plano de Ação será acompanhado pela Comissão responsável pela fiscalização.

Art. 60. As recomendações e providências decorrentes das ações fiscalizatórias serão objeto de monitoramento.

§ 1º O monitoramento verificará, conforme o caso:
I – cumprimento;
II – cumprimento parcial;
III – não cumprimento;
IV – justificativas apresentadas;
V – necessidade de novas providências.

§ 2º O resultado do monitoramento será registrado em relatório próprio.

§ 3º O não atendimento injustificado poderá ser encaminhado aos órgãos competentes para adoção das medidas cabíveis.

Art. 61. As Comissões Permanentes deverão acompanhar, dentro de suas respectivas áreas de competência, a execução das políticas públicas e dos programas governamentais.

§ 1º O acompanhamento compreenderá, sempre que aplicável:
I – metas do Plano Plurianual;
II – prioridades e metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias;
III – ações e dotações da Lei Orçamentária Anual;
IV – indicadores de desempenho;
V – metas físicas e financeiras;
VI – resultados alcançados.

§ 2º O acompanhamento poderá resultar em relatório, recomendação, audiência pública, visita técnica ou ação fiscalizatória.

Art. 62. As Comissões Permanentes promoverão, no mínimo uma vez por exercício, reunião institucional de acompanhamento e avaliação com os Secretários Municipais, dirigentes de órgãos ou responsáveis pelas políticas públicas inseridas em sua área de competência.

§ 1º A reunião será registrada em ata e poderá resultar em relatório ou recomendações.
§ 2º A reunião institucional prevista neste artigo não se confunde com a convocação formal de autoridade ou servidor, que observará o procedimento próprio previsto na Lei Orgânica e neste Regimento.

Art. 63. As Comissões poderão instaurar estudos legislativos destinados a analisar assuntos de interesse público relacionados à sua competência.
§ 1º O estudo deverá indicar:

I – objeto;
II – justificativa;
III – relator;
IV – prazo;
V – metodologia;
VI – fontes de informação;
VII – resultado esperado.

§ 2º O estudo será concluído mediante relatório.

Art. 64. A Câmara Municipal promoverá avaliação posterior de legislação municipal selecionada segundo critérios de relevância, impacto social, impacto financeiro, tempo de vigência ou prioridade definida no PAFL.

§ 1º A seleção das normas submetidas à avaliação será realizada anualmente pelas Comissões Permanentes, segundo suas áreas temáticas.

§ 2º A avaliação poderá considerar:
I – o problema que motivou a legislação ou política pública;
II – os objetivos pretendidos;
III – a população beneficiária;
IV – os resultados esperados;
V – os resultados efetivamente alcançados;
VI – os custos e recursos empregados;
VII – as dificuldades de implementação;
VIII – a efetividade da medida;
IX – a necessidade de aperfeiçoamento, alteração ou revogação.

Art. 65. A Câmara Municipal elaborará, anualmente, o Relatório Anual de Atividades Legislativas, referente ao exercício anterior.

§ 1º O relatório será elaborado pela Mesa Executiva, com informações fornecidas pelos órgãos da Câmara e pelas Comissões Permanentes.

§ 2º O relatório conterá, no mínimo:
I – sessões realizadas;
II – proposições apresentadas e apreciadas;
III – leis, resoluções e decretos legislativos aprovados;
IV – atividades das Comissões;
V – audiências públicas;
VI – fiscalizações realizadas;
VII – visitas técnicas;
VIII – inspeções;
IX – recomendações;
X – monitoramento das recomendações;
XI – participação parlamentar;
XII – outros indicadores relevantes da atividade legislativa e fiscalizadora.

§ 3º O relatório será disponibilizado no Portal Oficial da Câmara.

Art. 66. Os relatórios, recomendações e demais conclusões decorrentes da função fiscalizadora serão submetidos à deliberação da respectiva Comissão, observados os quóruns previstos na Lei Orgânica e neste Regimento.

Seção III
Das Comissões Permanentes

Subseção I
Da Denominação e Composição

Art. 67. São Comissões Permanentes:
I – a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ);
II – a Comissão de Finanças e Orçamento (CFO);
III – a Comissão de Ação Social, Saúde, Educação (CASE);
IV – a Comissão de Administração e Serviços Públicos (CASP).

Parágrafo único. As Comissões Permanentes exercerão, além das competências legislativas específicas previstas neste Regimento, as atribuições de fiscalização, acompanhamento e avaliação das políticas públicas relacionadas às respectivas áreas de competência.

Art. 68. As Comissões Permanentes, ressalvado o disposto no art. 45, serão compostas de 3 (três) membros e contarão com um Presidente e um Vice-Presidente.

§ 1º Os membros serão escolhidos para integrá-las pelo período máximo de 1 (um) ano, sendo renovadas integralmente.

§ 2º A escolha será realizada no dia útil imediato à eleição da Mesa Executiva, na primeira sessão legislativa, e na última sessão ordinária de cada sessão legislativa, os eleitos ficam automaticamente empossados a partir de 1º de janeiro do ano subsequente.

Art. 69. A composição será feita de comum acordo entre a Mesa Executiva, pelo Presidente, e os líderes de bancadas ou blocos parlamentares e representantes partidários com assento na Câmara.

§ 1º Havendo acordo, a decisão será homologada, de plano, pelo Presidente da Câmara.

§ 2º Não havendo consenso, realizar-se-á eleição individual de cada Comissão, por maioria simples, em votação nominal.

§ 3º O exercício do voto será por ordem alfabética, mediante chamada nominal procedida pelo Secretário designado, obedecida, na escolha, a ordem disposta no art. 67.

Art. 70. Encerrada cada votação, os resultados serão apurados pela Mesa Executiva, sob a fiscalização dos líderes de bancadas ou blocos parlamentares e representantes partidários com assento na Câmara, interessados, com o Presidente proclamando os nomes dos respectivos eleitos.

§ 1º Ocorrendo empate, considerar-se-á eleito o Vereador do partido ainda não representado na comissão.

§ 2º Havendo igualdade de não representação entre os partidos, considerar-se-á eleito o Vereador mais idoso.

Art. 71. Constituídas as Comissões Permanentes, na mesma sessão, por maioria de votos, elas indicarão os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes.

Parágrafo único. Inexistindo acordo na escolha do Presidente, a indicação recairá sobre o membro mais idoso, o qual, de imediato, indicará o Vice-Presidente, se também não houver consenso neste sentido.

Art. 72. Não se efetivando a composição das Comissões Permanentes, por qualquer motivo, serão convocadas sessões diárias para este fim.

Subseção II
Da Competência

Art. 73. Compete à Comissão de Constituição e Justiça:
I – manifestar-se, para efeitos de admissibilidade e tramitação, sobre os aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa das proposições ou processos que tramitarem pela Câmara, com exceção dos que, pela própria natureza, independam de parecer;
II – os assuntos de natureza constitucional ou jurídica que lhe sejam submetidos, em consulta, pelo Presidente da Câmara, pelo Plenário ou por outra Comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;
III – elaborar a redação final das proposições em geral, ressalvadas as exceções regimentais;
IV – proceder à elaboração de proposições, nos termos deste Regimento.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Comissão deverá acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução das políticas públicas, programas, ações, metas e recursos públicos relacionados à sua área de atuação, podendo utilizar os instrumentos previstos no Sistema Municipal de Fiscalização Legislativa.

Art. 74. Compete à Comissão de Finanças e Orçamento:
I – manifestar-se sobre o mérito das matérias de ordem financeira, tributária e orçamentária, e outras que, de forma direta ou indireta, repercutam sobre a receita, a despesa ou o patrimônio do Município;
II – receber e apreciar, privativamente, sobretudo quanto à necessidade de compatibilidade e adequação definidas em lei, as emendas ou alterações propostas aos projetos de lei orçamentária;
III – elaborar a redação final dos projetos de lei orçamentária, bem como dos projetos previstos nos incisos IV, V e VI deste artigo;
IV – a iniciativa de projeto de decreto legislativo relacionado à aprovação ou não do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas do Poder Executivo;
V – a iniciativa de projeto de lei fixando os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais ou equivalentes, para vigorar na gestão seguinte;
VI – a iniciativa de projeto de lei fixando os subsídios dos Vereadores, para viger na Legislatura seguinte;
VII – elaborar outras proposições, nos termos deste Regimento.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Comissão deverá acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução das políticas públicas, programas, ações, metas e recursos públicos relacionados à sua área de atuação, podendo utilizar os instrumentos previstos no Sistema Municipal de Fiscalização Legislativa.

Art. 75. Compete à Comissão de Ação Social, Saúde, Educação:
I – manifestar-se sobre o mérito de matérias que digam respeito à educação, ao ensino, ao desporto, à cultura, à saúde, ao bem-estar social, ao meio ambiente, ao saneamento básico, à defesa dos direitos do cidadão, à segurança pública, aos direitos do consumidor, das minorias, da mulher, da criança, do idoso e do deficiente, à concessão de títulos honoríficos ou de utilidade pública;
II – elaborar outras proposições, nos termos deste Regimento.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Comissão deverá acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução das políticas públicas, programas, ações, metas e recursos públicos relacionados à sua área de atuação, podendo utilizar os instrumentos previstos no Sistema Municipal de Fiscalização Legislativa.
Art. 76. Compete à Comissão de Administração e Serviços Públicos:
I - criação, organização e atribuições dos órgãos da Administração Municipal, servidores públicos, seu regime jurídico, criação, extinção e transformação de cargos e empregos, e fixação ou alteração de sua remuneração;
II – manifestar-se sobre o mérito de matérias relativas a planos gerais ou parciais de urbanização,

alteração, interrupção ou suspensão de empreendimentos do Município, controle do uso e parcelamento do solo urbano, sistema viário, edificações, realização de obras públicas, política habitacional, aquisição e alienação de bens, à denominação de próprios públicos, prestação de serviços públicos diretamente pelo Município ou em regime de concessão ou permissão, transporte coletivo urbano,
III – manifestar-se sobre o mérito de matérias que disciplinem as atividades econômicas desenvolvidas no Município, que regulem a indústria, o comércio, a prestação de serviços, o abastecimento de produtos, o turismo, que visem ao desenvolvimento técnico-científico voltado à atividade produtiva em geral;
IV – dar encaminhamento a sugestões, inclusive de proposições legislativas, apresentadas por entidades civis, tais como sindicatos, órgãos de classe, associações, organizações não governamentais e conselhos municipais;
V – elaborar outras proposições, nos termos deste Regimento.

Parágrafo único. No exercício de suas competências, a Comissão deverá acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução das políticas públicas, programas, ações, metas e recursos públicos relacionados à sua área de atuação, podendo utilizar os instrumentos previstos no Sistema Municipal de Fiscalização Legislativa.

Art. 77. As atribuições enumeradas nos arts. 73 a 76 são meramente exemplificativas, compreendidas, ainda, na competência das Comissões Permanentes diversas outras, correlatas ou conexas.

Art. 78. É vedado às Comissões Permanentes pronunciar-se sobre o que não for da sua competência.

Art. 79. Entende-se como manifestação de mérito a apreciação da matéria sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade.

Subseção III
Do Funcionamento

Art. 80. As Comissões Permanentes poderão estabelecer regras e condições específicas para a organização e o bom andamento dos seus trabalhos, observado o disposto nesta Subseção e respeitadas outras determinações regimentais atinentes.

Parágrafo único. Sempre que possível, as Comissões Permanentes serão assessoradas por servidores efetivos da Câmara com atribuições relacionadas à matéria em exame.

Art. 81. As reuniões ordinárias serão realizadas, independentemente de convocação, em dias e horários prefixados pelos seus Presidentes.

Art. 82. As reuniões ordinárias ou extraordinárias somente serão realizadas em dias considerados úteis e o seu funcionamento não poderá coincidir com o horário das sessões da Câmara, salvo para emissão de pareceres verbais nos casos regimentalmente previstos.

§ 1º Para os fins deste artigo, a Mesa Executiva fará publicar, em edital, a relação das Comissões Permanentes e Temporárias, com a designação dos locais, dias e horários de suas reuniões.

§ 2º As pautas das reuniões das Comissões Permanentes deverão ser divulgadas no Portal Oficial da Câmara, sempre que possível antes da realização da reunião, contendo a identificação das matérias a serem apreciadas.

Art. 83. No período ordinário, as reuniões extraordinárias serão convocadas pelo Presidente da Comissão, pela maioria de seus membros ou pelo Presidente da Câmara, de ofício, em caráter urgente e relevante.

Parágrafo único. Nos períodos de recesso, as reuniões extraordinárias das Comissões serão convocadas exclusivamente pelo Presidente da Câmara.

Art. 84. As reuniões das Comissões serão públicas e durarão o tempo necessário ao exame da respectiva Ordem do Dia.

§ 1º As reuniões somente serão instaladas e funcionarão com o quórum da maioria absoluta dos membros.

§ 2º Os debates obedecerão, no que couber, às normas previstas para as sessões da Câmara, assegurada autonomia de decisão ao respectivo Presidente.

§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria de votos.

§ 4º Qualquer Vereador poderá participar, sem direito a voto, dos debates das Comissões.

§ 5º Não havendo reunião por falta de quórum, lavrar-se-á termo de comparecimento dos membros presentes.

§ 6º A ausência injustificada de Vereador, ressalvadas as faltas justificadas por motivo justo, entre elas doença e desempenho de missão oficial, ensejará o desconto de 5% (cinco por cento) de seu subsídio.

Art. 85. As atas das reuniões das Comissões serão elaboradas segundo padrão uniforme, contendo:
I – data, horário e local da reunião;
II – identificação de quem a tenha presidido;
III – nomes dos presentes e ausentes, com expressa referência às faltas justificadas e aos membros ad hoc designados;
IV – relação das matérias apreciadas e síntese dos trabalhos realizados.

§ 1º As atas, uma vez lidas e entendidas conforme, serão dadas como aprovadas, sendo assinadas pelos membros presentes à reunião.

§ 2º Havendo pedido de retificação, lavrar-se-á termo específico, que será incorporado à ata.
§ 3º As atas, pautas, pareceres e demais documentos públicos produzidos pelas Comissões serão disponibilizados no Portal Oficial da Câmara, ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal.

Subseção IV
Dos Pareceres

Art. 86. Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre qualquer matéria sujeita a sua competência.

§ 1º Nenhuma proposição será submetida à consideração plenária sem parecer escrito da comissão ou comissões competentes, salvo o disposto no § 3º deste artigo e no art. 96 deste Regimento.

§ 2º Cada proposição terá parecer independente, exceto quando, em se tratando de matérias análogas, forem anexadas a um só processo.

§ 3º As proposições elaboradas pela Mesa Executiva e pelas Comissões Permanentes serão dadas à pauta da Ordem do Dia independentemente de parecer.

Art. 87. O parecer escrito constará de 3 (três) partes:
I – relatório;
II – voto do relator;
III – decisão da Comissão, com assinatura dos membros que votaram a favor ou contra o parecer do relator.

§ 1º Acolhido o voto do relator, este constituirá o parecer da Comissão.

§ 2º O voto em separado, acompanhado pela maioria dos membros da Comissão, passará a constituir seu parecer, considerando-se as conclusões rejeitadas do relator como manifestação em contrário.

§ 3º Não acolhidos, pela maioria, o voto do relator ou o voto em separado, novo relator será designado.

§ 4º O membro cujo voto for vencido poderá apresentar parecer em separado, indicando as restrições efetuadas.

Art. 88. O parecer escrito obedecerá à ordem de entrada da proposição no âmbito de cada Comissão, que somente será alterada nos seguintes casos, dentre outras previsões regimentais:
I – pedido de informação ou de documento;
II – pedido de preferência pelo autor, quando aprovada;
III – concessão de vista;
IV – aprovação de regime de urgência para a matéria;
V – quando a matéria integrar pauta de sessão extraordinária.

Art. 89. Cada Comissão terá o prazo de 15 (quinze) dias para exarar seu parecer escrito, prorrogável por igual período, a critério do respectivo presidente, mediante despacho devidamente fundamentado.

§ 1º O prazo previsto no caput será contado da data em que a matéria der entrada na Comissão.
§ 2º Findo o prazo ou emitido parecer antes de seu término, a matéria será automaticamente encaminhada à Comissão que deva pronunciar-se em sequência, ou à Presidência, se for o caso, com ou sem parecer, para que seja incluída em Ordem do Dia na situação em que se encontrar.

Art. 90. Em se tratando de projetos relativos a códigos, estatutos, diretrizes orçamentárias, proposta orçamentária, plano plurianual de investimentos, processo de prestação de contas do Município ou outros que, pela complexidade ou natureza da matéria, exijam estudo altamente técnico e acurado, o Presidente da Câmara poderá, a seu critério, prorrogar o prazo para parecer em até 30 (trinta) dias, salvo para pronunciamento sobre o mérito.

Art. 91. Recebida a proposição, o Presidente da Comissão, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, designará o relator, fixando-lhe prazo para parecer.

§ 1º Não cumprido o prazo pelo relator, designar-se-á relator substituto, que disporá da metade do prazo inicialmente estabelecido para apresentar o parecer.

§ 2º Esgotados os prazos referidos neste artigo, o Presidente avocará para si o relato da proposição.

§ 3º Sempre que possível, a relatoria será atribuída no sistema de rodízio.

Art. 92. Qualquer Vereador poderá obter vista de uma determinada proposição sob exame das Comissões Permanentes, observado o seguinte:
I – o prazo máximo será de 3 (três) dias;
II – o pedido será despachado a critério do respectivo Presidente;
III – a concessão será por uma única vez ao mesmo Vereador no âmbito de todas as comissões permanentes.

Art. 93. A não observação dos prazos previstos nos arts. 91 e 92 será comunicada pela Comissão à Mesa Executiva, no primeiro dia útil após o vencimento do prazo, para publicação, em edital, da relação dos faltosos.
Parágrafo único. A partir da publicação, a Comissão abrirá prazo de 3 (três) dias para a devolução da proposição, que, descumprido, impedirá o Vereador de, no mesmo período legislativo, receber outra

matéria para vista ou relatar parecer.

Art. 94. As Comissões Permanentes poderão solicitar análise da Assessoria Jurídica da Câmara em matérias sujeitas à sua apreciação.

Parágrafo único. A Comissão de Finanças e Orçamento poderá solicitar parecer técnico contábil, proferido por servidor efetivo da Câmara, com atribuições inerentes à matéria em exame.

Art. 95. Quando a proposição for despachada à apreciação de mais de uma Comissão, manifestar-se-ão inicialmente, observada a pertinência da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça e a Comissão de Finanças e Orçamento. Os Presidentes das Comissões que devam deliberar sobre a mesma matéria poderão, de comum acordo, agendar reunião conjunta, observadas as seguintes normas:
I – cada Comissão deverá estar presente pela maioria de seus membros;
II – o estudo da matéria será conjunto, mas a votação será realizada separadamente, na ordem constante do despacho da Mesa Executiva;
III – cada Comissão poderá ter seu Relator, salvo se preferirem indicar Relator único;
IV – o parecer poderá ser conjunto, desde que registre a manifestação de cada Comissão, ou separado, conforme a orientação adotada, devendo, em qualquer caso, mencionar os votos vencidos, os votos em separado, os votos pelas conclusões e os votos com restrições.

Art. 96. Os pareceres verbais serão admitidos em proposições:
I – constantes da pauta da Ordem do Dia de sessões extraordinárias;
II – com prazo esgotado para emissão de parecer escrito;
III – incluídas em regime de urgência especial em Ordem do Dia.

§ 1º Sendo impossível conseguir parecer verbal dos membros das Comissões Permanentes, o Presidente da Câmara designará membro ad hoc para esse fim.

§ 2º Para a emissão dos pareceres previstos neste artigo, será concedido prazo comum de deliberação às Comissões, de até 15 (quinze) minutos, mediante suspensão da sessão.

Subseção V
Do Presidente

Art. 97. Ao Presidente de Comissão Permanente compete:
I – convocar e presidir reuniões da Comissão, nelas mantendo a ordem e formalidade necessárias;
II – dar à Comissão conhecimento de toda a matéria recebida e despachá-la;
III – zelar pela observância dos prazos concedidos à Comissão;
IV – conceder a palavra durante as reuniões;
V – interromper o orador que falar sobre o vencido, exceder-se nos debates ou faltar à consideração com os presentes, cassando-lhe a palavra no caso de desobediência;
VI – representar a Comissão nas suas relações com a Mesa Executiva, com outras Comissões ou com o Plenário;
VII – resolver todas as questões de ordem e reclamações suscitadas no âmbito da Comissão;
VIII – falar em plenário em nome da Comissão ou delegar poderes para que o faça outro membro;
IX – encaminhar à Mesa Executiva, ao término de cada exercício, Relatório Anual das Atividades da Comissão, contendo as matérias apreciadas, reuniões, audiências públicas, estudos, fiscalizações, visitas técnicas, inspeções, recomendações e monitoramentos realizados;
X – enviar à Mesa Executiva toda a matéria destinada à leitura em plenário e que deva receber publicidade;
XI – autorizar ao Vice-Presidente, quando entender conveniente, a distribuição das proposições;
XII – determinar, a pedido ou não, o registro dos debates na íntegra, quando julgar conveniente;
XIII – submeter a voto as questões sujeitas à deliberação da Comissão e proclamar o resultado da votação;

XIV – praticar outras atribuições que lhe são conferidas por este Regimento.

§ 1º O Presidente poderá funcionar como Relator ou Relator Substituto e terá voto nas deliberações da Comissão.
§ 2º Dos atos e deliberações do Presidente da Comissão cabe recurso de qualquer Vereador, ao Presidente da Câmara, que decidirá fundamentadamente.

§ 3º O recurso, formulado por escrito, deverá ser proposto, obrigatoriamente, dentro do prazo improrrogável de 2 (dois) dias úteis da decisão.

§ 4º Nas faltas, ausências, licenças ou impedimentos do Presidente da Comissão, assumirá as funções o Vice-Presidente e, posteriormente, o membro efetivo mais idoso.

Subseção VI
Dos Impedimentos e Ausências

Art. 98. É vedado ao Vereador integrante de Comissão Permanente:
I – presidir reunião de Comissão quando se debater ou votar matéria da qual seja autor ou relator;
II – relatar proposição de sua autoria;
III – presidir mais de uma Comissão Permanente.

Art. 99. Sempre que o membro da Comissão não puder comparecer à reunião, deverá, previamente, comunicar o fato ao seu Presidente, que fará consignar em ata a escusa.

§ 1º Se o trabalho da Comissão for prejudicado pelo não comparecimento de qualquer membro, o Presidente da Câmara, para compor o quórum necessário à efetivação da reunião, designará substituto para o Vereador faltoso ou impedido.

§ 2º Nos casos de licença do Vereador, o Presidente da Câmara designará substituto.

§ 3º Cessará a substituição logo que o titular voltar ao exercício.

Subseção VII
Das Vagas

Art. 100. A vaga na Comissão verificar-se-á em virtude do término do mandato, renúncia, falecimento ou perda do lugar.

Art. 101. A renúncia de membro de Comissão deverá ser comunicada, por escrito, à Presidência da Câmara, salvo o disposto no § 1º deste artigo.

§ 1º Quando manifestada inequivocamente, no transcurso da reunião da comissão ou em sessão plenária, será registrada integralmente na ata, aperfeiçoando-se a renúncia com a aprovação da ata.

§ 2º O Presidente e o Vice-Presidente, renunciando ao cargo, concomitantemente ou não, a Comissão realizará eleição interna em 5 (cinco) dias, contados do cumprimento do disposto no art. 101.

Art. 102. Perderá o lugar na Comissão o Vereador que:
I – não comparecer a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou 5 (cinco) intercaladas, salvo motivo justo aceito pela Comissão;
II – exorbitar ou for omisso e ineficiente no exercício de suas atribuições;
III – negar-se a subscrever parecer sobre matéria em análise, estando presente à reunião;
IV – negar-se a proferir parecer verbal em matéria que o admita, quando para isso solicitado, em sessão plenária.

§ 1º A perda do lugar será declarada pelo Presidente da Câmara, por si ou a requerimento de qualquer outro Vereador, uma vez comprovado o fato ou ato motivador, assegurando-se ao acusado, mediante notificação, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de defesa, por escrito.

§ 2º O Vereador destituído nos termos deste artigo não poderá ser designado para integrar qualquer Comissão Permanente até o final da sessão legislativa.

Art. 103. A vaga em Comissão será preenchida através de nova eleição para o respectivo cargo, no interregno de 5 (cinco) dias.

Seção IV
Das Comissões Temporárias

Subseção I
Disposições Preliminares

Art. 104. As Comissões Temporárias são:
I – Comissão Especial de Estudos;
II – Comissão Especial de Representação;
III – Comissão Parlamentar de Inquérito;
IV – Comissão Processante.

Art. 105. Ressalvadas as previsões legais e regimentais em contrário, as Comissões Temporárias serão criadas mediante requerimento de 1/3 (um terço) dos Vereadores, aprovado por maioria simples, indicando a finalidade prevista, o número de membros e o prazo de funcionamento, que poderá ser prorrogado.

§ 1º Assegura-se o cargo de Presidente ao autor do requerimento, quando se tratar de Comissão Especial de Estudos ou de Comissão Especial de Representação, o qual, por sua vez, indicará o relator.

§ 2º No caso do § 1º, o Presidente da Câmara integrando a Comissão, o autor do requerimento poderá ser designado relator.

§ 3º A participação do Vereador em Comissão Temporária será cumprida sem prejuízo de suas funções em Comissão Permanente ou perante a Câmara.

§ 4º Aplicam-se às Comissões Temporárias, no que couber, as disposições regimentais relativas às Comissões Permanentes.

§ 5º As reuniões ordinárias ou extraordinárias somente serão realizadas em dias considerados úteis e o seu funcionamento não poderá coincidir com o horário das sessões da Câmara, nem ser concomitante com o das Comissões Permanentes, exceto as reuniões da comissão prevista no inciso II do art. 102.

Subseção II
Das Comissões Especiais de Estudos e de Representação

Art. 106. As Comissões Especiais de Estudos destinam-se ao estudo de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara em assuntos de relevância e interesse público, considerando-se extintas se não instaladas em 3 (três) dias úteis.

Art. 107. As Comissões Especiais de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos.

§ 1º Poderão ser designadas pelo Presidente, por iniciativa própria, quando não importarem ônus para a Câmara.

§ 2º Quando a Câmara se fizer representar em conferências, congressos e simpósios, não exclusivamente de Vereadores, serão preferencialmente indicados os edis que desejarem apresentar trabalhos relativos ao temário e os membros das Comissões Permanentes de atribuições correlatas.

Art. 108. Dos trabalhos efetivados, as Comissões Especiais de Estudos e as Comissões Especiais de Representação, estas apenas nas situações previstas no § 2º do art. 107, elaborarão relatório sucinto, que fará parte do expediente da primeira sessão ordinária e terá a destinação indicada pela Comissão.

Subseção III
Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 109. As Comissões Parlamentares de Inquérito serão criadas mediante requerimento subscrito por 1/3 (um terço) dos Vereadores, independentemente de aprovação, terão amplos poderes de investigação e serão destinadas à apuração de fato determinado e por prazo certo.

§ 1º Considera-se fato determinado o acontecimento de interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município, que estiver devidamente caracterizado no requerimento de instituição da Comissão.

§ 2º O requerimento será recebido se atender os requisitos legais e regimentais, caso contrário, será indeferido e arquivado, cabendo ao autor recurso ao Presidente.

§ 3º A Comissão, que também poderá atuar durante o recesso parlamentar, terá o prazo de 90 (noventa) dias, prorrogável por até metade, mediante deliberação do Plenário, no período ordinário, e decisão da maioria da Mesa Executiva, nos períodos de recesso, para a conclusão de seus trabalhos.

§ 4º Do ato de instituição constarão a provisão de meios, os recursos administrativos, as condições organizacionais e o assessoramento necessários ao bom desempenho da Comissão, incumbindo à Mesa Executiva e à Administração da Câmara o atendimento preferencial das providências que solicitar.

§ 5º Na reunião de instalação, que dar-se-á no prazo máximo de 3 (três) dias úteis da constituição, a Comissão elegerá o Presidente e o Relator Geral e, se necessários, Relatores Parciais.

Art. 110. A Comissão poderá, além ou complementarmente às atribuições previstas na Lei Orgânica do Município e neste Regimento, observada a legislação vigente:
I – requisitar servidores do serviço administrativo da Câmara ou, em caráter transitório, de qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta, Indireta e Fundacional do Município, necessários aos seus trabalhos, bem como a designação de técnicos e peritos que possam cooperar no desempenho de suas atribuições;
II – determinar as diligências que reputar necessárias, ouvir indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requerer de órgãos e entidades da Administração Pública informações e documentos, tomar o depoimento de qualquer autoridade ou cidadão e requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais;
III – incumbir qualquer de seus membros, ou servidores requisitados da Câmara, da realização de sindicâncias ou diligências necessárias aos seus trabalhos, dando conhecimento prévio à Mesa Executiva;
IV – transportar-se a qualquer local onde se fizer necessária sua presença, ali praticando os atos que lhe competirem;
V – estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei, exceto quando da alçada de autoridade judiciária;
VI – se forem diversos os fatos inter-relacionados objeto do inquérito, dizer em separado sobre cada um, mesmo antes de finda a investigação dos demais.

Parágrafo único. As Comissões Parlamentares de Inquérito valer-se-ão, subsidiariamente, no que couber, das normas procedimentais contidas no Código de Processo Penal.

Art. 111. Ao término dos trabalhos, a Comissão apresentará relatório circunstanciado e conclusivo, que será publicado no Diário Oficial do Município e encaminhado:
I – à Mesa Executiva, para as providências de alçada desta ou do Plenário;
II – ao Ministério Público, com a cópia da documentação, para que promova a responsabilidade civil ou criminal por infrações apuradas e adote outras medidas decorrentes de suas funções institucionais;
III – ao Poder Executivo Municipal, para adotar as providências saneadoras, de ordem constitucional ou legal;
IV – à Comissão Permanente que tenha maior pertinência com a matéria, à qual incumbirá fiscalizar o atendimento do prescrito no inciso III;
V – ao Tribunal de Contas do Estado, para as providências de sua alçada.

Parágrafo único. Nos casos dos incisos II, III e V, a remessa será feita pelo Presidente da Câmara, no prazo assinalado pela Comissão, sob pena de responsabilidade.

Subseção IV
Das Comissões Processantes

Art. 112. As Comissões Processantes destinam-se a instrumentalizar:
I – procedimento instaurado em face de denúncia contra o Prefeito Municipal ou seu substituto legal, por crimes de responsabilidade ou infrações político-administrativas, cominadas com a perda do mandato, observadas as disposições da legislação federal pertinente;
II – procedimento instaurado em face de denúncia contra Vereador, por infrações previstas em lei e neste Regimento, cominadas com a perda do mandato;
III – procedimento instaurado em face de representação contra membros da Mesa Executiva da Câmara, nas situações previstas neste Regimento, cominadas com a destituição do cargo, observados os procedimentos definidos nos arts. 35 a 40.

Parágrafo único. No caso do inciso II, para as hipóteses dos incisos I, II, VI e VII do art. 124, serão observados os procedimentos definidos no art. 126.

CAPÍTULO III
Do Plenário

Art. 113. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituído pela reunião dos Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§ 1º O local é o recinto próprio de sua sede, salvo no caso de sessão itinerante.

§ 2º A forma legal é a sessão, nos termos deste Regimento.

§ 3º O número legal é o quórum exigido para a realização das sessões e para as deliberações, ordinárias e especiais.

Art. 114. Cabe à Câmara, com a sanção do Prefeito, dispor sobre todas as matérias de competência do Município, em especial:
I – legislar sobre assuntos de interesse local;
II – suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
III – legislar sobre tributos municipais, bem como autorizar isenções e anistias fiscais e a remissão de dívidas;
IV – dispor sobre as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e o plano plurianual de investimentos,

bem como autorizar a abertura de créditos adicionais;
V – deliberar sobre a obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
VI – autorizar a concessão de auxílios, prêmios e subvenções;
VII – autorizar a concessão de serviços públicos, a concessão de direito real de uso e a concessão administrativa de uso de bens municipais;
VIII – autorizar a aquisição, exceto por desapropriação, a alienação, a permuta e doação de bens imóveis do Município, inclusive as doações que este venha a receber com encargo;
IX – dispor sobre a criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual;
X – dispor sobre a criação, transformação e extinção de cargos, funções e empregos públicos, fixando a
respectiva remuneração, da Administração Direta, Indireta e Fundacional;
XI – autorizar a criação e a estruturação de Secretarias ou equivalentes;
XII – autorizar ou referendar convênios e consórcios firmados pelo Executivo Municipal, no interesse público, com entidades de direito público e privado;
XIII – dispor sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado;
XIV – dispor sobre os planos de carreira e o regime jurídico dos servidores municipais;
XV – dispor sobre a delimitação do perímetro urbano;
XVI – dispor sobre a denominação de próprios públicos e sobre a alteração desta;
XVII – dispor sobre normas urbanísticas.

Art. 115. Compete privativamente à Câmara, dentre outras atribuições:
I – eleger sua Mesa Executiva, bem como destituí-la, na forma regimental;
II – elaborar seu Regimento Interno;
III – dispor sobre sua organização, segurança interna, criação, transformação ou extinção dos cargos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros legais;
IV – dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito;
V – conceder licença ao Prefeito e Vereadores, ou a seus substitutos no exercício do cargo;
VI – autorizar o Prefeito a se ausentar do Município, por necessidade e para o desempenho de seu cargo, por mais de 15 (quinze) dias;
VII – nos casos previstos em lei, declarar a perda do mandato, bem como processar e julgar o Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores;
VIII – tomar e julgar as contas do Prefeito, deliberando sobre o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, observados os seguintes preceitos:
a) o parecer prévio só deixará de prevalecer por decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara;
b) rejeitadas as contas, estas serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, para fins de direito;
IX – fixar em cada Legislatura, para a subsequente, os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais ou equivalentes e dos Vereadores;
X – convocar os responsáveis por chefias de órgãos do Executivo, incluída a Administração Indireta e Fundacional, bem como servidores municipais em geral, para prestarem informações sobre atividades de sua responsabilidade, sem prejuízo da competência das Comissões Permanentes e Temporárias;
XI – sustar os atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites estabelecidos em lei;
XII – proceder à tomada de contas do Prefeito, por intermédio de comissão especial, quando não apresentadas dentro do mesmo prazo estipulado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
XIII – deliberar sobre a mudança temporária de sua sede;
XIV – manifestar-se nos casos de modificação territorial, de transferência da sede do Município, alteração de seu nome, do distrito ou do bairro, e sobre a anexação a outro;
XV – solicitar a intervenção do Estado no Município;
XVI – legislar sobre a forma de participação popular no Governo Municipal;
XVII – requerer informações e/ou documentos ao Prefeito sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeita à fiscalização da Câmara;
XVIII – a iniciativa das matérias relacionadas à concessão de títulos de cidadania honorária ou benemérita a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e/ou particular.

TÍTULO III
Dos Vereadores

CAPÍTULO I
Dos Direitos e Deveres

Art. 116. Os direitos dos Vereadores estão compreendidos no pleno exercício de seu mandato, observadas as determinações legais e as prescrições deste Regimento.

Art. 117. São deveres do Vereador, dentre outros:
I – comparecer à hora regimental, nos dias designados às sessões da Câmara, nelas permanecendo até o final dos trabalhos;
II – conduzir-se, sobretudo em plenário, de modo compatível com o decoro parlamentar;
III – apresentar-se convenientemente trajado no exercício do múnus público;
IV – oferecer, na forma regimental, pareceres ou votos, comparecendo e participando das reuniões das comissões a que pertencer;
V – propor ou levar ao conhecimento da Câmara as medidas que julgar convenientes aos interesses do Município e de sua população;
VI – impugnar medidas que julgue prejudiciais ao interesse público;
VII – não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;
VIII – obedecer às normas regimentais;
IX – observar o disposto nos arts. 33 e 34 da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO II
Do Registro da Atividade Parlamentar

Art. 118. A Câmara Municipal manterá registro da atividade parlamentar individual dos Vereadores, para fins de transparência e acompanhamento institucional.

§ 1º O registro compreenderá, no mínimo:
I – presença em sessões;
II – proposições apresentadas;
III – requerimentos e indicações;
IV – emendas;
V – participação e presença nas Comissões;
VI – relatorias;
VII – fiscalizações das quais participou;
VIII – visitas técnicas;
IX – audiências públicas;
X – outros atos parlamentares registrados oficialmente.

§ 2º Os registros terão caráter informativo e não poderão ser utilizados como instrumento oficial de avaliação política ou hierarquização dos Vereadores.

CAPÍTULO III
Do Decoro Parlamentar

Art. 119. O Vereador que descumprir os deveres inerentes a seu mandato, ou praticar ato que afete a sua dignidade, sujeita-se ao processo e às medidas disciplinares previstas neste Regimento:
I – censura;
II – suspensão temporária do exercício do cargo, graduada de 7 (sete) a 21 (vinte e um) dias;

III – perda do mandato.

§ 1º Considera-se atentatório do decoro parlamentar usar, em discurso ou proposição, de expressões que configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§ 2º É incompatível com o decoro parlamentar:
I – o abuso das prerrogativas asseguradas aos membros da Câmara;
II – a percepção de vantagens indevidas;
III – a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Art. 120. A censura será verbal ou escrita.

§ 1º A censura verbal será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ou por quem o substituir, quando não caiba penalidade mais grave, ao Vereador que:
I – inobservar, salvo motivo justificado, os deveres inerentes ao mandato ou os preceitos do Regimento Interno;
II – praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Câmara;
III – perturbar a ordem das sessões da Câmara ou das reuniões de Comissão.

§ 2º A censura escrita será imposta pela Mesa Executiva, se outra cominação mais grave não couber, ao Vereador que:
I – usar, em discurso ou proposição, de expressões atentatórias do decoro parlamentar;
II – praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa Executiva ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

Art. 121. Considera-se incurso na sanção de suspensão temporária do exercício do cargo, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:
I – reincidir nas hipóteses previstas nos §§ 1º e 2º do art. 120;
II – praticar transgressão grave ou reiterada aos preceitos do Regimento Interno;
III – revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;
IV – faltar, sem motivo justificado, a 3 (três) sessões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) não consecutivas, em cada sessão legislativa.

§ 1º Nos casos dos incisos I a III, a penalidade será aplicada pelo Plenário, por maioria simples, assegurada ao infrator a oportunidade de ampla defesa.
§ 2º Na hipótese do inciso IV, a Mesa Executiva aplicará, de ofício, o mínimo da penalidade, resguardado o princípio da defesa.

§ 3º O Vereador suspenso do exercício temporário do mandato não receberá a respectiva remuneração.

Art. 122. A perda do mandato aplicar-se-á nos casos e forma previstos nos arts. 126 a 128 deste Regimento.

Art. 123. Quando, no curso de uma discussão, um Vereador for acusado de ato que ofenda a sua honorabilidade, pode pedir ao Presidente da Câmara ou de Comissão que mande apurar a veracidade da arguição e o cabimento de censura ao ofensor, no caso de improcedência da acusação.

CAPÍTULO IV
Da Perda e Extinção do Mandato

Art. 124. Perderá o mandato o Vereador:
I – que incidir em qualquer das proibições estabelecidas no art. 34 da Lei Orgânica do Município;
II – cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo doença comprovada, licença ou missão oficial autorizada pela Edilidade;
IV – que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
V – quando o decretar a Justiça;
VI – que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado;
VII – que fixar residência fora do Município;
VIII – que deixar de tomar posse, sem motivo justo aceito pela Câmara, dentro do prazo estabelecido em lei.

§ 1º Nos casos dos incisos I, II, VI e VII, a perda do mandato será decidida pela Câmara, por voto nominal e maioria qualificada, mediante provocação da Mesa Executiva, de qualquer Vereador ou de partido político nela representado, assegurada ampla defesa e obedecido o disposto no art. 124 deste Regimento.

§ 2º Nos casos previstos nos incisos III, IV, V e VIII, a perda ou vacância será declarada pela Mesa Executiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer dos membros da Câmara, ou de partido político nela representado, assegurada ampla defesa.

§ 3º No caso do § 2º deste artigo, observar-se-ão as seguintes normas:
I – a Mesa Executiva dará ciência, por escrito, ao Vereador, do fato ou ato que possa implicar a perda do mandato;
II – no prazo de 10 (dez) dias corridos, contado da ciência, o Vereador poderá apresentar defesa;
III – apresentada ou não a defesa, a Mesa Executiva decidirá a respeito, no prazo de 3 (três) dias úteis, tornando públicas as razões que fundamentaram sua decisão.

Art. 125. Extingue-se, também, o mandato do Vereador quando ocorrer seu falecimento, ou sua renúncia, por escrito.

Parágrafo único. Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração de extinção do mandato.

Art. 126. Observado o disposto no art. 105, o processo de cassação do mandato do Vereador obedecerá ao seguinte rito:
I – a denúncia escrita da infração poderá ser feita por qualquer Vereador, partido político ou munícipe eleitor, com a exposição dos fatos e a indicação das provas;
II – se o denunciante for Vereador, ficará impedido de votar sobre a denúncia e de integrar a Comissão Processante, podendo, todavia, praticar todos os atos de acusação;
III – se o denunciante for o Presidente da Câmara, passará a Presidência ao substituto legal, para os atos do processo, e só votará se necessário para completar o quórum de julgamento;
IV – de posse da denúncia, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, determinará sua leitura e consultará o Plenário sobre o seu recebimento;
V – decidido o recebimento, pelo voto da maioria dos presentes, na mesma sessão será constituída a Comissão Processante, com 3 (três) Vereadores sorteados entre os desimpedidos, os quais elegerão, desde logo, o Presidente e o Relator;
VI – recebendo o processo, o Presidente da Comissão iniciará os trabalhos, dentro em 5 (cinco) dias, notificando o denunciado, no prazo de 2 (dois) dias úteis, com a remessa de cópia da denúncia e documentos que a instruírem, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 10 (dez);
VII – se estiver ausente do Município ou não efetivada a notificação, esta far-se-á por edital, publicado 2 (duas) vezes, no Órgão Oficial do Município, com intervalo de 3 (três) dias, pelo menos;
VIII – decorrido o prazo de defesa, a Comissão decidirá, dentro em 5 (cinco) dias, pelo prosseguimento ou arquivamento da denúncia, que, neste caso, será submetido ao Plenário;
IX – decidido o prosseguimento, o Presidente da Comissão designará, desde logo, o início da instrução e determinará os atos, diligências e audiências que se fizerem necessários para o depoimento do denunciado e inquirição de testemunhas;
X – o denunciado será intimado de todos os atos do processo, pessoalmente ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência de, pelo menos, 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe permitido assistir

que for de seu interesse;
XI – concluída a instrução, será aberta vista do processo ao denunciado, para razões escritas, no prazo de 5 (cinco) dias, e, após, a Comissão Processante emitirá parecer final, pela procedência ou improcedência da acusação, e solicitará ao Presidente da Câmara a convocação de sessão de julgamento;
XII – na sessão de julgamento, o parecer final será lido, integralmente, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo máximo de 15 (quinze) minutos cada um, e, ao final, o denunciado, ou seu procurador, terá o prazo máximo de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral;
XIII – concluída a defesa, passar-se-á imediatamente à votação, obedecidas as regras regimentais;
XIV – serão tantas as votações quantas forem as infrações articuladas na denúncia;
XV – o denunciado será considerado afastado definitivamente do cargo quando incurso em qualquer das infrações especificadas na denúncia;
XVI – concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação sobre cada infração, e, se houver condenação, expedirá, de imediato, a competente resolução de cassação do mandato, independentemente de nova deliberação plenária;
XVII – se o resultado da votação for absolutório, o Presidente determinará o arquivamento do processo;
XVIII – em qualquer dos casos previstos nos incisos XVI e XVII, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado.

§ 1º O processo a que se refere este artigo deverá estar concluído em 90 (noventa) dias, contados da data em que se aperfeiçoar a notificação do acusado.

§ 2º Transcorrido o prazo sem o julgamento, o processo será arquivado, sem prejuízo de nova denúncia, ainda que sobre os mesmos fatos.

§ 3º Faculta-se à Comissão Processante fazer-se acompanhar de assessor jurídico em todos os atos do processo.

CAPÍTULO V
Do Vereador Servidor Público

Art. 127. O exercício da vereança por servidor público atenderá às seguintes determinações:
I – havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo;
II – não havendo compatibilidade de horários, ficará afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
III – na hipótese prevista no inciso II ou em qualquer caso que lhe seja exigido o afastamento para o exercício do mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

CAPÍTULO VI
Das Faltas e Licenças

Art. 128. Além de outros casos, considera-se motivo justo, para efeito de justificação de faltas às sessões da Câmara, doença comprovada, luto e desempenho de missões oficiais do Legislativo.

§ 1º Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da sessão e permanecer até o final da sessão.

§ 2º Os atrasos poderão ser justificados até o início da Ordem do Dia, mediante requerimento verbal, hipótese em que o Vereador assinará o livro de presença, registrando-se em ata a ocorrência.

§ 3º O Vereador poderá retirar-se da sessão, por motivo justificado e com autorização do Presidente,

mediante requerimento verbal, registrando-se também em ata a ocorrência.

Art. 129. O Vereador poderá licenciar-se, mediante requerimento escrito:
I – por motivo de doença, devidamente comprovada;
II – para tratar, sem remuneração, de interesse particular, por prazo determinado nunca inferior a 30 (trinta) dias nem superior a 120 (cento e vinte) dias, podendo reassumir suas funções no decorrer da licença;
III – para desempenhar missões temporárias do interesse do Município, decorrentes de expressa designação da Câmara, ou previamente aprovadas pelo Plenário;
IV – em face de licença-gestante ou de licença-paternidade.

§ 1º Para fins de remuneração, considerar-se-á como em exercício o Vereador licenciado nos casos previstos nos incisos I, III e IV.

§ 2º A licença-gestante e a licença-paternidade serão concedidas seguindo os mesmos critérios e condições estabelecidos para os servidores públicos.

§ 3º O Vereador investido no cargo ou função de Ministro de Estado, Secretário de Estado, Secretário Municipal ou equivalente será considerado automaticamente licenciado.

§ 4º No caso do inciso I, encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o requerimento, poderá fazê-lo a liderança de sua bancada ou bloco parlamentar, instruindo-o com atestado médico.

§ 5º Nas hipóteses dos incisos I, III (se a missão temporária decorrer de expressa designação da Câmara) e IV, o requerimento será despachado pelo Presidente.

§ 6º Nas hipóteses dos incisos II e III (se a missão temporária não decorrer de expressa designação da Câmara), o requerimento será deliberado pelo Plenário, no período ordinário, e despachado pela Mesa Executiva, nos períodos de recesso.

§ 7º No caso de se afastar do território nacional, o Vereador dará prévia ciência à Câmara, por intermédio da Presidência, indicando a natureza do afastamento e sua duração estimada.

§ 8º Para a efetivação da licença prevista no inciso I, faculta-se à Mesa Executiva determinar, a seu critério ou a pedido de qualquer Vereador, a confirmação, por junta médica, da licença por motivo de doença.

CAPÍTULO VII
Dos Subsídios

Art. 130. Os subsídios dos Vereadores serão fixados na forma do art. 30, inciso XII da Lei Orgânica do Município, conforme iniciativa prevista no art. 74, inciso VI, deste Regimento.

§ 1º A retirada do Vereador durante a sessão, quando não autorizada, ou sua ausência, salvo faltas por justo motivo, dentre elas doença e desempenho de missão oficial, ensejará o seguinte desconto por cada falta, no respectivo subsídio:
a) 12,50% (doze vírgula cinquenta por cento), em sessão ordinária;
b) 7,50% (sete vírgula cinquenta por cento), em sessão extraordinária, exceto no período de recesso.

§ 2º Nos períodos de recesso será assegurado ao Vereador o direito de perceber integralmente os subsídios.

CAPÍTULO VIII
Da Convocação do Suplente

Art. 131. Nos casos de vaga, de investidura prevista no § 3º do art. 129 ou de licença superior a 30 (trinta) dias, o Presidente da Câmara convocará imediatamente o suplente.

§ 1º O suplente convocado deverá tomar posse no prazo de 10 (dez) dias, salvo motivo justo aceito pela Câmara, sob pena de ser considerado renunciante.

§ 2º No período ordinário a posse será em sessão, enquanto no recesso dar-se-á perante o Presidente.

§ 3º Tendo prestado o compromisso de posse uma vez, o suplente de Vereador fica dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes.

§ 4º Enquanto a vaga não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

Art. 132. Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la, convocada pelo Tribunal Regional Eleitoral, por solicitação do Presidente da Câmara, se faltarem mais de 15 (quinze) meses para o término do mandato.

CAPÍTULO IX
Dos Líderes e Representantes Partidários

Art. 133. Líder é o porta-voz de uma bancada partidária ou de um bloco parlamentar e o intermediário entre eles e os órgãos da Câmara.

§ 1º Cada bancada partidária ou bloco parlamentar terá um Líder e um Vice-Líder, salvo o disposto no § 6º

§ 2º As bancadas partidárias ou blocos parlamentares indicarão à Mesa Executiva da Câmara, mediante documento subscrito pela maioria de seus membros, no início da sessão legislativa, os respectivos Líderes e Vice-Líderes.

§ 3º Havendo empate na indicação, prevalecerá a do Vereador mais idoso.

§ 4º Ocorrendo alteração de Líder ou Vice-Líder, sobretudo motivada pela criação ou extinção de bloco parlamentar, a Mesa Executiva deverá ser comunicada de imediato.

§ 5º O Líder será substituído, nas suas faltas, ausências, licenças ou impedimentos, pelo Vice-Líder.

§ 6º A Mesa Executiva só aceitará indicação de Líder e Vice-Líder para bancada partidária com o mínimo de 2 (dois) membros ou bloco parlamentar com o mínimo de 3 (três) integrantes.

§ 7º O único Vereador de uma sigla partidária será denominado representante partidário.

Art. 134. Cabe ao Líder, além de outras atribuições, a indicação de membros de sua bancada partidária ou bloco parlamentar para integrar comissões permanentes ou temporárias, ressalvadas as exceções
regimentais.

Art. 135. Faculta-se ao Líder ou representante partidário, em caráter excepcional, a juízo do Presidente da Câmara, usar da palavra para tratar de assunto relevante e urgente, ou, se por motivo ponderável não lhe for possível ocupar a tribuna legislativa, cedê-la a um dos seus liderados.

Art. 136. O Prefeito poderá indicar, mediante ofício endereçado à Mesa Executiva, um Vereador para exercer a sustentação parlamentar dos interesses do Poder Executivo perante a Câmara, sob a denominação de Líder do Governo, com a prerrogativa de:
I – usar da palavra para defender sua linha político-administrativa, por prazo não superior a 2 (dois)

minutos, sempre que constatada tal necessidade;
II – participar dos trabalhos de qualquer Comissão, podendo encaminhar votação ou requerer a verificação desta, nas matérias daquela iniciativa;
III – encaminhar a votação de qualquer proposição do interesse do Executivo sujeita à deliberação do Plenário;
IV – praticar outros atos para preservar ou assegurar a tramitação das respectivas proposições.

CAPÍTULO X
Dos Blocos Parlamentares

Art. 137. As representações de 2 (dois) ou mais partidos, por deliberação das respectivas bancadas, poderão constituir Bloco Parlamentar, sob liderança comum, respeitado o número mínimo estipulado no § 6º do art. 133.

§ 1º O Bloco Parlamentar terá, no que couber, o tratamento dispensado por este Regimento às bancadas partidárias com representação na Câmara.

§ 2º As lideranças dos partidos que se coligarem em bloco parlamentar perderão suas atribuições e prerrogativas regimentais.

§ 3º Se o desligamento de uma bancada implicar a perda do quórum exigido na forma do caput, extinguir-se-á automaticamente o Bloco Parlamentar.

§ 4º O Bloco Parlamentar terá existência circunscrita à legislatura, devendo o ato de sua criação e as alterações posteriores ser apresentadas à Mesa Executiva, para registro e publicação.

§ 5º A bancada que integrava Bloco Parlamentar dissolvido, ou a que dele se desvincular, não poderá constituir ou integrar outro no mesmo ano legislativo.

§ 6º A agremiação integrante de um Bloco Parlamentar não poderá fazer parte de outro, concomitantemente.

TÍTULO IV
Das Sessões

CAPÍTULO I
Das Disposições Gerais e das Modalidades de Realização

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 138. A Câmara se reunirá em sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, especiais e comemorativas.

§ 1º Ordinárias são as realizadas em datas e horários previstos neste Regimento.

§ 2º Extraordinárias são as realizadas em ocasiões diversas das fixadas para as sessões ordinárias.

§ 3º Solenes são as destinadas à:
I – instalação da legislatura;
II – posse do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores;
III – eleição e posse da Mesa Executiva da Câmara para o primeiro biênio da legislatura;
IV – outorga de honrarias ou prestação de homenagens.

§ 4º Especiais são as destinadas à:
I – eleição da Mesa Executiva para o segundo biênio da legislatura;
II – escolha das Comissões Permanentes e indicação dos Líderes e Vice-Líderes de bancadas ou blocos parlamentares.

§ 5º Comemorativas são as destinadas à comemoração de datas cívicas ou históricas.

§ 6º Independem de convocação as sessões com datas expressas para sua realização.

§ 7º As sessões extraordinárias, solenes, especiais e comemorativas não serão remuneradas, em nenhuma hipótese.

§ 8º As sessões previstas no § 3º, incisos I, II e IV, e no § 5º, poderão ser realizadas com qualquer número.

§ 9º As sessões extraordinárias, solenes, especiais e comemorativas só terão a Ordem do Dia, observadas, no que couber, as disposições adotadas para este período nas sessões ordinárias.

§ 10. Não haverá sessões ordinárias da Câmara nos dias que coincidirem com feriados ou pontos facultativos.

§ 11. As sessões ordinárias previstas para os dias que coincidirem com feriados e pontos facultativos poderão ser antecipadas para a data útil imediatamente anterior ou transferidas para a subsequente, a critério do Presidente da Câmara.

§ 12. O cancelamento de sessão dependerá de prévio requerimento, subscrito pela maioria absoluta dos membros da Câmara, exceto em caso de força maior.
§ 13. As sessões da Câmara serão públicas.

Art. 139. As sessões serão realizadas no recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que se efetivarem fora dele.

§ 1º Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto, ou outra causa que impeça sua utilização, as sessões poderão ser realizadas em outro local, por deliberação da Mesa Executiva.

§ 2º As sessões solenes, as comemorativas e as ordinárias de caráter itinerante poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara, por deliberação do Presidente.

Art. 140. Salvo previsão regimental em contrário, as sessões serão abertas com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos membros da Câmara.

§ 1º No horário de início designado, inexistindo quórum em primeira chamada, haverá tolerância máxima de 15 (quinze) minutos.

§ 2º Persistindo a falta de número legal, lavrar-se-á Termo de Comparecimento dos Vereadores.

§ 3º Em se tratando de sessão ordinária, na hipótese do § 2º, o Presidente despachará o expediente que independa da manifestação plenária.

§ 4º Verificada a existência de número regimental, o Presidente, em pé, no que deverá ser acompanhado pelos demais Vereadores, declarará aberta a sessão, proferindo os seguintes termos: "SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, INICIAMOS OS NOSSOS TRABALHOS". Em seguida, convidará Vereador para proceder à leitura de texto bíblico.

§ 5º O tempo de tolerância previsto no § 1º será computado no prazo de duração do período correspondente.

Art. 141. A sessão poderá ser suspensa para:
I – preservar a ordem;
II – permitir, quando necessário, que comissão emita parecer verbal ou complemente parecer escrito;
III – entendimento de lideranças sobre matéria em discussão;
IV – recepção de autoridades, convidados especiais e visitantes;
V – o trato de questões não previstas neste artigo.

Parágrafo único. O tempo de suspensão não será computado na duração do período.

Art. 142. A sessão será encerrada à hora regimental, exceto:
I – por falta de quórum regimental para o prosseguimento dos trabalhos;
II – quando esgotadas as matérias da Ordem do Dia;
III – quando esgotadas as matérias da Ordem do Dia e não houver oradores no período do Grande Expediente;
IV – quando esgotada a lista de oradores do Grande Expediente;
V – quando prorrogado o período da Ordem do Dia;
VI – por tumulto grave;
VII – em caráter excepcional, a requerimento de qualquer Vereador, por motivo de luto nacional, pelo falecimento de autoridade ou alta personalidade, ou por calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos.

Art. 143. O Hino Nacional Brasileiro será executado nas sessões que antecederem datas cívicas e comemorativas e o Hino do Município na abertura da primeira sessão ordinária e na primeira sessão ordinária após o recesso, tocados sempre após a leitura de texto bíblico.

Parágrafo único. Nas sessões solenes serão executados o Hino Nacional Brasileiro e o Hino de Vera Cruz do Oeste.

Seção II
Das Sessões Híbridas e Remotas

Art. 144. As sessões da Câmara Municipal serão realizadas preferencialmente de forma presencial, admitida sua realização em formato híbrido ou integralmente remoto, nos termos desta Seção, mediante utilização de sistema eletrônico oficial que permita comunicação simultânea por áudio e vídeo, identificação dos participantes, registro de presença, manifestação, discussão e votação.

§ 1º Considera-se:
I – sessão híbrida: aquela realizada com participação simultânea de Vereadores presencialmente no recinto da Câmara e por meio remoto;
II – sessão remota: aquela em que a participação dos Vereadores ocorre integralmente por meio eletrônico.

§ 2º As sessões híbridas ou remotas deverão assegurar a publicidade dos trabalhos e sua transmissão pelos canais oficiais da Câmara, ressalvadas as hipóteses legais de restrição de acesso.

Art. 145. A realização de sessão híbrida ou remota poderá ser autorizada pelo Presidente da Câmara, mediante decisão fundamentada, quando:
I – houver situação de emergência, calamidade pública ou ocorrência que dificulte ou impeça a reunião presencial;
II – razões de segurança, saúde pública, caso fortuito ou força maior recomendarem a adoção do formato remoto;

III – houver impossibilidade temporária de utilização do recinto da Câmara;
IV – circunstância excepcional devidamente justificada tornar conveniente ou necessária a participação remota, sem prejuízo da regularidade dos trabalhos legislativos.

Parágrafo único. A convocação ou comunicação da sessão deverá informar expressamente o formato adotado e os meios tecnológicos oficiais que serão utilizados.

Art. 146. Nas sessões realizadas em formato híbrido, será admitida a participação remota de Vereador, desde que previamente comunicada à Presidência e observados os requisitos técnicos estabelecidos nesta Seção.
§ 1º O Vereador participante remotamente será considerado presente para todos os efeitos regimentais quando:
I – estiver devidamente identificado e conectado ao sistema oficial;
II – mantiver condições técnicas de comunicação por áudio e vídeo durante a sessão, ressalvadas interrupções momentâneas devidamente constatadas;
III – responder à chamada ou realizar o registro eletrônico de presença;
IV – permanecer disponível para manifestação e votação.

§ 2º A participação remota assegura ao Vereador os mesmos direitos regimentais de manifestação, discussão, encaminhamento e votação atribuídos ao participante presencial, observadas as limitações inerentes ao meio eletrônico.

Art. 147. O voto proferido por Vereador que participe regularmente de sessão híbrida ou remota terá a mesma validade jurídica e regimental do voto proferido presencialmente.

§ 1º O voto remoto será registrado por sistema eletrônico oficial ou, na impossibilidade deste, mediante manifestação nominal, oral e inequívoca do Vereador, certificada pela Presidência e consignada em ata.

§ 2º Não será computado o voto quando não for possível confirmar a identidade do Vereador ou quando a interrupção da conexão impedir a manifestação inequívoca de sua vontade.

§ 3º Restabelecida a conexão antes do encerramento da votação, o Presidente poderá colher o voto do Vereador, desde que ainda não tenha proclamado o resultado.

Art. 148. O Vereador regularmente registrado e conectado em sessão híbrida ou remota será computado para fins de quórum de instalação e de deliberação.

§ 1º A perda da conexão não implicará imediatamente ausência, quando se tratar de interrupção momentânea.

§ 2º Persistindo a impossibilidade de comunicação e sendo a presença do Vereador necessária à manutenção do quórum, a Presidência registrará a ocorrência e poderá suspender a sessão pelo tempo necessário ao restabelecimento da conexão ou adotar as providências regimentais cabíveis.

Art. 149. As disposições desta Seção aplicam-se, no que couber, às reuniões das Comissões Permanentes, Temporárias e demais órgãos colegiados da Câmara Municipal.

Parágrafo único. As sessões públicas da Câmara Municipal, presenciais, híbridas ou remotas, serão transmitidas em tempo real pela internet, por meio de canal oficial do Poder Legislativo, e suas gravações serão disponibilizadas para acesso público, ressalvadas as hipóteses legais de restrição de acesso e as situações de impossibilidade técnica devidamente registradas.

CAPÍTULO II
Das Sessões Ordinárias

Art. 150. As sessões ordinárias serão realizadas às segundas-feiras, com início às 19 horas,

independentemente de convocação, ressalvado o disposto nos §§ 2º e 3º deste artigo.

§ 1º A pauta da Ordem do Dia, quando não anunciada em sessão, e os avulsos das matérias nela constantes serão entregues até 8 (oito) horas antes do início da sessão.

§ 2º As sessões ordinárias poderão ter caráter itinerante, realizando-se em pontos diversos do Município.

§ 3º Os locais, datas e horários de realização das sessões itinerantes serão definidos com base em requerimento subscrito pela maioria absoluta dos Vereadores ou dos Líderes de Bancada ou Bloco Parlamentar, mediante deliberação do Presidente.

§ 4º O cumprimento do contido no § 1º poderá ser feito através de e-mail ou aplicativo de mensagem.

§ 5º As sessões realizadas na sede do Legislativo também poderão ter o horário de início antecipado ou retardado em situações de ordem relevante, mediante requerimento subscrito conforme o § 3º

Art. 151. As sessões ordinárias terão os seguintes períodos:
I – Pequeno Expediente;
II – Ordem do Dia;
III – Grande Expediente.

Seção I
Do Pequeno Expediente

Art. 152. O Pequeno Expediente terá a duração de 60 (sessenta) minutos, destinando-se:
I – à leitura em caso de requerimento verbal por qualquer vereador, visando sua impugnação ou retificação, e aprovação de ata de sessão anterior;
II – à leitura do sumário do expediente recebido pela Mesa Executiva;
III – à leitura do sumário das proposições encaminhadas à Mesa Executiva;
IV – ao pronunciamento dos Vereadores.

§ 1º As matérias figurarão na pauta do expediente seguindo a ordem de protocolo e registro feita pela Secretaria e as que independem da deliberação plenária serão despachadas prontamente pelo Presidente.

§ 2º Todas as matérias lidas neste período deverão estar protocoladas até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

§ 3º Se a entrada da matéria ocorrer após o horário estabelecido no § 2º, figurará no expediente da sessão ordinária seguinte, dispensada esta exigência, nos períodos de recesso, para as matérias constantes do inciso II do caput.

§ 4º Concluída a leitura do sumário das proposições, o Presidente dará a palavra aos Vereadores, durante 5
(cinco) minutos improrrogáveis a cada orador, a fim de expor assunto sobre proposição apresentada, não se permitindo apartes.

§ 5º A ordem de chamada seguirá a lista de presença sendo alterada em cada sessão para o nome imediatamente subsequente na ordem alfabética.

§ 6º Não se admitirá cessão de tempo nos pronunciamentos realizados no Pequeno Expediente.

Seção II
Da Ordem do Dia

Art. 153. Esgotadas as matérias e pronunciamentos do Pequeno Expediente ou o tempo regimental de sua duração, passar-se-á ao período da Ordem do Dia, que terá a duração normal de 2 (duas) horas.

Art. 154. No período da Ordem do Dia, quando o número de presenças for inferior ao quórum exigido para a votação das matérias, sua discussão dar-se-á exclusivamente por decisão do Presidente, salvo o disposto no
§ 8º do art. 138.

Parágrafo único. Esgotada a discussão da matéria ou matérias, quando ocorrer, e persistindo a falta de quórum, o Presidente encerrará a sessão, ou passará ao Grande Expediente, se houver.

Art. 155. A organização da pauta da Ordem do Dia obedecerá à seguinte distribuição:
I – matérias preferenciais;
II – projetos de iniciativa popular;
III – projetos de autoria do Prefeito;
IV – projetos de autoria da Mesa Executiva;
V – projetos de autoria de Comissão Permanente;
VI – projetos de autoria de Vereadores;
VII – pareceres;
VIII – recursos;
IX – requerimentos.

§ 1º Terão precedência entre os projetos da mesma iniciativa, pela ordem, os projetos de lei complementar, os projetos de lei ordinária, de decreto legislativo e de resolução.

§ 2º Observar-se-á, em cada caso, o estágio de discussão da proposição, se este não for único, e, depois, sua ordem numérica crescente.

§ 3º Aplicam-se as disposições deste artigo, no que couber, às matérias preferenciais ou em regime de urgência.

Subseção I
Da Prorrogação da Ordem do Dia

Art. 156. O tempo de duração da Ordem do Dia, inclusive de sessão extraordinária, poderá ser prorrogado, por uma única vez, pelo prazo de até 90 (noventa) minutos, a critério do Presidente.

Parágrafo único. O Presidente comunicará a prorrogação da Ordem do Dia ao Plenário, no mínimo, 15 (quinze) minutos antes do término do período.

Subseção II
Da Inversão da Pauta da Ordem do Dia

Art. 157. A inversão da pauta da Ordem do Dia é a forma pela qual será corrigida a irregular distribuição das matérias nela contidas, quando não observada a ordem prevista no art. 155 deste Regimento, ou protelada a apreciação de proposição de natureza controversa ou complexa, ainda que de caráter preferencial ou urgente.

Parágrafo único. A inversão dar-se-á por requerimento verbal de qualquer Vereador, despachado de plano pelo Presidente no primeiro caso e deliberado pelo Plenário na segunda hipótese.

Seção III
Do Grande Expediente

Art. 158. Esgotadas as matérias da pauta da Ordem do Dia ou o tempo regimental de sua duração, iniciar-se-á o período do Grande Expediente, que terá a duração de 60 (sessenta) minutos.
Parágrafo único. O prazo de prorrogação da Ordem do Dia será deduzido do tempo de duração deste período.

Art. 159. Aberto o Grande Expediente, o Presidente concederá a palavra a cada Vereador pelo prazo de 07 (sete) minutos, para que discorra sobre assunto de sua livre escolha, ressalvado o disposto no art. 293.

§ 1º A ordem de chamada seguirá a lista de presença sendo alterada em cada sessão para o nome imediatamente subsequente na ordem alfabética.

§ 2º Será considerado desistente o Vereador que deixar de ocupar a tribuna quando chamado, ou dispensar a palavra.

§ 3º O Vereador chamado, desistindo expressamente da palavra, poderá cedê-la a outro, exceto para o Vereador que já tenha feito uso da palavra.

CAPÍTULO III
Da Comissão Geral

Art. 160. A sessão plenária da Câmara, quando reunida em caráter ordinário ou extraordinário, será transformada em Comissão Geral, no período da Ordem do Dia, pelo tempo necessário, a critério e sob a direção do Presidente, para:
I – discussão de assuntos de interesse comunitário, de ordem urgente e relevante, com segmentos organizados da sociedade local;
II – comparecimento do Prefeito, Secretários Municipais ou equivalentes, com o objetivo de tratar de questões de interesse público, ou mediante convocação;
III – concessão da palavra a autoridades, convidados especiais e visitantes ilustres, bem como entrega de honraria ou prestação de homenagem.

§ 1º Na hipótese do inciso I, assegurar-se-á ao representante da entidade o uso da palavra pelo prazo de 5 (cinco) minutos, para exposição preliminar, sem apartes, abrindo-se, em seguida, tempo de 2 (dois) minutos para interpelação do orador por parte dos Vereadores previamente inscritos, assegurado igual tempo para resposta.

§ 2º Na situação prevista no inciso II, adotar-se-á a mesma sistemática prevista no § 1º, permitida a prorrogação do tempo inicial em 5 (cinco) minutos, a juízo do Presidente.

§ 3º Em relação ao inciso III, o uso da palavra será franqueado por tempo a critério do Presidente, devendo a saudação oficial, em nome da Câmara, ser feita exclusivamente por Vereador designado para este fim.

§ 4º Alcançada a finalidade da Comissão Geral, a sessão plenária terá andamento a partir da fase em que ordinariamente se encontrariam os trabalhos.

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica nos períodos de recesso.

CAPÍTULO IV
Da Ordem dos Debates

Seção I
Disposições Gerais

Art. 161. Os debates devem ser realizados com ordem e solenidade próprias da dignidade do Legislativo, não podendo o Vereador fazer uso da palavra sem que o Presidente a conceda e em desconformidade com as prescrições regimentais.

§ 1º Os Vereadores deverão permanecer nas respectivas bancadas, no decorrer da sessão.

§ 2º Nenhuma conversação será permitida no recinto do Plenário em tom que dificulte a realização dos trabalhos.

Art. 162. Para a discussão de qualquer matéria, o Presidente anunciará a discussão onde os Vereadores terão a liberdade de usar ou não da palavra.

§ 1º É vedada nova inscrição na mesma fase de discussão.

§ 2º O tempo de que dispuser o Vereador começará a fluir no instante em que lhe for dada a palavra.

§ 3º O autor da matéria poderá solicitar à Mesa Executiva que o inscreva, em primeiro lugar, para justificar a iniciativa da respectiva proposição.

Art. 163. Com a palavra, o Vereador não poderá ser interrompido, exceto nos seguintes casos:
I – para atender ao pedido da palavra "pela ordem", motivado pela inobservância de dispositivos regimentais;
II – quando infringir disposição regimental;
III – quando aparteado, nos termos deste Regimento;
IV – para comunicação importante, urgente e inadiável à Câmara;
V – para colocações de ordem do Presidente;
VI – para a recepção de autoridades, convidados e visitantes ilustres;
VII – pelo transcurso do tempo regimental.

§ 1º Quando o orador for interrompido em seu pronunciamento, salvo nas hipóteses dos incisos II, III e V, o prazo de interrupção não será computado no tempo que lhe cabe.

§ 2º O término do prazo que couber ao orador ser-lhe-á comunicado, 2 (dois) minutos antes de esgotado.

Art. 164. É vedado ao Vereador que solicitar a palavra, ou ao seu aparteante, sob qualquer pretexto:
I – usá-la com finalidade diferente da alegada;
II – desviar-se da matéria em debate;
III – falar sobre matéria vencida;
IV – usar de linguagem imprópria;
V – ultrapassar o prazo que lhe compete;
VI – deixar de atender às advertências do Presidente.

Art. 165. O uso da palavra será regulado pelas seguintes normas:
I – o orador deverá falar da tribuna, a menos que o Presidente permita o contrário;
II – ao falar em plenário, o orador deverá ocupar o microfone, dirigindo-se sempre ao Presidente ou à Câmara voltado para a Mesa Executiva, exceto quando receber aparte;
III – dirigindo-se ou referindo-se a colega Vereador, dar-lhe-á o tratamento de "senhor(a)", "vereador(a)", "excelência", "nobre colega" ou "nobre vereador(a)";
IV – nenhum Vereador poderá se referir a seus pares e, de modo geral, a qualquer cidadão ou autoridade de modo descortês ou injurioso;
V – nenhum Vereador poderá interromper o orador, assim considerado aquele a quem o Presidente já tenha dado a palavra, de forma antirregimental;
VI – se o Vereador falar com infringência de dispositivo regimental, o Presidente dará por encerrado seu pronunciamento;
VII – se o Vereador permanecer na tribuna, o Presidente adverti-lo-á, convidando-o a tomar seu assento;

VIII – se, ainda assim, o Vereador insistir em falar ou perturbar a ordem dos trabalhos, será convidado a se retirar do Plenário, e o Presidente, além de poder determinar a suspensão ou o encerramento da sessão, tomará as providências cabíveis.

Art. 166. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente, o Presidente a concederá na seguinte ordem:
I – ao autor;
II – aos relatores da matéria;
III – aos autores de parecer escrito em separado;
IV – ao Vereador mais idoso.

Parágrafo único. No caso dos incisos II e III, observar-se-á a ordem de tramitação da matéria no âmbito das Comissões Permanentes.

Seção II
Dos Prazos para Uso da Palavra

Art. 167. O Vereador fará uso da palavra por uma única vez sobre o mesmo assunto, salvo as exceções previstas neste Regimento, para:
I – por 2 (dois) minutos:
a) impugnar ou retificar ata;
b) expor parecer verbal;
c) encaminhar votação;
d) justificar o voto;
e) pela ordem;
f) falar em nome da liderança ou representação partidária;
g) justificar falta;
h) defender-se de ataque ou acusação de colega
Vereador; II – por 5 (cinco) minutos:
a) discutir veto;
b) discutir parecer contrário;
c) discutir recursos;
d) discutir requerimentos sujeitos a debate;
e) discursar no Pequeno
Expediente; III – por 7 (sete)
minutos:
a) discursar no Grande
Expediente IV – 10 (dez)
minutos:
a) discutir proposta de emenda à Lei Orgânica, projetos de lei complementar ou ordinária, de decreto legislativo e de resolução, bem como seu substitutivo ou redação final, quando houver;
b) justificar a apresentação de matéria em debate, quando autor;
c) discursar em saudação especial;
d) discutir outros processos sujeitos à deliberação plenária, salvo se a matéria assim não o justificar, a critério do Presidente.

Seção III
Dos Apartes

Art. 168. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador, para indagação, esclarecimento ou contestação sobre o assunto da matéria em debate.

§ 1º O aparte, formulado de forma respeitosa, ocorrerá nos períodos da Ordem do Dia e do Grande Expediente, salvo o disposto no § 2º deste artigo.

§ 2º Não serão permitidos apartes:
I – no caso do art. 25;
II – paralelos ou cruzados;
III – quando o orador não o permitir, tácita ou expressamente;
IV – nos 2 (dois) minutos finais do tempo do uso da palavra;
V – no encaminhamento de votação ou justificativa de voto;
VI – nos casos de uso da palavra pela ordem ou pela liderança;
VII – nas hipóteses de uso da palavra em que não cabe aparte.

§ 3º Os apartes subordinam-se às disposições relativas aos debates, em tudo que lhes seja aplicável.

§ 4º Não serão registrados apartes proferidos em desacordo com as normas regimentais.

Seção IV
Da Ordem e da Questão de Ordem

Art. 169. O Vereador poderá pedir a palavra "pela ordem" para:
I – interpor questão de ordem;
II – falar em nome da liderança ou da representação partidária;
III – comunicar assunto relevante, urgente ou inadiável à Câmara;
IV – propor requerimentos verbais;
V – defender-se de ataque ou acusação de colega Vereador.

§ 1º Durante a deliberação de matéria constante da Ordem do Dia o uso da palavra "pela ordem" só será admitido nos casos dos incisos I, IV e V.

§ 2º Nos casos dos incisos II e III, o uso da palavra "pela ordem" será admitido após a deliberação do item correspondente.

Art. 170. O Presidente não poderá recusar a palavra "pela ordem" ao Vereador, mas poderá cassá-la imediatamente se constatar:
I – que deixaram de ser mencionados com clareza e indicação precisa as disposições regimentais preteridas ou a questão que se pretende elucidar;
II – improcedente a comunicação cogitada ou o requerido;
III – que versa sobre questão vencida.

Art. 171. Toda dúvida quanto à observância e interpretação do Regimento Interno será tratada como "questão de ordem".

§ 1º Cabe ao Presidente decidir soberanamente sobre as questões de ordem, de plano ou dentro de 48 (quarenta e oito) horas, podendo submetê-las à imediata deliberação plenária, quando entender necessário.

§ 2º Não se admitirá nova "questão de ordem" em matéria já decidida ou pendente de decisão.

Art. 172. Não se admitirá o uso da palavra "pela ordem":
I – no Pequeno Expediente e no Grande Expediente, exceto para o Vereador reclamar a observância do Regimento Interno;
II – durante qualquer votação ou verificação de votação.

CAPÍTULO V
Das Atas

Art. 173. De cada sessão plenária será lavrada ata, contendo cabeçalho identificador, data e horário de seu início e término, nome de quem a tenha presidido, relação dos Vereadores presentes e ausentes, com expressa referência às faltas justificadas, e exposição sucinta dos trabalhos efetivados.

§ 1º Não havendo sessão por falta de quórum, aplicar-se-á o disposto no art. 140, § 2º.

§ 2º A ata será considerada aprovada, independentemente de consulta ao Plenário, salvo se houver impugnação ou pedido de retificação.

§ 3º Aprovada a impugnação, lavrar-se-á uma nova ata.

§ 4º Aprovado o pedido de retificação, lavrar-se-á termo correspondente, que com ela será arquivado.

§ 5º Aprovada na forma regimental, a ata será assinada conforme dispõe o art. 20, I, "c";

§ 6º As atas serão encadernadas por sessão legislativa e recolhidas ao arquivo da Câmara.

§ 7º A ata da última sessão da legislatura será redigida e submetida à apreciação plenária, com qualquer número, antes do respectivo encerramento.

§ 8º Nas Sessões Extraordinárias, a ata será apreciada no período da Ordem do Dia.

Art. 174. Os documentos lidos em sessão serão mencionados em resumo na ata, salvo quando requerida a inserção integral.

Parágrafo único. Os documentos lidos durante o discurso consideram-se parte integrante do mesmo e deverão ser entregues à Mesa Executiva logo após o pronunciamento.

Art. 175. Faculta-se ao Vereador que tenha participado dos debates requerer à Presidência a inserção parcial ou integral de seu pronunciamento em ata, bem como as razões do voto, vencedor ou vencido.

Parágrafo único. Em se tratando do período do Grande Expediente, a transcrição de qualquer discurso só ocorrerá quando envolver questão de interesse público municipal, salvo, caso em contrário, se apresentado previamente à Mesa Executiva, por escrito.

CAPÍTULO VI
Da Transparência, Transmissão e Registro Eletrônico das Sessões

Art. 176. As sessões da Câmara Municipal serão públicas e transmitidas ao vivo pela internet, por meio dos canais oficiais do Poder Legislativo.

§ 1º As sessões serão gravadas e mantidas em arquivo digital, observadas as condições técnicas de armazenamento e as normas de transparência e proteção de dados.

§ 2º As gravações serão disponibilizadas para consulta pública, sempre que tecnicamente possível.

§ 3º O arquivo audiovisual não substitui a ata nem os demais registros oficiais da sessão.

Art. 177. A Câmara poderá adotar sistema eletrônico de votação, inclusive com painel eletrônico, observadas as regras deste Regimento relativas a quórum, modalidades de votação e publicidade.

Parágrafo único. Nas votações nominais, o sistema deverá permitir a identificação do voto de cada Vereador.

TÍTULO V
Da Elaboração Legislativa

CAPÍTULO I
Das Proposições

Art. 178. Toda matéria sujeita à apreciação da Câmara tomará a forma de proposição.

§ 1º Para os Vereadores são admitidas a iniciativa individual e a coletiva.

§ 2º A proposição que exige forma escrita deverá estar assinada pelo autor ou autores e, nos casos previstos neste Regimento, pelos que a apoiarem, podendo ser justificada, salvo emenda, subemenda e requerimento, por escrito, no ato da apresentação, ou verbalmente, em caráter obrigatório, quando incluída em Ordem do Dia, na primeira discussão.

§ 3º Para fins de exercício das prerrogativas regimentais, considera-se autor da proposição de iniciativa coletiva o primeiro signatário, cujo nome e assinatura deverá figurar com destaque, ressalvado no caso da iniciativa popular.

§ 4º As assinaturas em apoio a qualquer proposição só serão retiradas formalmente.

§ 5º As proposições que fizerem referência a leis e demais atos legais, ou tiverem sido precedidas de estudos, pareceres ou despachos, deverão vir acompanhadas dos respectivos textos.

§ 6º As proposições terão suas folhas numeradas cronologicamente a partir da inicial.

§ 7º Ressalvadas as exceções regimentais, as proposições, sujeitas ou não deliberação do Plenário, independem de apoiamento.

§ 8º A Mesa Executiva manterá sistema de controle da apresentação das proposições, fornecendo ao autor comprovante de entrega em que se ateste o dia e a hora de entrada das mesmas.

Art. 179. A Mesa Executiva, pelo Presidente, conforme art. 20, inciso II, alínea “b”, indeferirá a proposição que:
I – verse sobre assunto de manifesta incompetência da Câmara ou que seja, evidentemente, inconstitucional ou ilegal;
II – delegue a outrem poderes e atribuições privativos do Legislativo;
III – contrarie prescrição regimental;
IV – não esteja redigida com clareza, em termos explícitos e concisos, observada a técnica legislativa, salvo o disposto no art. 264, § 7º;
V – fazendo menção a documentos em geral, não contenha referência capaz de assegurar sua perfeita identificação;
VI – seja idêntica ou semelhante a outra em tramitação, ou que disponha no mesmo sentido de lei, de decreto legislativo ou de resolução existentes, sem alterá-los ou revogá-los;
VII – deixe de observar as restrições impostas para sua renovação ou consubstanciem matéria anteriormente rejeitada por inconstitucionalidade ou ilegalidade, ou assim declarada prejudicada ou vetada e com o veto mantido;
VIII – em se tratando de substitutivo, emenda, subemenda ou adendo:
a) não guarde direta relação com a proposição a que se refere;
b) acarrete, nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, aumento da despesa ou redução da receita;
c) implique aumento da despesa prevista nos projetos que dispõem sobre a estrutura orgânico-administrativa ou pessoal da Câmara, salvo se assinada pela maioria absoluta ou pela Mesa Executiva;
IX – verse sobre matéria característica de indicação.

Parágrafo único. O indeferimento de proposição deverá ser fundamentado pelo Presidente.

Art. 180. Para os fins do art. 179, considera-se:
I – idêntica a matéria de igual teor ou que, ainda que redigida de forma diferente, dela resultem iguais consequências;
II – semelhante a matéria que, embora diversa a forma e diversas as consequências, aborde assunto especificamente tratado em outra.

Parágrafo único. No caso de semelhança, a proposição posterior será anexada à anterior, para servir de elemento de auxílio no estudo da matéria.

Art. 181. Quando, por extravio ou retenção indevida não for possível o andamento normal de uma proposição, a Mesa Executiva fará reconstituir o processo pelos meios ao seu alcance e providenciará sua ulterior tramitação.

Art. 182. Ao encerrar-se a legislatura, todas as proposições sobre as quais a Câmara não tenha deliberado definitivamente serão arquivadas.

§ 1º Excetuam-se do disposto neste artigo as proposições do Vereador reeleito, do Executivo e da iniciativa popular, que se consideram automaticamente reapresentadas, retornando ao exame das Comissões Permanentes quando não relatadas.

§ 2º As demais proposições, regimentalmente, poderão ser desarquivadas e reapresentadas por qualquer Vereador interessado.

Art. 183. As proposições de autoria de Vereador que se afastar do exercício do cargo, temporária ou definitivamente, terão tramitação normal, independentemente de pedido.

Parágrafo único. O disposto no caput aplica-se também aos suplentes de Vereador quando no exercício temporário do cargo.

Art. 184. A Câmara Municipal adotará sistema eletrônico oficial para registro e gerenciamento dos atos do processo legislativo, compreendendo, progressivamente, protocolo, tramitação, distribuição, pareceres, votação, publicação, acompanhamento e arquivamento.

§ 1º Os atos praticados por meio do sistema eletrônico terão validade na forma da legislação aplicável.

§ 2º A Mesa Executiva regulamentará os procedimentos de utilização, autenticação, segurança, transição e preservação dos registros eletrônicos.

CAPÍTULO II
Da Admissibilidade das Proposições

Art. 185. O exame preliminar para fins de admissibilidade dos projetos far-se-á na conformidade do art. 73, inciso I.

§ 1º No caso de parecer pela admissibilidade parcial da proposição, a comissão proporá emenda supressiva ou modificativa, segundo o caso.

§ 2º Na hipótese de parecer pela inadmissibilidade da proposição, comunicado o autor, será arquivada.

§ 3º O autor da proposição, dentro de 10 (dez) dias úteis da comunicação de que trata o § 2º, se o desejar, apresentará recurso de revista à comissão para que o parecer seja reconsiderado.

§ 4º Rejeitado o recurso, a proposição será definitivamente arquivada; acolhido, a proposição retornará

às comissões que devam manifestar-se na sequência.

§ 5º Na apreciação do recurso de revista, a comissão, com o auxílio da Assessoria Jurídica, emitirá decisão fundamentada.

CAPÍTULO III
Dos Projetos

Art. 186. A Câmara exerce sua função legislativa por meio de projeto de lei complementar, projeto de lei ordinária, projeto de decreto legislativo e projeto de resolução, além da proposta de emenda à Lei Orgânica do Município.

Art. 187. Projeto de Lei é o esboço de norma legislativa que, transformado em lei, destina-se a produzir efeitos impositivos e gerais.

§ 1º A iniciativa dos projetos de lei cabe à Mesa Executiva da Câmara, ao Prefeito, ao Vereador, conforme art. 178, § 1º, às Comissões e à iniciativa popular.

§ 2º É privativa do Prefeito a iniciativa dos projetos de lei mencionados no art. 41, da Lei Orgânica do Município.

§ 3º É vedada a propositura de projetos de lei que versem sobre matérias características de indicação.

§ 4º No cumprimento do que dispõe o § 3º, a Comissão de Constituição e Justiça deverá recomendar a transformação de projeto de lei autorizativo em indicação, quando este se referir a obras e serviços públicos cuja execução independa de autorização por lei específica e constitua proposição de caráter indicativo.

Art. 188. O Prefeito poderá solicitar urgência para a tramitação de projetos de sua iniciativa.

§ 1º Solicitada urgência, a Câmara deverá se manifestar em até 45 (quarenta e cinco) dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

§ 2º Esgotado o prazo previsto no § 1º sem deliberação da Câmara, o projeto será incluído na pauta da Ordem do Dia, sobrestando-se as demais matérias, até que se ultime a votação.

§ 3º O prazo do § 1º não corre nos períodos de recesso nem se aplica aos projetos de lei complementar.

Art. 189. A matéria constante de projeto de lei reprovado, pelo Plenário ou no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somente constituirá objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara, ressalvadas as vedações regimentais.

Art. 190. Projeto de Decreto Legislativo é a proposição destinada a regular matéria de exclusiva competência da Câmara, que tenha efeito externo, tais como:
I – concessão de licença ao Prefeito para se afastar do exercício do cargo ou autorização para se ausentar do Município por período superior a 15 (quinze) dias consecutivos, exceto nos casos dos incisos II e III do § 1º do art. 288;
II – aprovação ou rejeição do Parecer Prévio sobre as contas do Prefeito, proferido pelo Tribunal de Contas do Estado;
III – representação à Assembleia Legislativa sobre modificação territorial ou mudança do nome da sede do Município;
IV – aprovação ou referendo de convênios ou acordos de que for parte o Município.

Art. 191. Projeto de Resolução é a proposição destinada a regular matéria de caráter político-administrativo da Câmara, de efeito interno, tais como:

I – perda do mandato de Vereador;
II – mudança do local de funcionamento da Câmara;
III – conclusões de Comissão Parlamentar de Inquérito;
IV – toda matéria de ordem regimental;
V – todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo, que não se compreenda nos limites do simples ato administrativo.

Art. 192. A apresentação dos Projetos de Decreto Legislativo e de Resolução far-se-á com expressa observância do que determina este Regimento e a Lei Orgânica do Município, pela Mesa Executiva, pelas Comissões da Câmara e pelos Vereadores.

Parágrafo único. Os Decretos Legislativos e as Resoluções deverão ser promulgados pelo Presidente da Câmara, no prazo de até 10 (dez) dias da aprovação dos respectivos projetos, e se este não o fizer, caberá ao Vice-Presidente, sucessivamente, fazê-lo, em igual prazo.

Art. 193. Os projetos conterão simplesmente a expressão da vontade legislativa e serão precedidos de título enunciativo, ementa de seus objetivos, redigidos de forma clara e precisa, com artigos concisos e compatíveis, não podendo conter matérias em antagonismo ou sem relação entre si, numerados e, ao final, assinados na forma regimental.

Parágrafo único. A numeração dos artigos far-se-á pelo processo ordinal, de um a nove, e pelo processo cardinal, de dez em diante.

CAPÍTULO IV
Do Substitutivo, da Emenda e da Subemenda

Art. 194. Substitutivo é a proposição que visa suceder outra e que abrange seu todo sem lhe alterar a substância ou modificar sua autoria.

§ 1º Não será permitido a um mesmo autor a apresentação de mais de um substitutivo para o mesmo projeto.

§ 2º O substitutivo terá preferência na discussão e votação, independentemente de pedido, sobre a proposição original.

§ 3º Havendo mais de um substitutivo, eles serão discutidos conjuntamente, mas votados em separado, na ordem inversa de apresentação, salvo quando for da iniciativa de Comissão, quando terá primazia sobre os demais.

§ 4º A aprovação de um substitutivo prejudica os demais, bem como a proposição original, emendas e subemendas eventualmente aprovadas.

§ 5º Admitem-se emendas e subemendas ao substitutivo, desde que aprovadas por maioria absoluta.

Art. 195. Emenda é a proposição apresentada como acessória de outra, com a finalidade de aditar, modificar, substituir, aglutinar ou suprimir dispositivo, podendo ser:
I – Emenda Aditiva, a que acresce expressão ou dispositivo a outra proposição;
II – Emenda Modificativa, a que altera a redação de um ou mais artigos da proposição;
III – Emenda Substitutiva, a apresentada como sucedânea de dispositivos de uma proposição (artigo, parágrafo, inciso, alínea, item);
IV – Emenda Aglutinativa, a que resulta da fusão de outras emendas ou destas com o texto;
V – Emenda Supressiva, a destinada a excluir expressão ou dispositivo de uma proposição.

§ 1º Considera-se formal a alteração que vise exclusivamente ao aperfeiçoamento da técnica legislativa.

§ 2º Denomina-se Emenda de Redação a modificativa que visa a sanar vício de linguagem, incorreção de técnica legislativa ou lapso manifesto.

§ 3º Denomina-se subemenda a emenda apresentada a outra.

Art. 196. Ressalvadas as exceções regimentais e o disposto no art. 82 da Lei Orgânica do Município, os substitutivos, emendas e subemendas serão apresentados do início da tramitação da proposição até o término de sua apreciação por parte do órgão legislativo, pela Mesa Executiva, pelas Comissões, pelos Vereadores.

§ 1º Se a proposição objeto da modificação estiver incluída em Ordem do Dia, os substitutivos deverão ser protocolados até 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão e as emendas e subemendas até 6 (seis) horas antes do início da sessão, cabendo ao setor competente da Câmara Municipal o encaminhamento imediato a todos os Vereadores, por meio impresso ou eletrônico, do conteúdo apresentado.

§ 2º O Prefeito formulará modificações em projetos de sua autoria, em tramitação no Legislativo, por meio de Mensagem Aditiva, observado o disposto neste artigo.

Art. 197. As emendas e subemendas serão discutidas em conjunto com as proposições principais e votadas antecipadamente, de forma individual, resguardado o disposto no art. 203, inciso VII.

§ 1º Na votação, terão preferência, respectivamente, a emenda supressiva, a aglutinativa, a substitutiva, a modificativa e a aditiva, mantida a mesma ordem para as subemendas.

§ 2º Quando apresentada mais de uma ou de outra emenda sobre o mesmo texto da matéria, serão votadas na ordem inversa de apresentação.

Art. 198. Salvo deliberação plenária em contrário, tomada por maioria absoluta, se não for exigido quórum maior para a aprovação da matéria, o substitutivo, a emenda ou subemenda não poderão reincorporar parte suprimida do texto original da proposição ou eliminar outras transformações já aprovadas.

CAPÍTULO V
Das Indicações

Art. 199. Respeitada sua área de competência, a Câmara exerce a função auxiliadora ou de assessoramento à Administração Municipal através de indicações.

§ 1º Indicação é a proposição que sugere ao Poder Executivo medidas de interesse público local, da alçada do Município.

§ 2º Nenhuma indicação será aceita pela Mesa Executiva quando dirigida a particular ou a entidades das esferas estadual e federal.

§ 3º As indicações referentes a concessionários ou permissionários de serviços públicos municipais serão endereçadas ao Prefeito.

§ 4º As indicações independem da deliberação plenária e deverão receber resposta do Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias, prorrogável por 15 (quinze) dias, desde que solicitado e devidamente justificado.

CAPÍTULO VI
Das Moções

Art. 200. Moção é a proposição em que é sugerida a manifestação política da Câmara sobre determinado assunto, reivindicando providências, aplaudindo, congratulando, hipotecando solidariedade ou apoio, apelando, protestando ou repudiando, apresentando pesar.

Parágrafo único. A moção será apresentada mediante requerimento escrito ou verbal, quando escrito, acompanhado do texto que será submetido à deliberação plenária.

CAPÍTULO VII
Dos Requerimentos

Art. 201. Requerimento é a proposição dirigida, por qualquer Vereador, Comissão, Bancada Partidária ou Bloco Parlamentar, ao Presidente ou à Mesa Executiva, sobre matéria de competência da Câmara.

Art. 202. Os requerimentos classificam-se:
I – quanto à forma, em verbais e escritos;
II – quanto à competência decisória, sujeitos à decisão do Presidente ou à deliberação do Plenário.

§ 1º A critério do Presidente, poderão sofrer a manifestação da comissão permanente competente, admitindo-se alterações, desde que aprovadas por maioria absoluta.

§ 2º O Presidente é soberano na decisão sobre os requerimentos de sua competência.

Seção I
Requerimentos Verbais Sujeitos ao Despacho do Presidente

Art. 203. Serão verbais e sujeitos ao despacho do Presidente, dentre outros, os requerimentos que solicitarem:
I – uso da palavra ou desistência dela;
II – permissão para falar sentado ou da bancada;
III – informações sobre os trabalhos da sessão;
IV – requisição de documentos, processo, livro ou publicação existente na Câmara, versando sobre proposição em discussão;
V – inversão da pauta da Ordem do Dia, quando relacionada à correção da irregular distribuição das matérias;
VI – dispensa de leitura de proposição constante da Ordem do Dia;
VII – encerramento de discussão;
VIII – verificação de quórum;
IX – encaminhamento de votação;
X – verificação de votação;
XI – justificativa do voto;
XII – consignação do voto em ata;
XIII – inserção parcial ou integral de pronunciamento em ata;
XIV – consignação em ata de voto de pesar por falecimento de autoridade ou personalidade, ou, ainda, por grande calamidade pública;
XV – inserção em ata de voto de louvor, júbilo ou congratulação por ato ou acontecimento de alta significação;
XVI – comunicação de assunto relevante, urgente ou inadiável à Câmara;
XVII – retirada de requerimento verbal;
XVIII – observância de disposição regimental;
XIX – suspensão ou encerramento da sessão, exceto no caso do inciso V do art. 141 e do inciso VII do art. 142.

Seção II

Requerimentos Escritos Sujeitos ao Despacho do Presidente

Art. 204. Serão escritos e sujeitos ao despacho do Presidente, entre outros, os requerimentos que solicitarem:
I – arquivamento, pelo autor, de proposição ainda não incluída em Ordem do Dia;
II – licença para Vereador, na forma do § 5º do art. 129;
III – justificativa de falta à sessão;
IV – destituição de membro de Comissão;
V – juntada ou desentranhamento de documentos;
VI – desarquivamento de proposição;
VII – informação de caráter oficial sobre atos da Mesa Executiva ou da Câmara;
VIII – convocação de sessão extraordinária, solene ou comemorativa, observadas as disposições regimentais;
IX – prorrogação do prazo de funcionamento de comissão especial de estudos, durante o recesso;
X – manifestação da Câmara através de moção, nos casos não previstos no inciso IX do art. 206;
XI – vista de proposição já apreciada pelas Comissões Permanentes e ainda não incluída em Ordem do Dia ou com pedido de adiamento da discussão ou votação aprovado pelo Plenário;
XII – coautoria em proposições;
XIII – realização de sessão itinerante.

Seção III
Requerimentos Verbais Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 205. Serão verbais, não sofrerão discussão nem encaminhamento de votação, e dependerão de deliberação do Plenário, entre outros, os requerimentos que solicitarem:
I – pedido de preferência para que proposição seja apreciada com prioridade sobre as demais;
II – inserção integral de documento ou publicações de alto valor cultural em ata;
III – suspensão e encerramento da sessão, no caso do inciso V do art. 141 e dos incisos VII do art. 142;
IV – retirada de pauta de proposição incluída na Ordem do Dia, se da iniciativa do Vereador, da Comissão ou da Mesa Executiva;
V – discussão e/ou votação de proposição por partes ou em destaque;
VI – votação de emendas em bloco ou em grupos definidos;
VII – deliberação em bloco de proposições de natureza análoga;
VIII – audiência de comissão não ouvida sobre matéria em discussão;
IX – retirada ou reformulação de parecer por parte da comissão que o exarou;
X – destaque de emenda aprovada ou parte de proposição para constituir matéria em separado;
XI – inclusão de proposição em pauta da Ordem do Dia;
XII – adiamento da discussão, adiamento da votação ou vista de proposição em Ordem do Dia;
XIII – inversão da pauta da Ordem do Dia, quando destinada a protelar a apreciação de matéria de natureza controversa ou complexa.

Seção IV
Requerimentos Escritos Sujeitos à Deliberação do Plenário

Art. 206. Serão escritos, sujeitos à discussão e encaminhamento de votação, e dependerão da deliberação do Plenário, entre outros, os requerimentos que solicitarem:
I – informações e/ou documentos ao Prefeito sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeita à fiscalização da Câmara, salvo pedido das comissões permanentes ou temporárias;
II – informações a entidades públicas de outras esferas de governo ou a entidades particulares;
III – prorrogação do prazo de funcionamento de Comissão Parlamentar de Inquérito, observado o disposto no
§ 3º do art. 109;
IV – prorrogação do prazo de funcionamento de comissão especial de estudos, no período ordinário;

V – licença para Vereador, na forma do § 6º do art. 129;
VI – apreciação de proposição em regime de urgência especial;
VII – constituição de Comissão Especial de Estudos ou de Representação, salvo o disposto no art. 107, § 1º;
VIII – retirada de pauta de proposição incluída em Ordem do Dia, quando do Poder Executivo ou da iniciativa popular;
IX – manifestação da Câmara através de moção de protesto ou repúdio.

TÍTULO VI
Das Deliberações

CAPÍTULO I
Da Discussão

Art. 207. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário das matérias constantes da pauta da Ordem do Dia.

§ 1º As matérias seguintes, exceto nos casos do § 3º, incisos I e II, e do § 4º, sofrerão apreciação em dois turnos, com interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo a desnecessidade da terceira discussão ante a resultados divergentes nos dois primeiros turnos;
I – projeto de lei complementar;
II – projeto de lei ordinária;
III – projeto de decreto legislativo;
IV – projeto de resolução.

§ 2º A proposta de emenda à Lei Orgânica do Município sofrerá apreciação em dois turnos, na forma do art. 243, § 1º

§ 3º Serão apreciados em turno único:
I – os projetos de decreto legislativo previstos no inciso I do art. 190 e no art. 260 deste Regimento;
II – os projetos de resolução previstos nos incisos II e III do art. 191 deste Regimento, na forma dos capítulos específicos;
III – veto;
IV – substitutivo, emenda ou subemenda;
V – requerimento;
VI – moção;
VII – recurso;
VIII – parecer contrário;
IX – matérias não previstas neste artigo e que dependam da manifestação plenária.

§ 4º Não se observará o interstício previsto no § 1º na hipótese de convocação extraordinária da Câmara, desde que não sejam realizadas duas sessões extraordinárias na mesma data, com a mesma finalidade.

§ 5º O Decreto Legislativo relativo à cassação do mandato do Prefeito ou seu substituto legal e a Resolução referente à perda do mandato de Vereador serão expedidos na forma dos capítulos específicos.

Art. 208. Na primeira discussão debater-se-á o projeto em sua totalidade e poderão ser oferecidos substitutivos ou emendas.

§ 1º Anunciada a discussão, qualquer Vereador poderá arguir sobre o mérito, a ilegalidade e a inconstitucionalidade da proposição e requerer o pronunciamento da Câmara.

§ 2º Reconhecida a ilegalidade ou a inconstitucionalidade, ter-se-á a matéria como rejeitada.

§ 3º Não havendo qualquer das hipóteses aqui descritas, será dispensado esse turno, passando diretamente a segunda discussão;

Art. 209. O segundo turno de discussão versará sobre o mérito do projeto, alterado ou não, em conjunto com as transformações eventualmente propostas neste estágio.

Art. 210. No interregno da primeira e da segunda, se aprovado substitutivo ou o projeto original com alteração imposta por emenda, o processo, se forem complexas as transformações havidas, será remetido à comissão competente, para redigi-lo conforme o vencido.

Parágrafo único. A nova redação deverá estar concluída até 4 (quatro) horas antes da apreciação seguinte.

Art. 211. Na terceira discussão deliberar-se-á somente sobre a redação final do projeto, ante a resultados divergentes nas duas primeiras discussões, não se admitindo emendas de redação.

Art. 212. A discussão de matéria constante da pauta da Ordem do Dia será:
I – alterada, nos casos de inclusão, inversão, preferência e apreciação em bloco;
II – suspensa, salvo disposição em contrário, nos casos de adiamento ou vista;
III – interrompida, no caso de arquivamento.

Art. 213. O encerramento da discussão de qualquer proposição, salvo disposição em contrário, dar-se-á pela ausência de oradores, pela falta de quórum ou pelo decurso de prazo regimental.

§ 1º Admite-se o encerramento da discussão, a requerimento de qualquer Vereador, que não sofrerá discussão nem encaminhamento de votação, quando sobre a matéria tenham falado o autor ou seu representante, um orador favorável e outro contrário e, quando for o caso, o relator da Comissão de Constituição e Justiça.

§ 2º Encerrada a discussão, far-se-á imediatamente a votação da proposição.

Art. 214. Nos casos do § 3º do art. 207, as proposições serão apreciadas globalmente.

Seção ÚNICA
Do Adiamento da Discussão ou Vista

Art. 215. O Vereador poderá solicitar o adiamento da discussão de qualquer proposição por até 2 (duas) vezes e dela obter vista por uma única vez.

Parágrafo único. Os requerimentos de adiamento ou de vista ficam subordinados às seguintes condições:
I – prazo de adiamento por até 3 (três) sessões e de vista por até 5 (cinco) dias úteis;
II – não se referir a projeto de lei do Executivo com prazo fixado para votação.

Art. 216. Apresentados mais de um requerimento de adiamento ou de vista para a proposição, será submetido à deliberação, com preferência, o que pleitear menor prazo.

§ 1º O prazo de adiamento ou de vista será contado, no primeiro caso, a partir da sessão em que foi votado, e, no segundo caso, a partir da entrega do processo ao Vereador.

§ 2º Esgotado o prazo, a proposição será automaticamente incluída na pauta da primeira sessão.

CAPÍTULO II
Da Votação

Art. 217. Votação é o ato complementar da discussão, pelo qual o Plenário manifesta sua vontade deliberativa.

§ 1º Durante o tempo destinado à votação, nenhum Vereador deixará o Plenário e, se o fizer à revelia da determinação regimental, o fato será consignado em ata, salvo se tiver feito declaração prévia de não ter assistido ao debate da matéria em deliberação.

§ 2º O Vereador que estiver presidindo a sessão terá direito de voto na forma do art. 26 deste Regimento.

§ 3º Tratando-se de causa própria ou de matéria em que tenha interesse particular seu, de seu cônjuge, de parente até o terceiro grau, consanguíneo ou afim, estará o Vereador impedido de votar.

§ 4º O Vereador impedido de votar fará a devida comunicação à Mesa Executiva, computando-se, todavia, sua presença para efeito de quórum.

§ 5º O Vereador presente à sessão não poderá escusar-se de votar, podendo, porém, abster-se, na forma do disposto no § 4º

§ 6º Salvo disposição em contrário, só se interromperá a votação de uma proposição por falta de quórum, inclusive no caso de votação em bloco.

§ 7º A votação das proposições, ressalvadas as exceções regimentais, será processada globalmente.

§ 8º Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, este será dado como prorrogado até que a mesma seja concluída.

§ 9º Será nula a votação que for processada em desacordo com este Regimento.

Art. 218. O voto será público nas deliberações da Câmara e o processo de votação será simbólico e nominal.

Art. 219. O processo simbólico de votação consiste na simples contagem de votos favoráveis e contrários, apurados pela forma estabelecida no § 1º

§ 1º O Presidente, ao anunciar a votação, determinará aos Vereadores que permaneçam sentados os que forem favoráveis à matéria, procedendo-se em seguida a contagem e a proclamação do resultado.

§ 2º Se algum Vereador tiver dúvida quanto ao resultado proclamado pelo Presidente, imediatamente requererá verificação de votação.

§ 3º Nenhuma votação admite mais de uma verificação.

Art. 220. O processo nominal de votação consiste na contagem de votos que será feita pela lista dos Vereadores presentes, os quais, após chamados, responderão “sim”, os favoráveis, “não”, os contrários, e “eu me abstenho”, os que desejarem se abster.

§ 1º A chamada prevista no caput seguirá ordem alfabética e será feita pelo 1º Secretário.

§ 2º A retificação do voto só será admitida imediatamente após a repetição, pelo Secretário, da resposta de cada Vereador.

§ 3º A folha correspondente à votação, depois de assinada pelo 1º Secretário, figurará como anexo da

ata da sessão correspondente.

§ 4º Os Vereadores que chegarem atrasados ao recinto do Plenário, após terem sido chamados, aguardarão a chamada do último nome da lista, quando o 1º Secretário deverá convidá-los a manifestar seu voto.

§ 5º O Presidente anunciará o encerramento da votação e proclamará o resultado.

§ 6º Depois de proclamado o resultado, nenhum Vereador será admitido a votar.

§ 7º Dependerá de requerimento aprovado pelo Plenário a votação nominal de matéria para a qual este Regimento não a exige.

Art. 221. O processo de apuração do resultado das votações será iniciado imediatamente após seu encerramento, consistindo na simples contagem dos votos favoráveis e contrários e das abstenções, seguida da proclamação dos resultados auferidos, pelo Presidente.

§ 1º Antes da proclamação do resultado da votação, faculta-se ao Vereador retardatário manifestar seu voto.

§ 2º A retificação do voto só será admitida antes de proclamado o resultado da votação.

Art. 222. As votações só poderão ser efetuadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara, salvo se a matéria exigir quórum maior.

§ 1º A aprovação de matéria em discussão, ressalvada disposição em contrário, dependerá do voto favorável da maioria dos Vereadores presentes à sessão.

§ 2º Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos neste Regimento, a aprovação ou alteração das seguintes matérias:
I – leis complementares;
II – regimento interno da Câmara;
III – fixação, aumento e reposição da remuneração dos servidores municipais e do subsídio dos Vereadores;
IV – criação de cargos, empregos ou funções públicas;
V – autorização de operações de crédito que excedam as despesas de capital, mediante créditos adicionais com finalidade precisa;
VI – alienação de bens imóveis ou sua aquisição mediante doação com encargo;
VII – concessão de direito real de uso;
VIII – confissão de dívida, concessão de garantias de qualquer natureza e obtenção de empréstimos;
IX – desafetação da destinação de bens públicos;
X – pedido de intervenção no Município;
XI – isenção, anistia, remissão e desconto sobre tributos municipais.

§ 3º Dependerão do voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, além de outros casos previstos neste Regimento, a aprovação ou alteração das seguintes matérias:
I – concessão de serviços públicos;
II – concessão de título de cidadania;
III – rejeição do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado sobre as contas municipais;
IV – destituição de membro da Mesa Executiva;
V – cassação do mandato do Prefeito;
VI – cassação do mandato de Vereador.

Art. 223. Para efeito de cálculo do quórum, entende-se por:

I – maioria simples, qualquer número inteiro acima da metade dos presentes;
II – maioria absoluta, qualquer número inteiro superior à metade dos membros da Câmara;
III – maioria qualificada, a que corresponde a 2/3 (dois terços) dos integrantes da edilidade.

Parágrafo único. Constituem quórum especial ou qualificado os constantes dos incisos II e III.

Seção I
Do Encaminhamento da Votação

Art. 224. Anunciada a votação, o autor da proposição e os líderes de bancada ou bloco parlamentar poderão encaminhá-la, salvo disposição em contrário.

§ 1º O encaminhamento da votação tem por finalidade orientar a deliberação a ser tomada em relação à matéria.

§ 2º Aprovada a votação da proposição por partes ou em destaque, será admitido o encaminhamento em cada caso.

§ 3º Ressalvadas outras previsões regimentais, não haverá encaminhamento de votação quando se tratar dos projetos das diretrizes orçamentárias, do orçamentoprograma e do plano plurianual de investimentos, do julgamento das Contas do Poder Executivo e de processo de destituição ou cassação.

Seção II
Do Adiamento da Votação

Art. 225. O adiamento da votação dar-se-á por deliberação do Plenário, a requerimento, por uma única vez, de qualquer Vereador, apresentado após o encerramento da discussão.

§ 1º Ressalvado o disposto no § 2º, o adiamento poderá ser solicitado por até 3 (três) sessões.

§ 2º Não se admitirá adiamento para requerimento que proponha regime de urgência ou para proposições em regime de urgência, salvo por uma sessão, respeitando-se o termo do prazo.

Art. 226. Apresentados mais de um requerimento de adiamento para a proposição, será submetido à deliberação, com preferência, o que pleitear menor prazo.

§ 1º O prazo de adiamento será contado a partir da sessão em que foi votado.

§ 2º Esgotado o prazo, a proposição será automaticamente incluída na pauta da primeira sessão.

Seção III
Da Verificação de Votação

Art. 227. Havendo dúvida sobre o resultado da votação, o Vereador que dela tenha participado poderá requerer a recontagem dos votos.

§ 1º O pedido deverá ser formulado logo após a proclamação do resultado. As dúvidas suscitadas serão esclarecidas antes de esgotada a apreciação da matéria seguinte, ou, em se tratando do último item, antes do encerramento da sessão ou da passagem para o período do Grande Expediente.

§ 2º Nenhuma votação comportará mais de uma verificação, e, uma vez decidida, o resultado será definitivo, obedecidos os termos regimentais.

Seção IV
Da Declaração de Voto

Art. 228. Declaração de voto é a manifestação que assiste ao Vereador para esclarecer, depois da votação, as razões que o levaram a votar favorável ou contrariamente, caso não tenha debatido a matéria.
Parágrafo único. A justificativa deverá ser requerida até a leitura da súmula do item seguinte, não podendo o Vereador exceder o prazo regimental ou ser aparteado.

CAPÍTULO III
Da Preferência

Art. 229. Preferência é a primazia na discussão e votação de uma proposição sobre outra ou outras.

Parágrafo único. Não se dará preferência sobre matéria preferencial ou em regime de urgência, salvo no caso de inversão da pauta.

Art. 230. Observados os critérios previstos no art. 155, §§ 1º e 2º, consideram-se matérias preferenciais, pela ordem, as seguintes:
I – proposta de emenda à Lei Orgânica;
II – vetos;
III – projetos de iniciativa do Prefeito com solicitação de urgência;
IV – projetos em regime de urgência especial.

Art. 231. Além de outros casos previstos neste Regimento, terão preferência na apreciação pela Câmara, sobre as proposições principais, independentemente de pedido:
I – os pareceres contrários à admissibilidade da matéria ou que concluírem por audiência de outra Comissão Permanente;
II – os pareceres concluindo por pedido de informação, de documentos ou pela intempestividade da proposição, por motivo de ordem legal ou constitucional;
III – os requerimentos de inclusão na ordem do dia, adiamento ou vista e os de retirada de pauta para arquivamento da proposição.

CAPÍTULO IV
Da Urgência Especial

Art. 232. A urgência especial é a dispensa de exigências regimentais, salvo as de quórum para aprovação e de parecer, quando assim exigido, para que determinada matéria seja prioritariamente submetida à deliberação plenária.

§ 1º A urgência especial só poderá ser proposta para matérias que, examinadas objetivamente, demonstrem necessidade premente de aprovação, resultando em grave prejuízo a falta de sua deliberação imediata.

§ 2º O requerimento de urgência especial será apresentado pela Mesa Executiva, quando se tratar de matéria de sua alçada, por Comissão competente para opinar sobre a matéria, ou por iniciativa de qualquer Vereador, com apoio de, no mínimo, 1/3 (um terço) de seus pares, dispensado na hipótese do art. 235, devendo, em qualquer caso, estar protocolado até 2 (duas) horas antes do início da sessão.

§ 3º É vedado a qualquer Vereador, individualmente ou através de órgãos da Câmara, propor urgência especial para matérias do Poder Executivo, salvo o disposto no art. 233.

§ 4º Não preenchidos os requisitos dos §§ 1º a 3º, o Presidente, por si ou a requerimento verbal de qualquer Vereador, deverá declarar prejudicado, desde logo, o pedido, não cabendo direito a

contestação ou interposição de recurso.

Art. 233. Não se concederá urgência especial em prejuízo de proposições preferenciais, de natureza urgente, assim declaradas por este Regimento, ou já incluídas com o mesmo caráter na pauta da Ordem do Dia.

Art. 234. Concedida urgência especial para proposição que, pela natureza, não possa dispensar parecer, as Comissões Permanentes competentes emiti-lo-ão verbalmente, consoante o disposto no art. 96.

Art. 235. A apreciação de projeto de lei de autoria do Poder Executivo, com pedido de urgência pelo Prefeito, dar-se-á, independentemente de deliberação plenária, na forma do art. 188.

Art. 236. Somente o Vereador que exercer a condição de Líder do Governo poderá requerer regime de urgência especial para as proposições de iniciativa do Poder Executivo, e exceto para as matérias enumeradas no art. 90 deste Regimento.

CAPÍTULO V
Da Retirada de Pauta

Art. 237. Salvo o disposto na alínea "f" do inciso II do art. 20, o autor poderá solicitar, em qualquer fase da elaboração legislativa, a retirada de pauta da proposição, importando em arquivamento.

§ 1º Encontrando-se a proposição no âmbito das Comissões Permanentes, o pedido será deferido na forma do art. 204, inciso I.

§ 2º Estando inclusa em Ordem do Dia, aplicar-se-á, para cada caso, o disposto nos arts. 205, inciso IV, e 175, inciso VIII.

§ 3º A proposição de Comissão ou da Mesa Executiva só poderá ser retirada a requerimento de seu Presidente, com a anuência da maioria dos membros.

§ 4º A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo mediante requerimento subscrito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

CAPÍTULO VI
Da Redação Final

Art. 238. Concluída a segunda fase de discussão, os projetos terão redação final elaborada de acordo com o aprovado, observada a iniciativa regimental.

Parágrafo único. Não havendo modificação no texto original, na mesma sessão a proposição será automaticamente dispensada da redação final.

Art. 239. A redação final só será submetida a deliberação em caso de Requerimento de 1/3 dos Vereadores e neste turno não serão admitidas emendas.

Parágrafo único. Ocorrendo a rejeição da redação final, a proposição retornará ao órgão competente para a elaboração de nova redação, que, em sessão posterior, será rejeitada apenas pelo voto contrário de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara.

Art. 240. Após a aprovação da redação final ou no caso do art. 236, parágrafo único, até a expedição dos autógrafos correspondentes, qualquer imperfeição existente será corrigida pela Mesa Executiva, que dará ciência ao Plenário.

CAPÍTULO VII
Da Sanção, do Veto e da Promulgação

Art. 241. Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, será enviado pelo Presidente da Câmara ao Prefeito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, que, aquiescendo, o sancionará no prazo de 15 (quinze) dias úteis.

§ 1º Se o Prefeito julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara, os motivos do veto.

§ 2º O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, de parágrafo, de inciso ou de alínea.

§ 3º Se a sanção for negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Prefeito publicará as razões do veto.

§ 4º Decorrido o prazo do § 1º, o silêncio do Prefeito importará sanção.

§ 5º A Câmara deliberará sobre o veto num único turno de discussão e votação, no prazo de 30 (trinta) dias de seu recebimento, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores.

§ 6º Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 5º, o veto será incluído na Ordem do Dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até sua votação final.

§ 7º Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para promulgação.

§ 8º Se a lei não for promulgada no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, pelo Prefeito, nos casos previstos nos §§ 4º e 7º, o Presidente da Câmara a promulgará, e, se este não o fizer em igual prazo, caberá ao 1º Vice-Presidente fazê-lo, não o fazendo em igual prazo caberá ao 2º Vice-Presidente fazê-lo.

Art. 242. Na promulgação de emendas à Lei Orgânica do Município, leis, decretos legislativos e resoluções serão utilizados os seguintes dizeres:
I – emendas à Lei Orgânica do Município: "A Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná, aprovou e a Mesa Executiva promulga a seguinte: Emenda à Lei Orgânica do Município n. ";
II – leis com sanção tácita: "A Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, nos termos da alínea "l" do inciso VI do art. 18 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte: Lei n. ";
III – leis promulgadas por rejeição de veto total ou parcial: "A Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, aprovou e eu, Presidente, nos termos da alínea "l" do inciso VI do art. 18 da Lei Orgânica do Município, promulgo a seguinte: Lei n. ";
IV – decretos legislativos: "A Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo o seguinte: Decreto Legislativo n. ";
V – resoluções: "A Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná, aprovou e eu, Presidente, promulgo a seguinte: Resolução n. ".

TÍTULO VII
Das Matérias e dos Procedimentos Sujeitos a Disposições Especiais

CAPÍTULO I
Da Emenda à Lei Orgânica

Art. 243. A Lei Orgânica do Município poderá ser emendada mediante proposta:

I – de 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara;
II – do Prefeito;
III – de cidadãos, na forma do capítulo próprio.

§ 1º A proposta será discutida e votada em 2 (dois) turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambos, o voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara, com interstício de 10 (dez) dias.

§ 2º A emenda aprovada será promulgada pela Mesa Executiva da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§ 3º A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida como prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

§ 4º A Lei Orgânica não poderá ser emendada na vigência de estado de defesa, de sítio ou de intervenção no Município.

§ 5º Aplica-se à proposta de emenda à Lei Orgânica as normas que regem as proposições em geral, no que não contrariarem o disposto neste capítulo.

Art. 244. Determinada a publicação da proposta, esta será remetida, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, à Comissão de Constituição e Justiça, que lhe emitirá parecer.

§ 1º Incumbe à Comissão, preliminarmente, o exame da admissibilidade da proposta, nos termos deste Regimento.

§ 2º Concluindo a Comissão pela inadmissibilidade, o parecer contrário será submetido à deliberação plenária.

§ 3º Rejeitado o parecer contrário, a proposta retornará à Comissão, para parecer sobre o mérito e posterior inclusão em Ordem do Dia.

§ 4º Aprovado o parecer, no caso do § 2º, ter-se-á a proposta como prejudicada.

§ 5º Exarado parecer pela admissibilidade, a proposta terá curso normal.

§ 6º As emendas à proposta deverão ser apresentadas no âmbito da Comissão, no prazo que lhe é estabelecido para emitir parecer, subscritas por 1/3 (um terço) dos Vereadores.

Art. 245. Na discussão em primeiro turno, representante dos signatários da proposta de emenda à Lei Orgânica terá preferência no uso da palavra, observado o disposto no Capítulo I do Título VIII.

Parágrafo único. No caso de proposta do Prefeito, usará da palavra quem aquele indicar, até o início da sessão; se ninguém for indicado, usará da palavra para sustentação da proposta o Vereador que exercer a condição de Líder do Governo.

CAPÍTULO II
Dos Orçamentos

Art. 246. Aplicam-se aos projetos de plano plurianual de investimentos, de lei de diretrizes orçamentárias e de orçamento anual as disposições contidas na Lei Orgânica do Município e, naquilo que não contrariar o disposto neste Capítulo, as regras desse Regimento que regulam a tramitação das proposições em geral.

§ 1º Recebidos, os projetos, após leitura no expediente de sessão ordinária, serão distribuídos em

avulsos e despachados à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer.

§ 2º Findo o prazo regimental, os projetos deverão ser imediatamente encaminhados à Presidência da Câmara, que abrirá prazo para a apresentação de emendas.

§ 3º Esgotado o prazo referido no § 2º, a Presidência remeterá os projetos e respectivas emendas eventualmente propostas à Comissão de Finanças e Orçamento, que se manifestará sobre o mérito dos projetos e, no caso das emendas, examinará seu mérito e também os aspectos orçamentário e financeiro, quanto à sua compatibilização e adequação ao § 2º do art. 82 da Lei Orgânica do Município.

§ 4º Cumprido o disposto no § 3º, a Presidência fará publicar em Edital o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e incluirá os projetos em Ordem do Dia.

CAPÍTULO III
Da Fiscalização Contábil, Financeira, Orçamentária, Operacional e Patrimonial do Município

Art. 247. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Município e das entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno integrado de ambos os Poderes.

§ 1º Prestará contas qualquer pessoa física, jurídica ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

§ 2º O controle externo será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 248. A Comissão de Finanças e Orçamento, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar que a autoridade responsável, no prazo de 5 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º Não prestados os esclarecimentos, ou considerados esses insuficientes, a Comissão solicitará ao Tribunal de Contas do Estado pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 2º Entendendo o Tribunal como irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Câmara sua sustação.

Art. 249. O Poder Legislativo manterá, de forma integrada com o Poder Executivo, sistema de controle interno com a finalidade de:
I – avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Município;
II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;
III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município;
IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 250. O Prefeito prestará contas anuais da administração financeira geral do Município à Câmara, das quais, remeterá cópia integral a esta Casa, na mesma data estipulada pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, para os efeitos do art. 50 da Lei Orgânica do Município.

§ 1º As contas do Prefeito e as da Câmara serão enviadas, conjuntamente, ao Tribunal de Contas do Estado, até a data limite por este estipulada, referente ao exercício imediatamente anterior para os devidos fins.

§ 2º As contas referentes a recursos provenientes de subvenções, financiamentos, empréstimos, convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres recebidos do Estado, ou por seu intermédio, serão prestadas em separado, diretamente ao Tribunal de Contas do Estado.

§ 3º A Câmara não poderá, sob pena de nulidade, julgar as contas do Poder Executivo sem o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, obedecendo, para tanto, o disposto no § 2º do art. 48, da Lei Orgânica do Município.

Art. 251. As contas do Município, relativas ao exercício anterior, na forma disposta no art. 250, caput, ficarão à disposição dos contribuintes nesta Câmara, nos termos do que dispõe a Lei Orgânica do Município.

§ 1º O contribuinte poderá questionar a legitimidade das contas, mediante requerimento, escrito e por ele assinado, com firma reconhecida, perante a Câmara.

§ 2º A Câmara apreciará previamente o cabimento do requerido, em sessão ordinária, dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias, contados do recebimento.

§ 3º Acolhido o requerimento, a Câmara remeterá o expediente ao Tribunal de Contas e ao Prefeito, para pronunciamento.

§ 4º O requerimento, a resposta do Prefeito e a manifestação do Tribunal de Contas a respeito do questionamento havido serão apreciados, em definitivo, por ocasião do julgamento das contas.

§ 5º Se o Prefeito não remeter seu pronunciamento à Câmara no prazo de 15 (quinze) dias, a impugnação será considerada por ele aceita.

§ 6º Tratando-se de questionamento à legitimidade das Contas da Câmara, aplica-se ao Presidente, no que couber, as disposições contidas nos §§ 2º, 3º, 4º e 5º deste artigo.

§ 7º Para os fins deste artigo, a recepção das Contas será anunciada, com destaque, no sítio eletrônico, Diário Oficial do Município, bem como a afixação de avisos à entrada do edifício da Câmara.

Art. 252. Recebido o processo de prestação de contas do Poder Executivo encaminhado pelo Tribunal de Contas do Estado, após comunicação ao Plenário, será despachado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, à Comissão de Finanças e Orçamento.

§ 1º A Comissão citará o responsável pelo exercício financeiro para que apresente defesa no prazo de 15 (quinze) dias, contendo as razões destinadas a manter ou rejeitar, total ou parcialmente, o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado.

§ 2º Protocolada a defesa, será disponibilizada aos Vereadores e juntada ao processo.

§ 3º A Comissão, de posse da defesa, procederá à sua análise e poderá promover diligências, solicitar informações, documentos, pareceres técnicos e outros elementos necessários à adequada instrução do processo.

§ 4º Quando a matéria constante do Parecer Prévio envolver políticas públicas ou assuntos relacionados à competência de outra Comissão Permanente, a Comissão de Finanças e Orçamento solicitará, quando pertinente, manifestação da Comissão temática correspondente, sem transferência de

sua competência para emissão do parecer conclusivo.

§ 5º Encerrada a instrução, será assegurado ao responsável prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação de alegações finais.

§ 6º Decorrido o prazo das alegações finais, a Comissão emitirá parecer conclusivo, acompanhado do respectivo Projeto de Decreto Legislativo.

§ 7º O parecer deverá conter, no mínimo:
I – relatório;
II – síntese dos fatos;
III – análise das questões suscitadas;
IV – apreciação da defesa e das alegações finais;
V – fundamentação;
VI – conclusão;
VII – proposta de Decreto Legislativo.

§ 8º Editado o Projeto de Decreto Legislativo, será encaminhado à Presidência para inclusão na Ordem do Dia.

§ 9º O responsável será intimado da data da sessão de julgamento.

§ 10. Na sessão, os Vereadores que desejarem poderão manifestar-se verbalmente pelo prazo máximo de 10 (dez) minutos, o Relator poderá defender o parecer por até 20 (vinte) minutos e, ao final, o responsável ou seu Procurador terá prazo máximo de 60 (sessenta) minutos para defesa oral.

§ 11. A deliberação ocorrerá em turno único, e o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado somente deixará de prevalecer mediante decisão de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal.

§ 12. A decisão será formalizada por Decreto Legislativo devidamente fundamentado.

§ 13. O processo de julgamento das contas deverá ser concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado do recebimento do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, observadas as consequências previstas na Lei Orgânica Municipal para a ausência de deliberação nesse prazo.

§ 14. As diligências, solicitações de informações, manifestações de Comissões temáticas e demais atos instrutórios deverão ser realizados de modo a assegurar a conclusão do processo dentro do prazo máximo previsto no § 13.

§ 15. O responsável pelo exercício financeiro poderá requerer, mediante pedido fundamentado, prorrogação do prazo para apresentação da defesa, quando demonstrada a complexidade da matéria ou a necessidade de acesso a documentos indispensáveis, desde que a prorrogação não inviabilize o cumprimento do prazo máximo previsto no § 13.

§ 16. A prorrogação prevista no § 15 será decidida pela Comissão mediante decisão fundamentada.

§ 17. As razões apresentadas por Vereador para fundamentar voto divergente, total ou parcial, em relação ao Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado deverão constar integralmente da ata da sessão de julgamento, mediante declaração escrita entregue à Mesa até o encerramento da sessão ou, quando manifestadas oralmente, mediante registro fiel pela Secretaria.

Art. 253. Caberão embargos de declaração contra o Decreto Legislativo de julgamento das contas exclusivamente para sanar obscuridade, contradição, omissão ou erro material, vedada a rediscussão do mérito.

§ 1º Os embargos serão apresentados no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da publicação da decisão.

§ 2º Os embargos serão apreciados pelo Plenário, mediante parecer da Comissão de Finanças e Orçamento.

§ 3º Os embargos não terão efeito suspensivo, salvo decisão expressa do Plenário.

§ 4º Os embargos não poderão produzir efeito que implique descumprimento do prazo estabelecido pela Lei Orgânica para o julgamento das contas.

Art. 254. Proferida a decisão definitiva, a Câmara Municipal comunicará o resultado ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da publicação do respectivo Decreto Legislativo, mediante encaminhamento da decisão e das demais peças necessárias.

§ 1º Rejeitadas as contas, serão imediatamente remetidas ao Ministério Público, no mesmo prazo previsto no caput, cópias das peças apontadas como irregulares, para os fins de direito, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

§ 2º Os encaminhamentos serão certificados nos autos.

Art. 255. Encerrada a instrução, o processo de julgamento das contas será incluído na Ordem do Dia da primeira sessão ordinária subsequente disponível.

§ 1º Aproximando-se o término do prazo previsto na Lei Orgânica sem que haja sessão ordinária hábil à deliberação, o Presidente convocará sessão extraordinária destinada ao julgamento das contas.

§ 2º É vedada retirada, adiamento ou prática de ato que resulte no descumprimento do prazo de 60 (sessenta) dias previsto na Lei Orgânica.

Art. 256. As ações de fiscalização legislativa serão registradas em processo próprio, físico ou eletrônico, contendo, conforme o caso:
I – plano ou ato que deu origem à fiscalização;
II – documentos e informações requisitados;
III – respostas recebidas;
IV – atas e registros de reuniões;
V – relatórios;
VI – manifestações dos fiscalizados;
VII – recomendações;
VIII – planos de ação;
IX – relatórios de monitoramento;
X – encaminhamentos realizados.

Parágrafo único. Os documentos de caráter público serão disponibilizados no Portal Oficial da Câmara, observadas as restrições legais de acesso.

Art. 257. À Comissão de Finanças e Orçamento incumbe proceder à tomada de contas do Prefeito, quando não apresentadas à Câmara na forma prevista no art. 250.

Parágrafo único. A prestação de contas, após iniciada a tomada de contas, não será óbice à adoção das providências relativas ao processo por crime de responsabilidade, nos termos da legislação vigente.

CAPÍTULO IV
Dos Pedidos de Informações, Documentos e Certidões

Art. 258. Compete à Câmara requerer ao Prefeito, através de qualquer Comissão ou Vereador, na forma regimental, informações e/ou documentos sobre fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou sujeita à sua fiscalização.

§ 1º O requerimento de informações e/ou documentos, antes de despachado, será informado pelo serviço próprio da Câmara, acerca da existência ou não de solicitação semelhante ou de resposta já remetida sobre o assunto.

§ 2º Se houver resposta a pedido anterior, dela será entregue cópia à parte interessada, arquivando-se a proposição se o autor entendê-la completa e suficiente.

§ 3º Incluído em Ordem do Dia e aprovado, o requerimento será oficializado ao Prefeito no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 4º O Prefeito disporá de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período, mediante requerimento circunstanciado, para cumprir o disposto no caput deste artigo, ressalvado o que dispõe o art. 248.

§ 5º Atendido o requerimento, será reiterado, pelo mesmo processo regimental, se esclarecer o autor da proposição pontos da resposta que não satisfaçam o pedido.

§ 6º Não atendida à solicitação no prazo previsto, dar-se-á ciência do fato ao autor.

Art. 259. Os pedidos de informações e/ou documentos, bem como de certidões, sobre atos, contratos e decisões da Mesa Executiva ou da Câmara submeter-se-ão ao disposto no art. 202, VII, deste Regimento, e ao art. 107 da Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO V
Da Sustação dos Atos Normativos do Executivo

Art. 260. Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites estabelecidos em lei poderão ser sustados por Decreto Legislativo proposto:
I – por Vereador;
II – por Comissão Permanente ou Temporária, na forma regimental;
III – pela Comissão de Constituição e Justiça, à vista de representação de qualquer cidadão, partido político ou entidade da sociedade civil.

§ 1º Lido em Plenário o projeto de Decreto Legislativo, a Mesa Executiva oficiará ao Executivo, solicitando que preste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os esclarecimentos que julgar convenientes.

§ 2º Recebidos os esclarecimentos, o projeto irá à Comissão de Constituição e Justiça, para parecer e posterior inclusão em Ordem do Dia, na primeira sessão.

§ 3º Esgotado o prazo sem esclarecimentos, o projeto será incluído na Ordem do Dia da primeira sessão, independentemente de parecer.

§ 4º O projeto será apreciado em turno único de discussão e votação, considerando-se aprovado por maioria absoluta.

§ 5º O Decreto Legislativo de que trata este artigo será expedido no primeiro dia útil subsequente à sua aprovação, sob pena de responsabilidade.

CAPÍTULO VI
Da Convocação de Servidores Municipais e do Comparecimento do Prefeito

Art. 261. A convocação de Secretários Municipais ou equivalentes e demais servidores, para os fins previstos no art. 25 da Lei Orgânica, far-se-á mediante requerimento escrito de qualquer Vereador e aprovado por maioria absoluta, ressalvada a competência das Comissões Permanentes e Temporárias.

§ 1º O requerimento deverá indicar claramente o motivo da convocação e os quesitos a serem propostos.

§ 2º Aprovado o requerimento, o Presidente da Câmara expedirá ofício à Chefia do Poder Executivo, aprazando dia e hora para a audiência do convocado, na forma regimental.

Art. 262. O comparecimento do Prefeito à Câmara é de caráter facultativo.

§ 1º Julgando oportuno fazê-lo, poderá prestar esclarecimentos sobre qualquer matéria, salvo quando resolver substituir servidor convocado pela Câmara, caso em que deverá se restringir aos quesitos propostos.

§ 2º Não se tratando de substituição de servidor convocado, poderá estabelecer previamente data e horário de comparecimento.

§ 3º Em qualquer das situações expostas, observar-se-á o disposto no art. 160 deste Regimento.

CAPÍTULO VII
Da Reforma ou Alteração do Regimento Interno

Art. 263. O Regimento Interno só poderá ser reformado ou alterado mediante proposta:
I – da Mesa Executiva;
II – de 1/3 (um terço) dos Vereadores.

§ 1º Lido em plenário e analisado pela Comissão de Constituição e Justiça, a Presidência abrirá prazo de até 15 (quinze) dias para a apresentação de emendas ou substitutivos ao projeto.

§ 2º Salvo o disposto no § 3º do art. 86, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias a Mesa Executiva emitirá parecer sobre o projeto e as emendas ou substitutivos interpostos.

§ 3º Decorrido o prazo previsto no § 2º, ou no caso do § 3º do art. 86, o projeto, com ou sem parecer, será incluído em Ordem do Dia.

§ 4º A análise por parte da Comissão de Constituição e Justiça será dispensada quando se tratar de projeto de iniciativa da Mesa Executiva.

TÍTULO VIII
Da Participação da Sociedade Civil

CAPÍTULO I
Da Iniciativa das Proposições

Art. 264. A iniciativa popular é exercida pela apresentação à Câmara de Vereadores de proposições subscritas por, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos eleitores do Município, obedecidas as seguintes condições:
I – assinatura de cada eleitor, que deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;

II – ser apresentada em formulário padronizado e disponibilizado pela Câmara;
III – ser instruída com documento hábil da Justiça Eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados no Município, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes.

§ 1º As proposições previstas no caput são projetos de lei e propostas de emenda à Lei Orgânica do Município.

§ 2º É lícito a qualquer entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de proposição de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas.

§ 3º A proposição, entregue no Protocolo da Câmara Municipal, será lida em Plenário após a Comissão de Constituição e Justiça constatar o atendimento das exigências para a sua apresentação.

§ 4º A proposição terá a mesma tramitação das demais, integrando sua numeração geral.

§ 5º Ao primeiro signatário, ou a quem este indicar, é garantida a defesa das proposições de iniciativa popular perante as Comissões nas quais tramitar.

§ 6º Cada proposição tratará de um único assunto. Em casos díspares, a Comissão de Constituição e Justiça fará a adequação, promovendo os devidos destaques, constituindo proposição ou proposições em separado.

§ 7º Não se rejeitará, liminarmente, proposição de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição e Justiça as correções necessárias à sua regular tramitação.

§ 8º A Mesa Executiva designará Vereador para exercer, nas proposições de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos pelo Regimento Interno a VereadorAutor, devendo a designação recair naquele indicado pelo primeiro signatário da proposição popular, mediante concordância do designado.

CAPÍTULO II
Das Petições, Representações e Outras Formas de Participação

Art. 265. As petições, reclamações ou representações de pessoas físicas ou jurídicas, contra ato ou omissão de autoridades e entidades públicas municipais, inclusive os Vereadores, serão apresentadas no Protocolo da Câmara Municipal e examinadas pela Mesa Executiva ou Comissão Permanente ou Temporária, segundo o caso, desde que:
I – contenham a identificação do autor ou autores;
II – seja questão de competência da Câmara Municipal.

Parágrafo único. A Mesa Executiva ou a Comissão que examinar a petição, reclamação ou representação apresentará relatório ao Plenário, do qual se dará conhecimento ao interessado ou interessados.

Art. 266. A participação da sociedade civil será também exercida através de oferecimento de pareceres técnicos, exposições e propostas de entidades científicas e culturais, de associações e sindicatos ou outras instituições representativas.

CAPÍTULO III
Da Audiência Pública

Art. 267. A realização de audiência pública pela Câmara, com órgãos públicos ou entidades da sociedade civil, para instruir matéria em trâmite e/ou da competência legislativa, ou tratar de assuntos de interesse público relevante, dar-se-á mediante proposta de qualquer membro de Comissão

Permanente que tenha pertinência com a matéria, a pedido da autoridade responsável pelo órgão público ou do Presidente da entidade interessada, ou, ainda, por determinação do Presidente da Câmara.

Art. 268. Decidida a reunião, a Comissão selecionará, para serem ouvidas, as autoridades, as pessoas interessadas e os especialistas ligados às entidades participantes, cabendo ao Presidente da Comissão expedir os convites.

§ 1º Na hipótese de haver defensores e opositores relativamente à matéria objeto de exame, a Comissão procederá de forma que possibilite a audiência das diversas correntes de opinião.

§ 2º O convidado deverá limitar-se ao tema ou questão em debate e disporá, para tanto, de 10 (dez) minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado.

§ 3º Caso o expositor se desvie do assunto ou perturbe a ordem dos trabalhos, o Presidente da Comissão poderá adverti-lo, cassar-lhe a palavra ou determinar a sua retirada do recinto, sem prejuízo de outras sanções aplicáveis à espécie.

§ 4º A parte convidada poderá valer-se de assessores credenciados, se para tal fim tiver obtido o consentimento do Presidente da Comissão.

§ 5º Os Vereadores inscritos para interpelar o expositor poderão fazê-lo estritamente sobre o assunto da exposição, pelo prazo de 2 (dois) minutos, tendo o interpelado igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica, pelo mesmo prazo, vedado ao orador interpelar qualquer dos presentes.

CAPÍTULO IV
Da Tribuna Livre

Art. 269. A Câmara poderá realizar "Tribuna Livre", espaço democrático a ser utilizado por entidades representativas de setores sociais.

Art. 270. Consideram-se entidades representativas de setores sociais, para os efeitos deste capítulo:
I – as entidades científicas e culturais;
II – as entidades de defesa dos direitos humanos e da cidadania;
III – os sindicatos e associações profissionais;
IV – as associações de moradores e sua federação;
V – entidades estudantis;
VI – as entidades assistenciais de cunho filantrópico.

Art. 271. O uso da tribuna legislativa pelas entidades referidas no art. 270 será facultado na 1ª e na 3ª sessão ordinária do mês, durante 15 (quinze) minutos.

§ 1º Só fará uso da palavra orador pertencente à entidade e devidamente autorizado por esta.

§ 2º O orador poderá ser aparteado pelos Vereadores, dentro do que estabelece o Regimento Interno da Câmara.

§ 3º O orador responderá pelos conceitos que emitir e deverá usar da palavra em termos compatíveis com a dignidade da Câmara, obedecendo às restrições impostas pelo Presidente.

§ 4º O tempo de que trata este artigo será computado no prazo de duração do período.

Art. 272. Para a utilização da Tribuna Livre deverão ser observadas as seguintes exigências:
I – Protocolo junto a Secretaria da Câmara;
II – comprovação de existência legal e pleno funcionamento da entidade;

III – comprovação de que o orador é eleitor no Município;
IV – indicação, expressa, no ato da inscrição, da matéria a ser exposta;
V – a entidade poderá substituir o orador inscrito, mediante requerimento prévio, devidamente justificado;
VI – a entidade só poderá utilizar novamente a Tribuna Livre após decorrido o prazo mínimo de 6 (seis) meses.

§ 1º As entidades serão notificadas pela Secretaria da Câmara da data em que poderão usar da Tribuna Livre, obedecida a ordem de inscrição.

§ 2º Ficará sem efeito a inscrição no caso de ausência do orador, que só poderá ocupar a tribuna legislativa mediante nova inscrição.

Art. 273. O Presidente da Câmara poderá indeferir o uso da Tribuna Livre quando a matéria não for de interesse público.

Parágrafo único. A decisão do Presidente será irrecorrível.

Art. 274. Fica vedado o uso da Tribuna Livre para:
I – representantes de partidos políticos;
II – candidatos a cargos eletivos;
III – ocupantes de cargos eletivos ou de cargos demissíveis ad nutum, em qualquer esfera de governo.

TÍTULO IX
Da Administração e da Economia Interna

CAPÍTULO I
Dos Serviços Administrativos

Art. 275. Os serviços administrativos da Câmara serão regidos por lei, sendo supervisionados pelo Presidente e 1º Secretário.

Parágrafo único. Qualquer interpelação em relação a estes serviços deverá ser encaminhada à Presidência, que, em reunião da Mesa Executiva, deliberará a respeito.

CAPÍTULO II
Da Delegação de Competência para Atos Administrativos

Art. 276. A delegação de competência será utilizada como instrumento de descentralização administrativa, visando assegurar maior eficiência e objetividade às decisões e situá-las na proximidade dos fatos, pessoas ou problemas a atender.

§ 1º É facultado a qualquer dos membros da Mesa Executiva delegar competência para a prática de atos administrativos.

§ 2º O ato de delegação indicará, com precisão, a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto da delegação.

CAPÍTULO III
Da Administração e Fiscalização Contábil, Orçamentária, Financeira, Operacional e Patrimonial Da Câmara

Art. 277. A administração contábil, orçamentária, financeira, operacional e patrimonial da Câmara, serão coordenados e executados por órgãos próprios, integrantes da estrutura dos serviços administrativos da

Câmara.

§ 1º O Sistema de Controle Interno será coordenado em parceria com o Executivo.

§ 2º As despesas da Câmara, dentro dos limites das disponibilidades orçamentárias que lhe forem consignadas no orçamento próprio e dos créditos adicionais discriminados no orçamento analítico, devidamente aprovados pela Mesa Executiva, serão ordenadas pelo Presidente.

§ 2º A movimentação financeira dos recursos orçamentários da Câmara será efetuada em instituição financeira oficial.

§ 3º Serão encaminhados mensalmente à Mesa Executiva, para apreciação, os balancetes analíticos e demonstrativos complementares da execução orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 4º A gestão patrimonial e orçamentária obedecerá às normas gerais de direito financeiro e de licitações e contratos administrativos e à legislação interna aplicável.

Art. 278. O patrimônio da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste é constituído de bens móveis e imóveis do Município que esta adquirir ou forem colocados à sua disposição.

CAPÍTULO IV
Da Polícia da Câmara

Art. 279. A segurança do edifício e a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina nas dependências da Câmara competem, privativamente, à Mesa Executiva, sob a direção do Presidente.

Art. 280. Se, no recinto da Câmara, for cometida infração penal, o Presidente determinará a prisão em flagrante, encaminhando o infrator à autoridade competente para lavratura do auto e instauração do processo crime correspondente.

Parágrafo único. Se não houver flagrante, o Presidente comunicará o fato à autoridade policial, para que se instaure o devido inquérito.

Art. 281. As pessoas poderão assistir às sessões públicas, do local reservado para esse fim, desde que:
I – apresentem-se decentemente trajadas;
II – mantenham-se em silêncio durante os trabalhos;
III – não manifestem apoio ou desaprovação ao que se passar em plenário;
IV – não interpelem e respeitem os Vereadores;
V – atendam as determinações da Presidência;
VI – cumpram o que preceitua o art. 284 deste Regimento.

§ 1º Pela inobservância desses deveres, os assistentes perturbadores ficarão obrigados, pela Presidência, a se retirar do recinto da Câmara.

§ 2º Quando o Presidente não conseguir manter a ordem por simples advertências, deverá suspender a sessão, adotando as medidas cabíveis.

§ 3º Revelando-se ineficazes as providências adotadas pela Presidência, aquele que perturbar a ordem dos trabalhos, desacatar a Mesa Executiva, os Vereadores ou os servidores em serviço, será detido e encaminhado à autoridade competente.

Art. 282. No recinto do Plenário, durante as sessões, somente será permitida a permanência de:
I – Vereadores;
II – servidores da Câmara, quando em serviço;
III – representantes da imprensa, quando devidamente credenciados ou convidados pela Presidência;

IV – pessoas excepcionalmente convidadas pela Presidência ou a pedido de qualquer Vereador, deliberado pela Mesa Executiva.

Art. 283. A Câmara poderá adotar o uso de senhas, que serão distribuídas de forma equitativa para as partes interessadas, quando previsível o excesso de assistentes.

Parágrafo único. Não sendo possível a previsão do excesso de assistentes e não havendo condições de realização da sessão, o Presidente poderá determinar a retirada dos assistentes ou encerrar a sessão.

Art. 284. É expressamente proibido na sede da Câmara:
I – o porte de arma, salvo para policiais e, quando expressamente autorizado pela Presidência, para os membros da segurança;
II – a afixação de quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica ou de ordem promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza, salvo nas dependências dos Gabinetes dos Vereadores;
III – o exercício de atividades comerciais de qualquer natureza, que não atendam a interesses oficiais.

TÍTULO X
Do Poder Executivo

CAPÍTULO I
Da Posse do Prefeito e do Vice-Prefeito

Art. 285. O Prefeito e o Vice-Prefeito, no primeiro dia da legislatura, tomarão posse na Sessão Solene de Instalação da Câmara, conforme arts. 10 e 11 deste Regimento.

§ 1º No ato da posse, o Prefeito e o Vice-Prefeito deverão desincompatibilizar-se e, no mesmo ato, a cada ano e ao término do mandato, farão declaração pública, circunstanciada, de seus bens, a qual será transcrita em livro próprio, constando da ata seu resumo.

§ 2º Se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

CAPÍTULO II
Dos Subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais ou Equivalentes

Art. 286. Os subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais ou equivalentes serão fixados na forma do art. 30, XII, e do art. 59 da Lei Orgânica do Município, conforme iniciativa prevista no art. 74, inciso V, deste Regimento.

CAPÍTULO III
Da Perda do Mandato

Art. 287. A perda do mandato do Prefeito ou do seu substituto legal dar-se-á consoante o definido no inciso II do art. 66 da Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único. Ocorrido e comprovado o ato ou fato extintivo, o Presidente da Câmara, na primeira sessão, comunicará ao Plenário e fará constar da ata a declaração de extinção do mandato.

CAPÍTULO IV
Da Licença do Prefeito

Art. 288. O Prefeito não poderá se ausentar do Município, por período superior a 15 (quinze) dias

consecutivos, ou se afastar do exercício do cargo, por qualquer tempo, sem prévia autorização ou licença pela Câmara, conforme o caso, sob pena de perda do mandato.

§ 1º O Prefeito poderá, contudo, licenciar-se, fazendo jus à remuneração, quando:
I – a serviço ou em missão de representação do Município;
II – impossibilitado do exercício do cargo por motivo de doença, devidamente comprovada, ou em razão de licença- gestante ou de licença-paternidade, observado, quanto a estas, o disposto no § 2º do art. 129 deste Regimento;
III – em gozo de férias anuais de 30 (trinta) dias, ficando ao seu critério a época para usufruí-la.

§ 2º O pedido de licença previsto no inciso I do § 1º, amplamente motivado, indicará as razões da viagem, o roteiro e as previsões de gasto.

§ 3º Nos casos dos incisos II e III do § 1º, a solicitação de licença pelo Prefeito far-seá em forma de requerimento, que será despachado imediatamente pela Mesa Executiva.

TÍTULO XI
Dos Atos Municipais

Art. 289. A publicação dos atos municipais far-se-á no Órgão Oficial do Município.

§ 1º É obrigatória a publicação de todos os atos municipais que criem, modifiquem, extingam ou restrinjam direitos, especialmente das emendas à Lei Orgânica, das leis, decretos legislativos, resoluções, decretos do Prefeito e razões de veto aposto nos períodos de recesso da Câmara.

§ 2º Ressalvado o disposto no § 1º, os demais atos podem ser publicados em resumo.

§ 3º Independem de publicação os atos normativos internos, bem como os que declarem situações individuais, desde que notificados os seus destinatários para ciência e cumprimento.

TÍTULO XII
Disposições Gerais e Transitórias

Art. 290. Os prazos previstos neste Regimento Interno, salvo disposição em contrário, serão contados em dias corridos.

§ 1º Exclui-se do cômputo o dia inicial e inclui-se o do vencimento.

§ 2º O prazo só começará a correr do primeiro dia útil do ato ou do fato, caso coincida com feriado ou ponto facultativo, sábado e domingo.

§ 3º Considerar-se-á prorrogado o prazo, até o primeiro dia útil, se o seu vencimento ocorrer num dos dias mencionados no § 2º

§ 4º Os prazos ficarão suspensos durante os períodos de recesso legislativo, salvo para o Poder Executivo e nos casos de previsão regimental em contrário.

Art. 291. Os casos não previstos neste Regimento serão decididos soberanamente pelo Plenário, constituindo-se em precedentes regimentais.

§ 1º Constituir-se-ão, também, em precedentes regimentais as interpretações do Presidente em assunto controverso.

§ 2º Os precedentes regimentais serão anotados em livro próprio, para orientação futura na solução de

casos análogos.

§ 3º No final de cada exercício legislativo, a Secretaria fará a consolidação dos precedentes e das eventuais modificações regimentais, para conhecimento dos interessados.

Art. 292. Nos dias de sessão deverão estar hasteadas, no recinto do plenário, as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação federal.

Art. 293. Nas datas e eventos cívicos ou históricos, não comemorados pela Câmara em sessão específica, o Presidente poderá designar um Vereador para, na condição de orador oficial, fazer alusão ao fato ou acontecimento, no período do Grande Expediente, interrompendo-se, inclusive, a ordem dos oradores inscritos.

Art. 294. Todas as proposições apresentadas em obediência às disposições regimentais anteriores terão a tramitação prevista neste Regimento, a partir da fase em que se encontrarem.

Art. 295. A legislação federal editada, relativa à remuneração de Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais, terá aplicação imediata, independentemente de alteração da legislação municipal.

Art. 296. Também será autoaplicável a legislação federal, sem modificação da legislação municipal, que dispor novas regras sobre a cassação do mandato do Prefeito ou seu substituto legal e dos Vereadores.

Art. 297. A Câmara Municipal instituirá, em ato próprio, o Código de Ética e Decoro Parlamentar do Vereador.

Art. 298. Ficam revogadas:
I. Resolução nº 01/2018, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste;
II. Resolução nº 04/2019, que altera a Redação do Inciso VIII do §3º do Art. 176 da Resolução nº 01/2018, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste;
III. Resolução nº 01/2022, que altera a Redação do Art. 122 da Resolução nº 01/2018, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste;

Art. 299. Esta Resolução entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste/PR, em 12 de outubro de 2026.

Sergio Alves Madeira
Vereador

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

A CÂMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, APROVA e eu, Presidente, PROMULGO a seguinte RESOLUÇÃO:

CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE

TÍTULO I
DA ÉTICA E DO DECORO PARLAMENTAR

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Código estabelece os princípios, deveres, proibições, infrações e procedimentos de natureza ético-disciplinar aplicáveis aos Vereadores da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste.

§ 1º As disposições deste Código serão interpretadas em harmonia com a Constituição Federal, a Constituição do Estado do Paraná, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 2º Prevalecerão as disposições da Lei Orgânica e do Regimento Interno quanto às competências, aos quóruns, aos prazos e aos procedimentos neles expressamente disciplinados.

§ 3º Nenhuma disposição deste Código poderá ser interpretada de modo a ampliar, restringir ou modificar competência, quórum, prazo ou procedimento estabelecido no Regimento Interno.

Art. 2º O exercício do mandato parlamentar observará os princípios da legalidade, legitimidade, moralidade, impessoalidade, probidade, transparência, responsabilidade, respeito institucional, urbanidade, boa-fé e supremacia do interesse público.

Art. 3º O Vereador deverá preservar, em sua atuação pública e no exercício do mandato, a dignidade, a independência, a credibilidade e a respeitabilidade institucional do Poder Legislativo.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DO VEREADOR

Art. 4º São deveres fundamentais do Vereador, sem prejuízo de outros previstos na Lei Orgânica e no Regimento Interno:
I – promover a defesa dos interesses populares e a autonomia municipal;
II – zelar pelo aprimoramento da ordem constitucional e legal do Município e das instituições democráticas;
III – exercer o mandato com dignidade e respeito à vontade popular, agindo com boa-fé, zelo, probidade e lealdade ao interesse público;
IV – comparecer às sessões da Câmara e às reuniões das Comissões a que pertencer, observadas as hipóteses regimentais de participação remota e de ausência justificada;
V – participar das atividades parlamentares, examinando as matérias submetidas à apreciação da Câmara e votando de acordo com sua convicção e o interesse público;
VI – respeitar as decisões legitimamente tomadas pelos órgãos da Câmara;
VII – cumprir e fazer cumprir a Constituição, as leis, a Lei Orgânica, o Regimento Interno e este Código;
VIII – tratar com respeito, urbanidade e independência os demais Vereadores, servidores, agentes públicos, cidadãos e representantes de instituições;

IX – prestar contas do mandato à sociedade, disponibilizando as informações exigidas por lei, pelo Regimento Interno e pelos atos da Câmara;
X – preservar documentos, informações e bens públicos a que tiver acesso em razão do mandato;
XI – comunicar impedimento ou conflito de interesses sempre que presente circunstância que comprometa sua imparcialidade;
XII – colaborar com os procedimentos institucionais de fiscalização, controle, transparência e integridade da Câmara.

Art. 5º Constituem ainda deveres relacionados à atuação eletrônica e remota:
I – utilizar sistemas, plataformas e meios eletrônicos oficiais exclusivamente para finalidades institucionais;
II – preservar a confidencialidade de senhas, credenciais, certificados, códigos de autenticação e demais mecanismos de identificação pessoal;
III – praticar pessoalmente os atos de manifestação, presença e votação atribuídos ao mandato;
IV – observar, nas sessões e reuniões híbridas ou remotas, os mesmos deveres de decoro, urbanidade, respeito e disciplina exigidos nas atividades presenciais;
V – zelar pela integridade dos registros eletrônicos, documentos digitais e gravações oficiais;
VI – comunicar imediatamente à Câmara eventual comprometimento de credencial ou mecanismo de autenticação.

CAPÍTULO III
DAS PROIBIÇÕES E INCOMPATIBILIDADES

Art. 6º É vedado ao Vereador, sem prejuízo das incompatibilidades previstas na Lei Orgânica:
I – utilizar o mandato para obter vantagem pessoal, econômica, política ou funcional indevida para si ou para terceiro;
II – celebrar ou manter negócio, contrato ou vínculo incompatível com as proibições legais e orgânicas;
III – valer-se do cargo ou de informação obtida em razão do mandato para beneficiar interesse privado ilegítimo;
IV – intervir em matéria na qual possua interesse particular direto capaz de comprometer a independência de sua atuação, sem declarar o impedimento;
V – praticar discriminação, assédio, ameaça, violência ou comportamento incompatível com a dignidade da função parlamentar;
VI – utilizar bens, serviços, pessoal, sistemas ou recursos da Câmara para finalidade estranha ao interesse público ou ao exercício regular do mandato;
VII – constranger servidor ou agente público a praticar ato ilegal, irregular ou estranho às atribuições do cargo;
VIII – divulgar informação legalmente protegida ou submetida a restrição de acesso;
IX – praticar ato que configure abuso das prerrogativas parlamentares ou percepção de vantagem indevida;

X – exercer atividade incompatível com o mandato, nos termos da Lei Orgânica e da legislação aplicável.

CAPÍTULO IV
DAS DECLARAÇÕES E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 7º O Vereador apresentará as declarações obrigatórias previstas na legislação, no Regimento Interno e nos atos da Câmara, inclusive as destinadas à verificação de bens, rendas, interesses e situações de impedimento.

§ 1º As declarações poderão ser apresentadas e armazenadas em meio eletrônico oficial, assegurada a proteção das informações cujo acesso seja legalmente restrito.

§ 2º A Mesa Executiva poderá regulamentar a forma, periodicidade, atualização, publicidade e guarda das declarações, observada a legislação aplicável.

Art. 8º Qualquer pessoa poderá solicitar, na forma da legislação de acesso à informação e dos atos da Câmara, consulta às informações públicas referentes às declarações apresentadas.

TÍTULO II
DAS INFRAÇÕES E DAS PENALIDADES

CAPÍTULO I
DAS INFRAÇÕES ÉTICO-DISCIPLINARES

Art. 9º Constitui infração ético-disciplinar a ação ou omissão do Vereador que viole dever previsto neste Código, no Regimento Interno, na Lei Orgânica ou na legislação aplicável, quando relacionada ao exercício do mandato ou capaz de afetar a dignidade da função parlamentar.

Art. 10. Sem prejuízo das hipóteses expressamente previstas no Regimento Interno, são infrações sujeitas à censura, quando não couber penalidade mais grave:
I – inobservar, sem motivo justificado, dever inerente ao mandato;
II – perturbar a ordem das sessões, reuniões, audiências ou demais atividades oficiais;
III – usar expressão ofensiva ou incompatível com a urbanidade parlamentar;
IV – desrespeitar decisão regularmente proferida por órgão da Câmara;
V – praticar conduta inadequada nas dependências físicas ou nos ambientes eletrônicos oficiais da Câmara.

Parágrafo único. A aplicação da censura verbal ou escrita observará integralmente as hipóteses, a competência e o procedimento estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 11. Sem prejuízo das hipóteses expressamente previstas no Regimento Interno, são infrações sujeitas à suspensão temporária do exercício do cargo, conforme a gravidade:
I – reincidir em conduta anteriormente sancionada com censura;
II – praticar transgressão grave ou reiterada aos deveres parlamentares;
III – revelar informação ou documento oficial de caráter reservado de que tenha conhecimento em razão do mandato;
IV – praticar ofensa grave, ameaça, coação, assédio ou discriminação no exercício ou em razão da função parlamentar;
V – utilizar indevidamente prerrogativa, estrutura, recurso ou informação institucional;
VI – praticar qualquer das infrações digitais ou de fiscalização previstas neste Código quando, pela gravidade, não se caracterizar hipótese de perda do mandato;
VII – incidir nas hipóteses regimentais específicas de suspensão temporária.

Parágrafo único. A suspensão temporária do exercício do cargo observará o período de 7 (sete) a 21 (vinte e um) dias, as hipóteses, a competência, o quórum, a forma de deliberação e o procedimento estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 12. A perda do mandato observará exclusivamente as hipóteses, competências, quóruns, prazos e procedimentos previstos na Lei Orgânica, no Regimento Interno e na legislação aplicável.

Parágrafo único. Quando os fatos apurados em procedimento ético puderem, em tese, ensejar perda do mandato, o Conselho de Ética ou a autoridade competente promoverá o encaminhamento previsto no Regimento Interno, sem criação de rito concorrente por este Código.

CAPÍTULO II

DOS CRITÉRIOS DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES

Art. 13. Na aplicação da penalidade serão considerados:
I – a natureza e a gravidade da infração;
II – a intensidade do dolo ou o grau da culpa, quando relevantes;
III – os danos ou riscos decorrentes da conduta;
IV – os antecedentes ético-disciplinares;
V – a reincidência;
VI – as circunstâncias agravantes e atenuantes;
VII – eventual reparação espontânea do dano ou cessação voluntária da irregularidade;
VIII – o grau de comprometimento da dignidade, da independência ou da credibilidade institucional da Câmara;
IX – os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

Art. 14. A mesma conduta não poderá ser sancionada mais de uma vez no âmbito deste Código, sem prejuízo das responsabilidades civil, penal, administrativa, eleitoral ou perante outros órgãos competentes.

Art. 15. As condutas praticadas antes da posse somente serão objeto de apreciação quando produzirem efeitos diretamente relacionados ao exercício do mandato ou quando sua consideração for exigida pela legislação aplicável.

TÍTULO III
DO CONSELHO DE ÉTICA E DA CORREGEDORIA

CAPÍTULO I
DO CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 16. Compete ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar zelar pela observância deste Código, instruir e apreciar os procedimentos de sua competência e exercer as demais atribuições previstas neste Código e no Regimento Interno.

Art. 17. O Conselho de Ética será constituído por 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, para mandato de 2 (dois) anos, designados pelo Presidente da Câmara, observada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária ou de blocos parlamentares.

§ 1º O ato de designação será publicado e indicará os membros titulares e suplentes.

§ 2º O Conselho elegerá, dentre seus membros, Presidente e Vice-Presidente.

Art. 18. Perderá a condição de membro do Conselho o Vereador que deixar de comparecer, sem justificativa, a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 6 (seis) intercaladas durante a sessão legislativa, sem prejuízo das demais hipóteses regimentais.

Art. 19. Os suplentes atuarão nos casos de impedimento, suspeição, licença, afastamento ou ausência do titular, observadas as regras regimentais.

Art. 20. As reuniões do Conselho poderão ser presenciais, híbridas ou remotas, observadas, no que couber, as regras do Regimento Interno relativas aos órgãos colegiados.

Art. 21. O Conselho poderá aprovar regras internas de organização de seus trabalhos, desde que compatíveis com este Código e com o Regimento Interno.

CAPÍTULO II
DA CORREGEDORIA

Art. 22. O Corregedor e o Vice-Corregedor da Câmara serão designados pelo Presidente da Mesa Executiva, preferencialmente entre Vereadores não integrantes da Mesa, para mandato coincidente com o período definido no ato de designação.

Art. 23. Compete ao Corregedor:
I – promover a manutenção do decoro, da ordem e da disciplina no âmbito da Câmara;
II – cumprir e fazer cumprir as determinações da Mesa Executiva relativas à segurança e à ordem interna;
III – instaurar, quando cabível, sindicância ou diligência preliminar destinada a verificar notícia de possível infração ético-disciplinar;
IV – receber e encaminhar representações na forma deste Código;
V – requisitar informações e documentos necessários às apurações, observados os limites legais;
VI – emitir relatório conclusivo nas sindicâncias de sua competência;
VII – propor medidas de prevenção e aprimoramento da integridade parlamentar;
VIII – exercer outras atribuições previstas neste Código ou atribuídas pela Mesa Executiva, desde que compatíveis com sua função.

Parágrafo único. Compete ao Vice-Corregedor substituir o Corregedor em suas ausências, impedimentos ou suspeições.

CAPÍTULO III
DOS IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES

Art. 24. É impedido de atuar em procedimento ético o Vereador que:
I – seja representante ou representado;
II – seja cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, do representante ou do representado;
III – tenha interesse direto no resultado do procedimento;
IV – tenha atuado como advogado, procurador, assessor ou testemunha no mesmo fato;
V – esteja em situação que comprometa objetivamente a imparcialidade de sua atuação.

§ 1º O Vereador deverá declarar o impedimento ou a suspeição tão logo tenha conhecimento da causa.

§ 2º A arguição será decidida pelo órgão competente, sem participação do Vereador arguido.

TÍTULO IV
DO PROCESSO ÉTICO-DISCIPLINAR

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. O processo ético-disciplinar observará o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a presunção de inocência, a motivação das decisões, a proporcionalidade e a duração razoável do processo.

Art. 26. O processo ético-disciplinar poderá tramitar em meio físico ou eletrônico, mediante utilização de sistema oficial disponibilizado pela Câmara Municipal, observadas as normas de segurança, autenticação, integridade e preservação dos registros estabelecidas pela Mesa Executiva.

§ 1º Poderão ser realizados eletronicamente protocolo, autuação, representação, defesa, intimações, juntada de documentos, assinaturas, depoimentos, interrogatórios, reuniões, pareceres, decisões,

recursos e registros audiovisuais.

§ 2º O emprego de meio eletrônico não reduzirá prazos nem limitará qualquer garantia processual.

§ 3º Os atos eletrônicos deverão assegurar identificação dos participantes, integridade documental, rastreabilidade e preservação dos registros.

Art. 27. Os autos terão acesso público, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo, proteção de dados pessoais, diligências em andamento ou restrição necessária à efetividade da apuração.

Art. 28. Os prazos previstos neste Código serão contados na forma do Regimento Interno e da legislação aplicável, excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento, quando não houver regra específica em sentido diverso.

CAPÍTULO II
DA REPRESENTAÇÃO

Art. 29. A representação por conduta atentatória à ética ou ao decoro parlamentar poderá ser formulada pelos legitimados admitidos no Regimento Interno e neste Código, mediante petição escrita e identificada.

§ 1º A representação deverá conter, sempre que possível, a identificação do representante e do representado, descrição objetiva dos fatos, indicação das circunstâncias conhecidas e elementos de prova disponíveis.

§ 2º Não será conhecida representação anônima, sem prejuízo de diligência preliminar de ofício quando a notícia apresentar elementos concretos e verificáveis.

§ 3º Quando os fatos narrados puderem, em tese, ensejar perda do mandato, a legitimidade para apresentação da denúncia e o respectivo processamento observarão exclusivamente o disposto no Regimento Interno, na Lei Orgânica e na legislação aplicável.

Art. 30. Recebida a representação, a Mesa Executiva ou a autoridade competente verificará os requisitos formais e determinará seu encaminhamento à Corregedoria ou ao Conselho de Ética, conforme a natureza do caso.

Art. 31. Quando a notícia for manifestamente inepta, versar sobre fato estranho à competência da Câmara ou não contiver elemento mínimo de materialidade, poderá ser determinado o arquivamento fundamentado, sem prejuízo de reapresentação diante de novas provas.

CAPÍTULO III
DA SINDICÂNCIA

Art. 32. A sindicância constitui procedimento preliminar destinado a esclarecer autoria, materialidade e circunstâncias de fato que possa caracterizar infração ético-disciplinar.

Art. 33. A sindicância poderá ser instaurada pelo Corregedor, de ofício ou por determinação da Mesa Executiva, quando a notícia não permitir imediata definição do procedimento cabível.

§ 1º A sindicância será conduzida com discrição, prudência e objetividade.

§ 2º Poderão ser colhidos documentos, esclarecimentos e informações indispensáveis à definição da existência de justa causa.

Art. 34. Concluída a sindicância, o Corregedor apresentará relatório propondo, conforme o caso:
I – arquivamento;
II – aplicação ou encaminhamento de providência de competência imediata da Presidência ou da Mesa, quando prevista no Regimento Interno;
III – instauração de processo ético-disciplinar;
IV – encaminhamento à autoridade ou órgão competente, quando os fatos excederem a competência da Câmara.

CAPÍTULO IV
DA INSTRUÇÃO

Art. 35. Instaurado o processo ético-disciplinar, o representado será notificado para apresentar defesa prévia e indicar as provas que pretende produzir, no prazo previsto no procedimento aplicável.

Parágrafo único. Os prazos de defesa, manifestação e produção de provas observarão aqueles estabelecidos no Regimento Interno para o procedimento correspondente e, quando inexistente regra específica, serão fixados pela autoridade competente em prazo razoável, assegurado o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa.

Art. 36. O Presidente do Conselho designará relator e, quando necessário, Junta de Instrução composta por 3 (três) membros desimpedidos, observada a proporcionalidade partidária tanto quanto possível.

Art. 37. Compete ao relator ou à Junta de Instrução:
I – determinar a juntada de documentos e informações;
II – ouvir o representado, o representante e as testemunhas;
III – realizar diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos;
IV – decidir fundamentadamente sobre provas requeridas, vedadas diligências inúteis, protelatórias ou impertinentes;
V – assegurar ao representado conhecimento dos elementos produzidos e oportunidade de manifestação;
VI – elaborar relatório de instrução.

Art. 38. O depoimento, a oitiva ou o interrogatório poderão ser realizados presencialmente ou por videoconferência, desde que asseguradas a identificação, a comunicação simultânea e a gravação ou certificação do ato.

Art. 39. Concluída a instrução, será concedido ao representado prazo para alegações finais, observado o prazo previsto no procedimento aplicável.

Art. 40. O relatório final deverá conter, de forma objetiva, a síntese da representação e da defesa, as provas produzidas, os fatos considerados comprovados ou não comprovados, o enquadramento ético-disciplinar e a conclusão.

CAPÍTULO V
DO JULGAMENTO

Art. 41. Recebido o relatório final, o Conselho de Ética deliberará sobre a matéria na forma de suas competências e do Regimento Interno.

§ 1º O representado ou seu advogado será cientificado da sessão de julgamento e poderá exercer defesa oral quando admitida pelo procedimento.

§ 2º O membro impedido ou suspeito não participará da discussão nem da votação.

Art. 42. A decisão deverá ser motivada e indicar os fatos reconhecidos, as normas aplicadas, a penalidade eventualmente proposta ou aplicada e os fundamentos da conclusão.

Art. 43. Quando a penalidade depender de deliberação da Mesa Executiva ou do Plenário, o Conselho encaminhará parecer conclusivo ao órgão competente, que observará integralmente o procedimento, o quórum e a forma de votação previstos no Regimento Interno.

Art. 44. Quando, no curso do processo, surgirem indícios de infração sujeita a penalidade mais grave, o representado será cientificado do novo enquadramento e terá oportunidade de complementar a defesa antes da decisão.

Art. 45. A censura e a suspensão temporária do exercício do cargo observarão integralmente as hipóteses, a gradação, a competência, o quórum, a forma de deliberação e o procedimento estabelecidos no Regimento Interno, cabendo a este Código disciplinar subsidiariamente a apuração ético-disciplinar.

Art. 46. A hipótese de perda do mandato será processada e julgada exclusivamente na forma da Lei Orgânica, do Regimento Interno e da legislação aplicável, aproveitando-se os elementos validamente produzidos no processo ético quando juridicamente admissível.

CAPÍTULO VI
DOS RECURSOS, NULIDADES E REINCIDÊNCIA

Art. 47. Das decisões proferidas no processo ético-disciplinar caberão os recursos expressamente previstos no Regimento Interno, neste Código ou na legislação aplicável.

§ 1º O recurso será interposto no prazo previsto no procedimento aplicável e deverá indicar os fundamentos de fato e de direito da impugnação.

§ 2º A inexistência de recurso específico não prejudica o exercício do direito de petição nem a correção, pela autoridade competente, de erro material ou nulidade manifesta, observados os limites de sua competência.

Art. 48. Nenhum ato será declarado nulo se da irregularidade não resultar prejuízo efetivo ao contraditório, à ampla defesa ou à regularidade da decisão.

§ 1º A nulidade deverá ser arguida na primeira oportunidade em que couber à parte se manifestar,ressalvadas as matérias de ordem pública.

§ 2º A nulidade de um ato não prejudicará os atos posteriores que dele não dependam.

Art. 49. Considera-se reincidência a prática de nova infração ético-disciplinar após decisão definitiva condenatória, enquanto perdurarem seus efeitos, observado o prazo previsto na regulamentação interna ou na legislação aplicável.

Art. 50. O arquivamento por insuficiência de provas não impede nova apuração se surgirem elementos novos, observado o devido processo legal e a vedação à duplicidade de sanção pelo mesmo fato.

TÍTULO V
DA ÉTICA NA ATUAÇÃO DIGITAL E REMOTA

Art. 51. As regras de ética e decoro aplicam-se integralmente às sessões, reuniões, audiências, comunicações e demais atividades parlamentares realizadas em ambiente eletrônico, híbrido ou remoto.

Art. 52. Constituem infrações ético-disciplinares relacionadas ao ambiente digital, conforme a gravidade:
I – ceder ou permitir a utilização, por terceiro, de senha, credencial ou mecanismo pessoal de autenticação;
II – permitir que terceiro registre presença, profira manifestação, assine documento ou exerça voto em nome do Vereador;
III – simular presença em sessão, reunião ou atividade oficial;
IV – adulterar ou tentar adulterar registro eletrônico de presença, votação, manifestação ou atividade parlamentar;
V – acessar ou utilizar sistema institucional de modo fraudulento ou para finalidade ilícita;
VI – divulgar indevidamente informação protegida obtida por meio de sistema ou processo eletrônico;
VII – interferir deliberadamente na transmissão, gravação ou registro oficial dos trabalhos legislativos;
VIII – atribuir falsamente a terceiro autoria de ato eletrônico parlamentar;
IX – utilizar recursos tecnológicos da Câmara para assédio, ameaça, discriminação ou prática incompatível com o decoro.

Art. 53. Falha técnica involuntária, interrupção de conexão ou erro material, quando imediatamente comunicado e não acompanhado de fraude ou má-fé, não constitui infração ética, sem prejuízo da regularização do ato na forma regimental.

TÍTULO VI
DA ÉTICA NA FISCALIZAÇÃO LEGISLATIVA E NO SMFL

Art. 54. O Vereador que participar de procedimento de fiscalização legislativa deverá atuar com finalidade pública, objetividade, boa-fé, respeito às competências institucionais e preservação da integridade das evidências.

Art. 55. Constituem infrações ético-disciplinares relacionadas à fiscalização legislativa e ao Sistema Municipal de Fiscalização Legislativa – SMFL, conforme a gravidade:
I – utilizar procedimento de fiscalização para perseguição pessoal ou finalidade estranha ao interesse público;
II – adulterar, ocultar, destruir ou manipular documento, dado ou evidência obtida em fiscalização;
III – inserir deliberadamente informação falsa em relatório, checklist, termo de visita, relatório de inspeção ou outro instrumento oficial;
IV – omitir deliberadamente achado relevante de fiscalização com finalidade indevida;
V – divulgar informação submetida a sigilo ou restrição legal de acesso;
VI – utilizar informação obtida em fiscalização para obtenção de vantagem pessoal ou de terceiro;
VII – exercer pressão, ameaça ou interferência indevida sobre servidor, agente público, particular ou outro Vereador para alterar resultado de fiscalização;
VIII – dificultar injustificadamente procedimento regular de fiscalização aprovado pelo órgão competente;
IX – atribuir caráter oficial a conclusão, relatório ou recomendação que não tenha sido regularmente aprovada pelo órgão competente;
X – manipular registros de monitoramento ou de cumprimento de recomendações;
XI – utilizar instrumentos do SMFL para finalidade diversa daquela prevista no Regimento Interno e nos atos regulamentares.

Art. 56. A divergência política, técnica ou interpretativa, quando manifestada de boa-fé e fundamentadamente, não constitui infração ética, ainda que resulte em voto, conclusão ou recomendação diversa da maioria.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 57. A Secretaria da Câmara prestará o apoio administrativo e documental necessário ao Conselho

de Ética e à Corregedoria, assegurada a separação entre apoio técnico e decisão político-disciplinar.

Art. 58. Os dados pessoais e as informações protegidas tratados nos procedimentos deste Código serão utilizados exclusivamente para as finalidades institucionais e na extensão necessária à apuração.

Art. 59. Os casos omissos serão resolvidos pelo órgão competente mediante aplicação subsidiária da Lei Orgânica, do Regimento Interno, dos princípios do devido processo legal e da legislação aplicável.

Art. 60. O Conselho de Ética poderá propor à Mesa Executiva medidas de prevenção, orientação e capacitação destinadas ao fortalecimento da cultura de integridade e decoro parlamentar.

Art. 61. As disposições deste Código aplicam-se aos processos instaurados após sua entrada em vigor.

Parágrafo único. Os processos em curso continuarão regidos pelas normas vigentes à época de sua instauração, ressalvada a aplicação imediata de regra processual que não suprima direito, prazo ou garantia já constituída e seja compatível com a segurança jurídica.

Art. 62. Fica revogada a Resolução nº 02/2018, que dispõe sobre o Código de Ética, Decoro Parlamentar e Corregedoria da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste.
Art. 63. Esta Resolução entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste/PR, 14 de outubro de 2026.

Sergio Alves Madeira
Vereador

DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE VERA CRUZ DO OESTE

www.veracruz.pr.gov.br

quinta-feira, 15 de outubro de 2026 Ano: XI Nº: 3704 Edição de Hoje: 93 Página(s)

ATOS DO PODER EXECUTIVO E LEGISLATIVO

PORTARIA Nº 08/2026

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER AS ATRIBUIÇÕES DE TESOURARIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VERA CRUZ DO OESTE.

O Presidente da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe conferem o Art. 20, inciso VII, alínea 'h' do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º - Nomear o servidor, **Eduardo Antonioni Verderio Bianco**, inscrito no CPF sob o nº 069.***.***-00, para exercer as atribuições de tesouraria da Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, a partir do dia 15 de outubro de 2026.

Art. 2º - Fica expressamente revogada a Portaria nº 17/2025.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vera Cruz do Oeste, em 14 de outubro de 2026.

Sergio Alves Madeira
Presidente